

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO**

LUIZA CUNHA BARATA

**PROVIDÊNCIA PARA QUEM: OS IMPACTOS DO PROGRAMA
HABITACIONAL MORAR CARIOCA NO MORRO DA PROVIDÊNCIA E A
QUESTÃO DA IDENTIDADE DOS MORADORES**

Niterói
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

PROVIDÊNCIA PARA QUEM: OS IMPACTOS DO PROGRAMA HABITACIONAL
MORAR CARIOCA NO MORRO DA PROVIDÊNCIA E A QUESTÃO DA
IDENTIDADE DOS MORADORES

Monografia apresentada ao Curso de graduação em
Comunicação Social, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em Comunicação
Social, habilitação em Jornalismo.

Luiza Cunha Barata

Orientadora: Prof.^a Dra. Carla Baiense

Niterói
2014

LUIZA CUNHA BARATA

PROVIDÊNCIA PARA QUEM: OS IMPACTOS DO PROGRAMA HABITACIONAL
MORAR CARIOCA NO MORRO DA PROVIDÊNCIA E A QUESTÃO DA
IDENTIDADE DOS MORADORES

Monografia apresentada ao curso de
graduação em Comunicação Social –
Jornalismo da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em
Comunicação Social.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr^a. Carla Baiense - Orientadora

UFF

Prof. Dr^a. Larissa Moraes

UFF

Prof. Dr. Márcio Castilho

UFF

Niterói

2014

RESUMO

A presente publicação busca mostrar os impactos que políticas públicas de reordenamento do espaço urbano têm promovido para as comunidades faveladas, movidas principalmente por fatores externos à própria favela, e a forma com que tais transformações ficam registradas pela narrativa midiática e contribuem para a representação do território da favela, sendo assim parte do processo da Comunicação Social. Tomaremos como base de análise o anúncio e execução do programa habitacional Morar Carioca no Morro da Providência, motivados principalmente pela aproximação dos Jogos Olímpicos de 2016, que acontecerão no Rio de Janeiro. O objetivo do estudo é registrar a interferência do impacto das obras, que incluíram o processo de remoção de casas, sobre a identidade daqueles moradores. O *corpus* deste estudo se dá por meio da análise de discurso feita sobre as publicações do Jornal O Globo durante a semana de anúncio do projeto, das publicações do site institucional da Prefeitura do Rio para as Olimpíadas – o portal Cidade Olímpica – e também sobre o documentário “Casas Marcadas”, gravado no Morro da Providência.

Palavras-chaves: Olimpíadas, Morro da Providência, Comunicação Social, habitação.

“O território é o chão mais a população”.

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Lúdia e Humberto, e aos meus avós, Lupe e Valdir e Clementina e Humberto, por todo o apoio durante a vida e pelas minhas primeiras noções sobre a importância da casa e formação pessoal.

À família que pude escolher pela vida e que sempre me promoveu o sentimento de “estar em casa” em outros espaços.

Aos amigos de longa data, irmãos de todo o sempre, que se tornaram parte importante da casa. Mais uma vez, não seria possível sem vocês. E aos que chegaram há pouco e foram igualmente fundamentais.

Aos mestres que encontrei pela vida e, em especial, à Carla pelo encorajamento e apoio durante todo o trabalho.

E a todos que fizeram parte do – não por acaso – casarão da Universidade Federal Fluminense. Sou enormemente grata pela grande experiência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. A formação e ocupação do Morro da Providência.....	12
1.1 O problema do Morro da Favella e o contraste com a reforma urbana de Pereira Passos.....	17
1.2 A reforma urbana para favelas a partir da década de 1930.....	23
1.3 A inclusão das favelas brasileiras nos dados oficiais: o caso do Morro da Providência.....	25
1.4 O primeiro recenseamento nacional das favelas e o papel do IBGE.....	30
2. O surgimento de programas habitacionais e a política de remoção.....	35
2.1 A política habitacional dos anos de chumbo à abertura do regime e o surgimento das associações de moradores.....	37
2.2 O desenvolvimento de programas habitacionais sob interesse “dos outros”: a questão da violência e a retomada de territórios para os grandes eventos.....	46
3. a análise de discurso do projeto de habitação morar carioca.....	54
3.1 a representação do morro da providência, de acordo com o ibge.....	60
3.2 a apresentação do programa morar carioca pelo jornal o globo, durante a implantação da unidade de polícia pacificadora.....	63
3.3 o portal cidade olímpica.....	76

4. A questão da identidade dos moradores da Providência frente às remoções.....	87
4.1 As mudanças no cenário local e a remoção dos moradores.....	92
4.2 A realocação dos moradores no conjunto habitacional Nabuco de Freitas.....	100
5. Considerações Finais.....	105
6. Referências Bibliográficas.....	107
7. Anexos.....	110

INTRODUÇÃO

Lidar com a expansão ou permanência da favela em contraste à imagem de uma cidade “organizada e moderna” sempre foi um desafio para as diversas gestões do governo do Rio de Janeiro. Como se sabe, ao mesmo tempo em que aquele tipo de território esteve ao longo do tempo bastante marcado pela ausência do poder público, de outro lado houve inúmeras ações governamentais para agir sobre ele, quase sempre no sentido de extingui-lo, mesmo sem se saber ao certo onde aqueles moradores deveriam ser realocados.

O território da favela carioca começou a se formar pouco depois da proclamação da República no Brasil e da transformação do Rio em nova capital do país. Motivado principalmente pelo descompasso entre o número de casas disponíveis e o rápido crescimento populacional, iniciava-se ali o principal retrato do enorme déficit habitacional da cidade. Foi ainda no início de 1900, que os primeiros barracos se formaram nas encostas dos morros a partir de moradores que transformavam aquele ambiente, até então tido como inóspito, em uma oportunidade para permanecerem no centro urbano.

Assim como se repetiu durante a formação de outras favelas que viriam a se desenvolver, os moradores da Providência, a primeira favela carioca a se formar, de acordo com registros feitos pela Prefeitura, alternaram períodos de ausência do poder público em diferentes áreas, como saúde e segurança, com outros de presença ostensiva de agentes da ordem pública, que agiam para exterminá-la. Nas primeiras décadas de ocupação, não se sabia muito sobre aquele espaço, não havia estudos ou registros oficiais do número de moradores, por exemplo, mas muito baseado no incômodo estético que promoviam em oposição à urbanização, era preciso que a favela chegasse ao fim.

De maneira geral, ao observarmos o intenso crescimento urbano ao longo dos anos, conseguimos supor que, mesmo após cem anos do início da primeira favela, e consequentemente, do princípio da ação de combate ao território favelado, nenhuma política habitacional ou de reforma urbana realizada até hoje conseguiu concluir o seu propósito de exterminar a favela. A maior prova disso é que chegamos a 2011 com quase dois milhões de pessoas vivendo sobre os chamados aglomerados subnormais no Rio de Janeiro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o IBGE.

É dentro desse contexto, que se desenvolve o maior programa habitacional, de acordo com o próprio governo do Rio, voltado para as favelas: o Morar Carioca. Divulgado

pelo prefeito Eduardo Paes em 2010, o projeto prevê a urbanização de todas as favelas em até dez anos, tendo como principal motivação a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, que acontecerão na cidade. Por conta da promessa audaciosa feita pelo governo municipal em parceria com o federal, e com base no panorama pré-jogos mundiais em que tais transformações acontecem – que retoma em vários pontos outros projetos já executados para as favelas – tomaremos aqui como recorte a ser analisado o discurso sobre o projeto tanto do lado institucional, quanto o circulado pela mídia na semana em que as medidas foram anunciadas.

Por isso, ao analisarmos o discurso sobre o Morar Carioca, estaremos colocando em evidência não só o que é dito, com base no histórico do Morro da Providência, mas a campanha pela Cidade Olímpica, como uma anunciação do que pode ainda estar por vir. O objetivo final será tentar mensurar o impacto do discurso sobre o que ainda seria executado teve (e ainda terá) sobre a questão da identidade dos moradores do Morro da Providência, por ter sido essa a primeira das formações sobre os morros.

É importante ressaltarmos que, ainda em 2008, todo o panorama das favelas começou a ser profundamente reformulado, quando começou a ser instalado sobre diversos morros da cidade, entre eles a Providência, o maior projeto da segurança pública desenvolvido na última década. A Unidade de Polícia Pacificadora, ainda que muito questionada sobre a permanência policial, no sentido de “vigiar” aqueles moradores, alterava pouco a pouco o contexto em que viviam, mostrava também a reconquista de território por parte do poder público, na tentativa de desconstruir o caráter da violência ao qual a favela sempre esteve muito ligada.

E é sobre essa perspectiva – de um contexto de intensas mudanças em andamento e ao mesmo tempo um histórico bastante desanimador sobre abandono e ausência de autoridades públicas – que os vários registros foram feitos sobre o desenvolvimento do Morar Carioca no Morro da Providência. De um lado, estão as páginas dos grandes jornais e o site oficial da Prefeitura do Rio, o portal Cidade Olímpica, em que o lado positivo do projeto se apresenta como visão praticamente única daquele espaço em que as obras de grande dimensão eram realizadas. De outro, está o documentário “Casas Marcadas”, gravado em 2013 no Morro da Providência e produzido pelos alunos da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, Adriada Barradas, Alessandra Schimite, Ana Clara Chequetti, Carlos R.S. Moreira, Éthel Oliveira e Juliette Lizaray, e a turbulenta remoção de diversos moradores,

até se chegar no atual panorama em que 98 famílias permanecem sem serem realocadas e sem terem perspectiva de quando serão, já que as obras do principal conjunto habitacional onde eles deveriam estar, estão completamente paralisadas.

Dessa forma, tomaremos aqui como base para o primeiro capítulo o histórico de formação do Morro da Providência, a primeira das favelas a existir no Rio de Janeiro, de acordo com a própria Prefeitura, e a expansão das construções apontadas como irregulares por outros pontos da cidade. O histórico será montado com base em registros históricos destacados principalmente pela autora Lícia do Prado Valladares. A partir daí, vamos tornar explícitas as políticas habitacionais públicas já desenvolvidas, com base em análises feitas pelos autores Marcos Alvito, Alba Zaluar e Marcelo Baumann Burgos. Para posteriormente, identificarmos o quanto se dedicou ao combate das favelas – promovendo um extenso contexto desmotivador da política pública para os favelados – até chegarmos ao terceiro capítulo, onde finalmente o Morar Carioca é apresentado e repercutido pela mídia, pelo Jornal O Globo, especificamente, dentro do contexto pré-olímpico que a cidade do Rio de Janeiro passou a se inserir.

Buscaremos, portanto, a construção de um panorama histórico que embasará a questão da formação da identidade daqueles moradores da Providência e a relação com os agentes representantes do poder público, no caso, a Secretaria Municipal de Habitação. Para, no capítulo quatro, tentar mensurar os impactos que essa nova política de habitação promoveu – e ainda promoverá – sobre a vida e identidade daqueles moradores. E para contribuir com essa etapa final deste trabalho, analisaremos aqui as teorias sociais do discurso adotadas pelo autor Norman Fairclough, que toma o enunciado como parte da prática social, e diversos pontos da profunda análise da formação de identidade da classe operária frente a grandes períodos de transformação social feita pelo autor Richard Hoggart.

1. A FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO MORRO DA PROVIDÊNCIA

Em 1898, quando foi proclamada a República do Brasil e o Rio de Janeiro se transformou na capital do país, o crescimento populacional carioca já ultrapassava em grande velocidade o número de habitações disponíveis. De acordo com o pesquisador José Murilo de Carvalho (1999), os primeiros 20 anos da República têm forte poder de mudança sobre a nova capital federal. Um conjunto de grandes transformações, tanto políticas, quanto econômicas e sociais, que se “gestavam” anos antes da mudança, passam a acontecer quase que todas de uma vez e lançam a capital no que ele chama de um período de “febril agitação” (CARVALHO, 1999, p. 15).

Estima-se que a população aumentava em um ritmo praticamente três vezes mais acelerado¹ do que os espaços para moradias existentes, o que já não só anunciava como confirmava a existência do déficit habitacional tão comum aos centros urbanos. Morar na capital do país não se tornava só mais atraente, como também mais caro e simplesmente não havia moradias suficientes para lidar com aquele crescimento. A pesquisadora Licia do Prado Valladares (2005) lembra que, apesar do acelerado desenvolvimento das construções prediais, só 1% delas seria destinado para habitação. O enorme descompasso entre o número de pessoas vivendo na capital e as construções disponíveis, além dos altos preços e dificuldades para a regularização de imóveis, desencadearam o aumento da densidade domiciliar, que aumentou de 7,3 para 9,8, pessoas por residência (RIBEIRO *apud* VALLADARES, 2005, p.36).

Nesse contexto, eram os cortiços e as casas de cômodos que se popularizavam e despertavam a atenção das autoridades. De acordo com o censo realizado em 1890, quase um quarto da população viva em cortiços no Centro. Com várias pessoas morando em um mesmo lugar, as acomodações ficaram conhecidas como “antros da vagabundagem” e “inferno social”. Os cortiços também eram vistos pelas autoridades como pontos de foco do crime, além de propícios às epidemias. Já para os moradores, as acomodações eram a saída para quem precisasse morar mais próximo do local onde trabalhava e economizar com o transporte.

¹ Entre 1890-1906, a população do Rio aumentava em uma taxa de 2,8% ao ano, enquanto a de construções destinadas a moradias crescia apenas 1%, como indica pesquisa feita por Ribeiro. (RIBEIRO *apud* VALLADARES, 2005, p. 36)

Ainda durante a administração do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, um quarto num cortiço custava na faixa de 20\$ (réis), enquanto a diária média de um trabalhador que recebesse salário referente a atividades informais, ficava na faixa entre 3\$ a 12\$². É sobre a popularização deste tipo de moradia que Carvalho (1995) explica que a maior concentração acontecia no Centro da cidade, onde “de início se localizava todo o comércio da cidade em consequência da proximidade do porto e, já, nas últimas décadas do século XIX, pelo estabelecimento, também nessa área, da indústria manufatureira” (CARVALHO, 1995, p. 137).

Não por acaso, o cortiço mais conhecido foi o Cabeça de Porco, localizado na região central do Rio de Janeiro. Com quase 2 mil moradores, a casa de cômodos ficava na Rua São Félix, no número 154. Sua demolição foi a mais polêmica: em meio a uma verdadeira batalha, toda a estrutura e pertences dos moradores vieram abaixo em um só dia³.

De acordo com a pesquisa realizada por Vaz (VAZ *apud* VALLADARES, 2005, p. 24) a perseguição aos cortiços, em especial ao Cabeça de Porco, e sua demolição, podem estar diretamente relacionados à formação posterior do Morro da Providência. Também seguindo essa linha de raciocínio, outros estudos feitos sobre esse tipo de moradia indicam que o hábitat pode ser considerado o início da proliferação das favelas. Com barracos similares aos que existiam dentro do antigo cortiço, os moradores desalojados, que não tinham para onde ir, construíram por conta própria seus casebres na encosta do Morro da Providência, utilizando em muitas vezes os escombros das demolições.

A campanha de “guerra” contra os cortiços ganhou ainda mais força com a grande reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos. Foi entre 1902 e 1906 que as medidas para trazer saneamento e civilizar a cidade se expandiram, movidas pela lei da “esthetica”⁴, da ideia de “arejamento” da capital e da construção das avenidas mais largas. No Rio de Janeiro, diversas leis chegaram a ser promulgadas para restringir a construção

² “Um pedreiro ganhava uma diária de 7\$ a 9\$, um canteiro, de 9\$ a 12\$, um servente, de 3\$ a 4\$, e trabalhadores diversos, de 3\$ a 5\$” (CARVALHO, 1995, p. 136).

³ Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, exposição Memória da Destruição: Rio – uma história que se perdeu, 2002.

⁴ Já no início dos anos 1920, a favela ficou inserida em debates como a “lepra da esthetica”. (PIMENTA *apud* VALLADARES, 2005, p. 36)

de novos cortiços. A mais importante delas foi o regulamento municipal de 1906, onde ficou definido que os cortiços se tornavam proibidos e, por isso, deveriam ser extintos. Pelo decreto, também, fica expressa a classificação dos moradores que ali viviam. A regulamentação não deixa dúvidas, esse tipo de habitação deveria chegar ao fim. No entanto, não fica definida nenhuma forma de realocação daqueles mesmos habitantes. Nesse sentido, Carvalho (1995) lembra que a reforma urbana não era voltada para todos; desde o princípio, as ações estavam voltadas para as elites, ao passo que deixavam esse contingente de desabrigados para trás:

Saneava-se a cidade, mas deixava-se uma numerosa população pobre em condições precárias de vida, pois não havendo a substituição desses cortiços por moradias baratas em número suficiente, as populações de baixa renda se mudavam para os subúrbios distantes, ou se amontoavam nos prédios restantes na área central da cidade (CARVALHO, 1995, p. 135).

E mesmo não havendo nenhum plano para realocar a população, o que ficava claro para ela é que aquele tipo de construção insalubre e com amontoados de pessoas por poucos metros quadrados deveria chegar ao fim:

Construção proibida pela Prefeitura. É uma habitação colectiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construcção ligeira, algumas vezes installados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difficil accesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pateo, área ou corredor, com apparelho sanitário e lavanderia commum. (...) habitados geralmente por individuos e classe pobre e com nome de casa de alugar commodos (BACKHEUSER *apud* VALLADARES, 2005, p. 34).

Com essa proibição e destruição das casas de cômodo, estima-se que ao menos 20.000 pessoas tenham ficado desabrigadas (CARVALHO, 1995). Ao mesmo tempo em que a população aumentava e se realocava, ao ser expulsa dos cortiços e dava origem a outros tipos de ocupação, outro importante fenômeno também marcava a época. Dez mil soldados do conflito de Canudos regressavam à capital, que era o estado com maior visibilidade, a fim de reivindicar junto ao governo federal a prometida recompensa pela vitória da batalha.

A batalha em Canudos, sertão baiano, ficou marcada na história e na literatura, através do relato feito por Euclides da Cunha, na obra *Os Sertões*. Publicado em 1902, momento posterior à chegada dos soldados à capital, e considerado o livro “número um do Brasil” (ABREU *apud* VALLADARES, 2005, p. 29), *Os Sertões* teve forte influência sobre intelectuais da época⁵, reforçando a guerra na memória coletiva. O conflito de Canudos teve início quando um líder local, Antonio Conselheiro, ao perceber que havia caído num golpe, começa a fazer ameaças de ataques à outra cidade baiana, a de Juazeiro. Antonio Conselheiro nunca fora figura querida pelo Estado. Considerado pelos moradores como líder do povoado, Conselheiro representava perigo à esfera pública. Por se manifestar contra a estreita relação entre o governo e a Igreja, era acusado também de propagar ideias antirrepublicanas e por ser sonegador de impostos.

Com medo do que poderia vir e baseado na “figura do mal” que Conselheiro representava, o juiz da região resolve recorrer ao governador da Bahia que, por sua vez, pediu apoio a tropas federais. A guerra estava, portanto, armada.

Dessa forma, movidos pelo terror do que a figura de Antonio Conselheiro representava à ordem do estado, e com soldados baseados no poder de liderança que Conselheiro tinha sobre a população de Canudos, o ataque das tropas federais pode ser ainda mais impulsionado, até o ponto do total extermínio do povoado. A morte de Antonio Conselheiro foi festejada por multidões. Quando os soldados finalmente encontraram seu cadáver, por meio da indicação de um prisioneiro, o “único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra⁶” (CUNHA, 1902) foi exumado. Os militares fizeram questão de exibir o troféu maior e montaram uma ata para não deixar dúvidas de quem era aquele corpo. Levaram o crânio de Conselheiro ao litoral baiano para “que todo o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto aquele terrível antagonista”.

Mesmo com a vitória dos militares da República, que precisaram resistir para combater os moradores que ali viviam, a narrativa de Euclides da Cunha reforça em sua obra que os homens de Canudos lutaram até o final:

⁵ “Canudos, povoado perdido e desconhecido do agreste do Estado da Bahia, alcançou as manchetes dos jornais da época. Após a publicação de *Os Sertões*, o povoado virou lenda”. (VALLADARES, 2005, p. 29)

⁶ A expressão “despojos opimos”, apesar de incomum, é usada por Euclides da Cunha com sinônimo de “prêmio máximo”, reforçando, assim, o quão valioso era que os soldados matassem e exibissem o corpo de Antonio Conselheiro, como troféu da batalha de Canudos.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados. (...) e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa História? Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas (CUNHA, 1902, p. 307).

Por isso, depois de conquistarem o principal objetivo com sacrifício, os soldados exigiam o reconhecimento pela vitória sobre o povoado no sertão baiano. Com salários atrasados e completamente indignados, o grupo de quase 10 mil homens da República chegava à capital na expectativa de receber a prometida recompensa. E via no Morro da Providência uma forma de reivindicar e pressionar o governo. Pouco a pouco, os militares foram se instalando pelas encostas do local, em barracos improvisados, sem qualquer traçado ou planejamento. De forma inesperada, surgia a ocupação como forma de exigir do governo o pagamento referente à participação na batalha. Com a permissão do Ministério da Guerra, os veteranos se alojavam ali temporariamente, até que a situação fosse resolvida. Ao mesmo tempo em que os soldados se colocavam numa posição estratégica em relação ao Ministério, eles continuaram submetidos a ele, na expectativa de que a dívida fosse quitada.

Com a permanência dos ex-combatentes, as marcas do povoado de Canudos também vão se fincando ao Morro da Providência, chamado a partir daí de Morro da Favella. A mudança de nome se dá por duas razões. A primeira delas, o fato do arbusto favella, facilmente encontrado no sertão baiano, estar muito presente também nas encostas do Morro da Providência, estabelecendo assim algum tipo de relação entre os dois locais.

O outro motivo que levou a essa substituição de nome foi a incrível resistência dos combatentes, ainda durante a Guerra de Canudos, que ficaram em trincheiras no morro da Favella, no sertão baiano. Esta atuação dos soldados foi considerada fundamental para a vitória do exército da República.

Portanto, se a primeira explicação para a mudança de nome se dá por mera semelhança visual entre o tipo de vegetação de um morro no sertão da Bahia e outro no Rio de Janeiro, a segunda justificativa já traz forte conotação simbólica, no que diz respeito

à luta de homens contra a dominação de adversários. Por isso, o Morro da Providência passou a ser conhecido também como Morro da Favella, onde o novo adversário daqueles soldados era o próprio Estado (VALLADARES, 2005, p. 29). Os soldados, portanto, se instalaram no Morro da Providência para resistir e passaram de “heróis”, por terem derrotado o povoado de Canudos, a empecilho para a reforma urbana.

1.1 O PROBLEMA DO MORRO DA FAVELLA E O CONTRASTE COM A REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS

Não é consenso entre estudiosos que o Morro da Providência, ou Morro da Favella, como foi rebatizado em 1887, tenha sido a primeira favela brasileira, mas fica marcada a data de meados de 1897 do início da ocupação. Apesar de não ser esta a primeira vez em que formas de habitação tomavam o morro⁷, foi esta a primeira favela que entrou para história⁸. Outros pontos, como a Quinta do Caju, a Mangueira e a Serra Morena também foram povoados ainda no século XX, antes mesmo dos primeiros registros da Providência. O que diferenciou esses três pontos e o Morro da Favella foi o tipo de formação. Ao contrário da Favella, nada prova que o tipo de ocupação que acontecia na Quinta do Caju, na Mangueira e na Serra Morena fosse ilegal. Inclusive, de acordo com o Cadastro de Favelas do Instituto Pereira Passos, eram imigrantes italianos, portugueses e espanhóis que se instalavam ali, o que permite supor, então, que as moradias e o avanço por esses três morros tenham sido consentidos por autoridades da época.

Por ser espontâneo, o Morro da Favella ficou considerado como o principal “germe” capaz de atrapalhar a reforma urbana que corria no Rio de Janeiro. As casas mal-ajambradas ocupavam local de destaque: a favela crescia bem no Centro da capital, entre a estação de trem da Central do Brasil e a Avenida do Cais do Porto⁹. As construções mal feitas e desordenadas em nada combinavam com o espaço que se abria para a

⁷ Característica do Rio de Janeiro, a associação entre as palavras “morro” e “favela” começou ainda no princípio do século XX, se tornando frequente tanto na literatura, quanto em letras de samba.

⁸ A formação do Morro de Santo Antonio, em 1898, também é oriunda do protesto organizado por soldados que retornavam da batalha de Canudos. A ocupação, no entanto, não teve tanto destaque quanto a do Morro da Providência.

⁹ “Para allí vão os mais pobres, os mais necessitados, aquelles que, pegando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o *direito* de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moitões os quatro pilares do seu *palacete*.” (BACKHEUSER *apud* VALLADARES, 2005, p. 38).

modernização do Rio de Janeiro, destoavam do alargamento de avenidas, da elevação de prédios comerciais e das inovações que chegavam ao Centro. Outra marca bem específica do lugar era o tipo de ocupação feita pelos moradores, sem que houvesse qualquer traçado ou planejamento, muito menos investimentos de setores públicos para que as pessoas ali ficassem.

O Morro da Favella era, portanto, um retrocesso e ia na contramão das políticas de reforma urbana do início do século XX. Dessa forma, para denominar outros pontos onde essa “desordem” também acontecia, mesmo as ocupações que tiveram início antes do Morro da Favella, sua denominação *favela* acabou sendo atribuída a qualquer outro tipo de espaço tomado por habitações precárias que se formassem sobre terreno particular ou público invadido, em que não houvesse organização, nem mesmo evidências de saneamento, iluminação ou estrutura básica para se construir uma casa. A partir daí, diversas outras favelas foram registradas por todos os lados, da zona Sul à zona Norte da cidade.

Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006) indicam que toda essa representação da favela registrada oficialmente como espaço para casas irregularmente construídas, sem plano urbano, sem água, sem luz, fez surgir as imagens que fizeram do espaço da favela, “o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado” (Alvito, Zaluar, 2006, p. 10). Nesse sentido, comerciantes e moradores de outras áreas da cidade cobravam um tipo de ação do governo para por fim àquele “mal estar social”. Como solução imediata, surge neste contexto a ação policial como medida imediata. Era preciso intervir.

O curioso, no caso do Morro da Favella, é que, além de ex-moradores de cortiços, a população era constituída principalmente pelos ex-combatentes do Exército que chegaram a ser autorizados pelo Ministério da Guerra para ali permanecerem, ou seja, figuras que já haviam representado o próprio Estado e que agora contavam com o aval do governo para se instalarem naquela região. Mas mesmo assim, apenas três anos depois do início da construção de barracos e da instalação de soldados, o morro já estava classificado como ponto de instalação de bandidos e malfeitores. Em um documento disponível no Arquivo Nacional, evidenciado por Zaluar e Alvito (2006), está a carta feita pelo delegado da 10ª circunscrição, no dia 4 de novembro de 1900, e destinada ao chefe de polícia. Nela fica registrado que:

Obedecendo ao pedido de informações que V. Excia., em ofício sob nº 7.0.71, ontem me dirigiu relativamente a um local do *Jornal do Brasil*, que diz estar ao Morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro só um bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armados (...) Dos livros desta delegacia, consta ter sido feita ali uma diligência pelo meu antecessor que teve êxito, sendo com um contingente de 50 praças, capturados, numa só noite, cerca de 92 indivíduos perigosos (ZALUAR, ALVITO, 2006, p. 8).

Além da polícia e do apoio de grande parte da população, que denunciava as aberrações habitacionais, e já estabelecia relações daquele “caos” com o aumento de crimes cometidos pela capital e exigia soluções, a questão do déficit de moradias populares e as formas rápidas que a população estava encontrando para solucionar a ausência delas, se tornaram a grande preocupação do governo. Era preciso agir rapidamente, conter o crescimento desordenado e conhecer as formas de formação dos casebres, para denunciá-los e pôr fim à proliferação dos novos males urbanos que se alastravam em alta velocidade.

Tanto que em 1905, durante a reforma do prefeito Pereira Passos, houve a criação de uma comissão para estudar a questão das moradias populares. O ponto de partida era a tese do técnico-sanitário e engenheiro Everardo Backheuser. O destaque do estudo ficava para as habitações insalubres, em que a densidade domiciliar era alta. Ele relacionava a partir delas a transmissão de doenças e os riscos de contágio para o restante da população. Backheuser fez um estudo aprofundado a respeito dos cortiços, albergues, hospedarias e casas de cômodos, estabelecendo as diferentes legislações regentes sobre construção e formas de habitação no Brasil. (CARVALHO *apud* VALLADARES, 2005).

A principal preocupação era sobre o que se fazer a respeito das favelas. E mesmo com poucos dados sobre a sua população, número de casas ou até mesmo certa noção de velocidade para aquele tipo de habitação surgir em outros cantos da cidade, os intelectuais que se propunham a estudar as favelas se posicionavam a fim de encontrar justificativas consistentes e encorajar o governo a tomar diversas medidas práticas para que elas chegassem ao fim. Era preciso exterminá-las, mesmo sem se ter muita certeza do que elas

representavam. Nesse sentido, é Backheuser quem vai ser também o primeiro especialista a registrar e enumerar oficialmente a existência da favela. No seu relatório pioneiro, o destaque fica para o Morro da Favella, que se destacou pela “originalidade e inesperado” (BACKHEUSER *apud* VALLADARES, 1906, p. 111).

O Morro da Favella é íngreme e escarpado; suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada. Imagine-se, de facto, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapo, latas de kerosene abertas e juxtapondo-se, taboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mixtura de materiaes presos á ossatura da coberta por blocos de pedras, de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. É isto pallida idea do que sejam estas furnas onde, ao mais completo desprendimento por comesinhas noções de asseio, se allia uma falta de água, quase absoluta, mesmo para beber e cosinhar (BACKHEUSER *apud* VALLADARES, 1906, p. 111).

Com o primeiro registro oficial sobre favelas, ficava “avisada” também a classificação daquelas moradias de “anti-higiênicas”. Era, portanto, um alerta e, a partir dele, era mais do que necessário agir. Dentro desse contexto, existe também o desenvolvimento de médicos e engenheiros que lideravam a corrente médico-sanitarista e consideravam o meio ambiente diretamente ligado aos males não só físicos, como também aos males morais dos seres humanos. A favela, dentro dessa lógica, passa a ser elemento oposto à técnica e ao conjunto da cidade. Toda essa “problematização” se constrói, antes mesmo do processo de favelização se espalhar pela capital (VALLADARES, 2005, p. 39). Era propagado o terror às favelas e, “naturalmente”, elas precisariam chegar ao fim.

A representação da favela amplamente divulgada àquela época por jornalistas, homens públicos, engenheiros e médicos contribuiu para o desenvolvimento do que se propagaria no imaginário social. E mesmo com diferentes vertentes de estudo e abordagens, esses escritores e intelectuais mantinham a mesma percepção do que as favelas representavam para o desenvolvimento urbano da capital. Era, sem dúvidas, um mundo à parte, completamente diferente daquele que emergia no Rio de Janeiro, que destoava das medidas de avanço e modernização urbana. Há, então, o intenso combate a essas moradias consideradas insalubres.

Um dos principais palcos para a “exibição e elaboração de estudos que propagavam a campanha médico-sanitarista” (VALLADARES, 2005, p. 41) e o fim das favelas era o Rotary Club do Rio de Janeiro. Inspirado no formato do clube de Chicago, o Rotary Club formado na capital também funcionou como local de discussões e pressão dos meios econômicos sobre os problemas urbanos da cidade, como inundações, abastecimento de água e preservação de meios históricos. A construção de favelas, portanto, não passaria despercebida pela organização. Quem se destacou dentro do clube foi Augusto de Mattos Pimenta. Com múltiplas identificações – às vezes como médico especialista em questões sanitárias, às vezes como engenheiro e jornalista – Mattos Pimenta esteve muito ligado ao mundo dos negócios nos anos de 1920.

Foi entre os anos de 1926 e 1927 que Mattos Pimenta estabeleceu um vínculo direto com a favela. Com o reforço da imprensa carioca e dos poderes públicos, organizou a primeira grande campanha contra a o tipo de habitação que ali era construída. Suas ideias tiveram grande destaque nos principais jornais cariocas, como *O Globo*, *A Notícia*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *Correio da manhã* e *Jornal do Brasil*, reforçando o tipo de habitação como a “lepra da esthetica”¹⁰. Suas preocupações reformistas são projetadas por meio da retomada do discurso de outros especialistas: mais uma vez, o espaço é considerado anti-higiênico, insalubre, ponto para concentração de pobres e onde nenhuma lei seria capaz de operar e estabelecer a ordem local. O engenheiro expressa ainda suas preocupações reformistas e sanitárias:

[...] antes mesmo de sua adopção [do plano de remodelamento do Rio de Janeiro] é mister se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das ‘favellas’ – lepra da esthetica, que surgiu ali no morro, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeita e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de belleza (PIMENTA *apud* VALLADARES, 1926, p. 7).

¹⁰ “Esta analogia sintetiza perfeitamente a maneira pela qual Mattos Pimenta denunciava a pobreza. A lepra era considerada na Idade Média a doença dos malditos e, ainda nos anos 1920, constava como uma das piores doenças contagiosas, desfigurando e levando à segregação os doentes por ela infectados.” (VALLADARES, 2005, p. 42)

Depois de obter ainda mais apoio da imprensa, é a vez de Mattos Pimenta alcançar um órgão federal para que suas ideias de fim às favelas fossem também ratificadas. Foi quando o Departamento Nacional de Saúde Pública se tornou também uma alça de sustentação para reforçar a “problematização” das favelas. Mattos Pimenta obteve, assim, o apoio do Dr. Clementino Fraga Filho, que dirigia o departamento, do Prefeito Antonio Prado Junior e também do chefe de polícia. O resultado dessa união foi o folheto impresso intitulado “Casas populares”, que trazia propostas e soluções para o tipo de habitação em questão. Como próximo passo, que tinha caráter de “salvação pública”, era necessário parar imediatamente a construção de novas casas insalubres, para impedir a propagação das favelas que já estavam erguidas e a criação de outras que poderiam vir a seguir.

De acordo com o folheto, as medidas seriam viáveis por meio de uma fiscalização que seria feita pelos próprios funcionários do Departamento Nacional de Saúde Pública. Somado a isso, estava prevista também a construção de casas para os trabalhadores, além de asilos e colônias para os inválidos, idosos e crianças abandonadas. O documento impresso evidenciou mais uma vez a familiaridade com que Mattos Pimenta tratava o mercado imobiliário (VALLADARES, 2005, p. 43). Toda a estratégia que ele usava era ideal para o governo porque dispensava ainda a preocupação aos cofres públicos. Seria feita uma parceria entre o Banco do Brasil e as construtoras, que gerariam crédito com garantia de hipoteca. A realocação seria paga pelos próprios moradores, que arcaariam com um aluguel mensal, não onerando o Tesouro Público. Também de acordo com os cálculos estudados, com a taxa anual de 9% seria possível que os moradores conseguissem em 15 anos quitar a dívida e alcançar a qualidade de vida em uma casa imaginada como confortável e de estrutura sólida.

Na prática, o projeto tratava da construção de prédios com seis andares. No total, estariam disponíveis cerca de 120 apartamentos, sempre cumprindo os “modernos princípios da higiene e conforto”. Pela primeira vez, é feita a proposta das favelas serem assim substituídas por conjuntos habitacionais. Coincidência ou não, depois de toda essa divulgação e do apoio do departamento de caráter nacional, do prefeito e do chefe de polícia, foi “em pleno carnaval de 1928 que centenas de barracos do Morro da Providência foram postos ao chão pelo Prefeito Antonio Prado Júnior” (CONNIFF *apud* VALLADARES, 1981, p. 44). Por outro lado, a reimplantação dessas pessoas, prevista pelo projeto “Casas populares”, não aconteceu. Os moradores expulsos foram obrigados a

buscar por conta própria um novo local para se instalar, já que a construção do conjunto habitacional previsto simplesmente não fora executada.

Mattos Pimenta ganha, assim, o apoio também das elites a partir do momento que suas ideias se tornam mais palpáveis e são executadas, não importava se para os moradores da favela isso significaria execuções pela metade ou não. Se a ação de combate às favelas estava visível para as elites e a lei da estética da cidade se tornava prioridade, as propostas de Mattos Pimenta eram satisfatórias. Com isso, ele passa a influenciar também outros protagonistas que reforçariam o fim das favelas. Este era só o início da propagação de ideais que desencadeariam mais tarde a formação do Plano Agache, o Código de Construção e também o Banco Nacional de Habitação (BNH).

1.2 A REFORMA URBANA PARA FAVELAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

O Plano Agache foi idealizado entre o final da década de 1920 e o princípio dos anos 1930, pelo urbanista francês Alfred Agache, também apoiado pelo Rotary Club do Rio de Janeiro. O arquiteto e sociólogo foi o primeiro dos estrangeiros a falar e registrar suas impressões sobre as favelas¹¹. Antes mesmo da elaboração do plano do Rio, Agache já mencionava em sua tese “Cidades-jardins e favellas” a questão das construções morro a cima, considerando a população meio “nomada, avessa a toda e qualquer regra de hygiene” (AGACHE *apud* VALLADARES, 2005, p. 48). As medidas de “higienização” e o perigo da expansão das favelas, já expostos por Mattos Pimenta, seriam então foco de seu plano de ações:

Não impede que, construidas contra todos os preceitos da hygiene, sem canalisações d’agua, sem exgottos, sem serviço de limpeza publica, sem ordem, com material heteroclito, as favellas constituem um perigo permanente d’incendio e infecções epidemicas para todos os bairros atravez dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe seus morros do seu enfeite e corroe até as margens das mattas (AGACHE *apud* VALLADARES, 2005, p. 47).

¹¹ O convite feito a Agache provocou alguns conflitos que tiveram repercussão na imprensa, como a reclamação de arquitetos brasileiros sobre a preferência por um profissional estrangeiro, ao invés de um do Brasil, a acusação de plágio em alguns projetos e também devido à escolha para o espaço oriundo da derrubada do Morro do Castelo. (VALLADARES, 2005, p. 45-46).

Simultânea a essa retomada de discurso de Mattos Pimenta, Agache se preocupava também em entender as razões para a formação e propagação das favelas. Em seus argumentos, Agache trata a favela como um local onde se reuniam “dificuldades acumuladas para obter-se uma auctorização de edificar” (AGACHE *apud* VALLADARES, 2005, p. 48), considerando a burocracia para que moradias no geral fossem legalizadas, além dos altos custos para que o trâmite fosse realizado e pudessem dar conta do déficit habitacional que a capital enfrentava. O urbanista toca também na consequência de tal atraso, que trazia o desamparo ao “operário pobre” que via como solução reunir-se a outros “sem tecto para levantar uma choupana com latas de kerozene e caixa de embalagem nas vertentes dos morros proximos” (AGACHE *apud* VALLADARES, 2005, p. 48).

Em 1930, há a formação de uma nova etapa de representação das classes populares. Depois da Revolução de 1930, que levou à ditadura de Getúlio Vargas, passa a existir também uma nova representação das favelas. O regime de Vargas volta a retomar a política higienista, com a atribuição de inúmeras doenças às péssimas condições sanitárias das moradias populares¹². No entanto, algumas ressalvas devem ser lembradas.

De 1931 a 1936, o recém-nomeado prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, passa, ainda no início de sua gestão, a ser conhecido como o “médico dos pobres”. Em sua política, há a construção de diversos hospitais e escolas, com enfoque às reformas progressistas do início do século XX nos Estados Unidos. Pedro Ernesto considerava a ajuda aos pobres uma responsabilidade pública, que deveria ser voltada para o objetivo final de “reduzir o estigma da inferioridade e da dependência”, características do assistencialismo (CONNIFF *apud* VALLADARES, 2005, p. 50). A partir de tais princípios adotados, estabeleceu-se uma nova relação com os favelados, em que o respeito do prefeito pelos moradores ficou em evidência. Pedro Ernesto preocupava-se com a questão da propriedade do solo, incluiu as escolas de samba no Carnaval e agia também sobre a distribuição e atuação de serviços públicos, como iluminação e construção de escolas.

A crescente popularidade de Pedro Ernesto acabou virando motivo de preocupação para Getúlio Vargas e, com isso, foi afastado do cargo antes mesmo que seu mandato chegasse ao fim. No lugar dele, é nomeado, também por Vargas, Olympio de Melo. Foi em

¹² Vargas associava as doenças às más condições sanitárias das moradias populares. Ele afirmava ainda que “a propriedade de sua moradia e uma alimentação adequada eram legítimas aspirações dos trabalhadores.” (GOMES *apud* VALLADARES, 2005, p. 50).

sua gestão que o Código de Obras entrou em ação. O documento publicado em 1937 vigorou até 1970. Mais uma vez, o documento oficial recebia apoio dos engenheiros municipais e tinha quesitos específicos para lidar com as construções urbanas: tanto o novo fenômeno da verticalização, como o “alongamento” das construções, quanto questões mais antigas, como a formação dos já conhecidos e combatidos bairros insalubres. Pelo Código de Obras de 1937, que dedicava um capítulo para problematizar as favelas, ficou estabelecida a “Extinção das Habitações Anti-Higiênicas”.

1.3 A INCLUSÃO DAS FAVELAS BRASILEIRAS NOS DADOS OFICIAIS: O CASO DO MORRO DA PROVIDÊNCIA

“Lá no morro começaram o Recenseamento/E o Agente Recenseador/Esmiuçou a minha vida que foi um horror/E quando viu minha mão sem aliança/Encarou para a criança/Que no chão dormia/E perguntou se meu moreno era decente/Se era do batente/Ou era da folia...”

JAYME DE FIGUEIREDO

Pela primeira vez, havia a preocupação de como se administrar a favela, partindo do princípio que ela representava um problema ao bem estar social. Além de enumerar, era preciso também caracterizar seus habitantes, as condições de moradia e classificar as situações daquele espaço. Por isso, várias definições explícitas e mais pontuais a respeito das moradias são também colocadas no papel. Ainda que não fosse suficiente, o artigo 349 do Código de Obras de 1937 trazia a primeira definição do que podia ser considerado como “favela” – “conglomerados de doius ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem” – e outros pontos que tratam da proibição da expansão das favelas, e a forma com que a prefeitura agiria para coibir o avanço delas – “a prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas” (VALLADARES, 2005, p. 52-53) tendo o poder também de proibir novas construções ou qualquer outro tipo de obras feitas nos casebres.

Outros parágrafos do mesmo artigo também trazem proibições que a prefeitura adotaria, como multas aplicadas a quem alugasse casas nas favelas ou fizesse qualquer outro tipo de cobrança, e trata também do projeto da prefeitura de providenciar “núcleos de

habitação do tipo mínimo” (VALLADARES, 2005, p. 53) que confirmariam a extinção das favelas. De um lado, o Código de Obras apresenta concisos argumentos que mostram que as favelas seriam extintas. Mostra, inclusive, no 9º parágrafo, que a solução estava pronta: os conjuntos habitacionais seriam erguidos e os moradores, realocados. Mas é exatamente nesse trecho que existe espaço para o duplo sentido.

Ao mesmo tempo em que as novas vagas de habitação ainda teriam que ser criadas, a favela, enquanto isso, seria controlada pelo próprio poder público. Ou seja, existia uma brecha para as “aglomerações” continuarem existindo, pelo menos até que os conjuntos habitacionais fossem erguidos. A ambiguidade do documento acontece porque, antes de tratar da eliminação dos casebres, existem propostas de proibir obras, de fazer interdições, de aplicar multas em quem estivesse lucrando com aquilo, ou seja, a forma de se falar de tais eventos deixa em aberto essa possibilidade de a favela continuar existindo, e tendo como “controlador” a própria prefeitura.

O Código de Obras de 1937 tornou-se também marco para que a favela fosse registrada, com número de moradores e formas de construção de vida daquelas regiões caracterizadas e calculadas, antes da propagação de ideias de extinção das habitações nos morros¹³. É verdade que muitos especialistas que passaram a estudar e agrupar informações a respeito das favelas retomaram o discurso de extinção delas, com mais argumentos reunidos e com mais informações a respeito das favelas. Mas também vale lembrar que a reunião de dados sobre este tipo de moradias, como aconteceu na implantação do código, foi um ponto inicial que colaborou para a transformação no pensamento a respeito das favelas. Pela primeira vez, a favela era reconhecida como um espaço urbano presente no território do Distrito Federal.

No Brasil, as estatísticas oficiais surgiram no século XIX, com o primeiro censo nacional, feito em 1872. Antes dele, os dados sobre a população do Brasil vinham de relatórios preparados para outras instituições, como por exemplo, o número de pessoas que ia a determinada igreja ou registros feitos pela Intendência Geral da Polícia. Só em 1870 que um novo regulamento censitário foi criado a fim de que o registro alcançasse todo o território nacional, com periodicidade a cada dez anos. Dois anos depois, aconteceu o

¹³ Agache, em 1930, estima a população das favelas em aproximadamente 200 mil habitantes, enquanto Mattos Pimenta havia feito anteriormente um cálculo de aproximadamente metade desse número (VALLADARES, 2005, p. 55).

Recenseamento da População do Império do Brasil. Nesse sentido, há uma importante mudança com a implantação do Código de Obras de 1937. Foi a partir dele que o próprio governo também passou a defender para se ter uma boa administração e um controle sobre as favelas era necessário “classificar, medir e quantificar o objeto em questão” (FILHO *apud* VALLADARES, 2005, p. 55).

O Morro da Providência já havia aparecido no recenseamento de 1920, mas com dados muito superficiais, que não revelavam a complexidade dos moradores ou a situação das habitações. Apenas o número de barracos tinha sido analisado, sem que houvesse um estudo mais aprofundado a partir disso.

De acordo com os dados de 1930, a população do Distrito Federal era de quase 1,5 milhão de pessoas. Era mais que evidente que a proliferação das favelas continuava em ritmo acelerado¹⁴, mas não se sabia precisar em qual velocidade isso acontecia. A parte visível era que mais da metade dos barracos veio abaixo em meio às justificativas de higiene e valorização das áreas. Também por não se ter dados suficientes para lidar com o problema, a forma de realocação era ainda mais peculiar. Os moradores ficavam hospedados em albergues financiados pelo próprio governo e também podiam reutilizar o material das demolições em outros lugares, com autorização da Saúde Pública. Ou seja, o principal órgão responsável por revitalizar e higienizar as favelas estava consciente da possível formação de favelas em outros pontos da cidade e até mesmo autorizava algumas medidas que contribuía para sua propagação. Dessa forma, ficava bem claro que “o motivo principal da ação do governo era a valorização do terreno” (LOBO, 1992, p. 101).

Durante o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo foi solicitado um estudo¹⁵ mais aprofundado das favelas, para que ações eficazes pudessem ser implantadas. Seria necessário descobrir: o número preciso de casas em cada uma das favelas; o caráter da formação e densidade demográfica de cada uma delas; o número exato de habitantes, distinguindo o número de homens e mulheres; o caráter das habitações; de que forma as terras estavam ocupadas; a quantidade de crianças; os aspectos sanitários no geral; o tamanho da área ocupada; uma estimativa de urbanização de cada área; o nome dos proprietários de cada lote de terra e também um dossiê fotográfico.

¹⁴ Ainda em 1928, já houve registro de 2.542 barracos ou casas em condições precárias.

¹⁵ Participaram da composição do novo documento o médico Mariano Filho, o engenheiro Alberto Pires Amarante e o arquiteto Américo Campo, todos também membros do Rotary Club do Rio de Janeiro.

Dentro desse novo modo de se pensar sobre as favelas, que valoriza o conhecimento de dados mais concretos para uma política mais eficaz sobre a pobreza e seu espaço de proliferação, surge um novo nome para os estudos daqueles tipos de moradia, o do médico-sanitarista Victor Tavares de Moura.

Victor Tavares de Moura era diretor do Albergue da Boa Vontade, uma das instituições do governo Vargas que prestava atendimento aos mais pobres, como mendigos e pessoas sem moradia ou trabalho. A partir daí, Moura se propôs a estudar a implantação parcial de um plano de extinção das favelas, com foco para a reeducação e realocação da população que vivia nos “aglomerados antihigiênicos”. A estratégia para o estudo era a pesquisa feita por técnicos do IBGE que percorreriam o Morro da Favella, para conhecer e mapear a região com base no levantamento de dados e sua inclusão no Censo de 1940.

Victor Tavares de Moura acabou se tornando um dos principais responsáveis pelo estudo *Favelas do Distrito Federal*, no qual foram catalogados também os tipos de moradia, estatuto de ocupação, a finalidade da construção, se era comercial ou residencial. O estudo levantou ainda dados sobre a situação econômica daqueles mesmos moradores, avaliando a presença de um chefe de família, a renda mensal, a taxa de desocupados, quem eram os inválidos, o nível de educação e também escolaridade das crianças.

Por ser um local onde o poder público estava ausente, muitas vezes os moradores do Morro da Providência desconfiavam do repasse de informações e até temiam o que poderia acontecer uma vez que o número de moradores por casebre, por exemplo, fosse registrado. Na maioria dos casos, a própria população relutava em informar as condições em que vivia¹⁶. Pela dificuldade de trabalhar e pela “desordem urbana” que encontrava, um dos agentes do IBGE, responsável pelo posto de recenseamento, deixa registrado a Vitor Tavares de Moura que:

A vida lá em cima [morro da Favela] é tudo quanto há de mais pernicioso. Imperam os jogos de baralho, de chapinha, durante todo o dia, e o samba é a diversão irrigada a álcool. Os

¹⁶ A resistência dos moradores em repassar informações de cunho “pessoal” era muito comum nas regiões mais pobres do país, como o Norte e Nordeste. Em muitos casos, eles temiam o alistamento militar e, por conta da forte presença da religião, acreditavam também que aquele repasse de dados poderia contribuir para algum tipo de “bruxaria” contra eles. Além disso, os agentes do IBGE, no geral, não tinham mecanismos de aproximação das pessoas que viviam em lugares paupérrimos, distante das informações e sem a presença do poder público. A publicação *Coisas que acontecem num recenseamento*, de Jayme de Figueiredo, mostra grande parte desses problemas que marcaram o primeiro censo nacional.

barracões, às vezes com um só compartimento, abrigam cada um, mais de uma dezena de indivíduos, homens, mulheres e crianças, em perigosa promiscuidade. Há pessoas que vivendo lá em cima, passam anos sem vir à cidade trabalhar (MOURA, 1940).

Outros técnicos do IBGE, no entanto, relatam que eram recebidos com comemoração. Que a aproximação de uma iniciativa pública daqueles moradores era motivo de festa. Jayme de Figueiredo, um dos responsáveis pelo recenseamento do Morro da Providência, contou que foi recebido até com um samba sobre o acontecimento: “nunca ninguém perguntô/Cumo é que nós vivia/Mas seu Getúlio chegô/Nós agora tamo em dia” (FIGUEIREDO, 1959, p. 96).

Victor Tavares de Moura nunca chegou a justificar sua escolha pelo Morro da Favella, mas o caracterizou como um local onde “os barracões por um lado se estendiam sobre um terreno municipal, e pelo outro sobre um terreno particular”, sendo a parte menos ocupada já que “todo morador paga o aluguel do chão ou do barracão, e se assim não o fizer, será despejado” (MOURA *apud* VALLADARES, 2005, 57).

É interessante notar que, mesmo 50 anos depois do início da ocupação do Morro da Favella, o espaço ainda era caracterizado como “provisório”. De toda forma, a inclusão de uma favela tão simbólica quanto a do Morro da Providência no censo nacional pode estar ligada com a relação mais estreita que Getúlio Vargas procurava estabelecer com os mais pobres.

O estudo desencadeou a criação da Comissão de Estudo do Problema das Favelas e se repetiu em outras catorze favelas. O relatório final nunca chegou a ser oficialmente publicado, mas teve grande repercussão na mídia. Pela primeira vez, revelou-se a complexidade da favela, as diferenças que existiam em cada uma delas e a comprovação de que a visão comum à época, sobre criminalidade e desorganização social, estava sendo desmontada (LEDS & LEDS *apud* VALLADARES, 57).

A monografia de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva (SILVA *apud* VALLADARES, 2005, p. 57) também tornou-se um marco dos estudos de favela. Estudante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-Rio, Maria Hortência listou, pela primeira vez, as principais favelas do Distrito Federal, o que permitiu a comparação detalhada entre elas. Apesar de conter dados

revolucionários para a época, a monografia da estudante pode ser considerada retrógrada, uma vez que está estritamente ligada aos valores morais (VALLADARES, 2005, p. 60). Mesmo tendo como resultado final algo muito novo, por retomar o discurso da representação da pobreza, Maria Hortência contribui para a reafirmação dos preconceitos já existentes quanto a pobres e negros. Isso fica evidente em muitos trechos de sua monografia, onde, lembrando a abolição da escravidão no Brasil, discorre sobre suas consequências falhas. Mas ao mesmo tempo Maria Hortência atribui às vítimas a responsabilidade sobre a situação de vida em que se encontravam, justificando que os males da preguiça ainda estavam sobre eles e era preciso livrá-los daquilo:

É de espantar, portanto, que prefira sentar-se na soleira da porta, cantando, ou cismando, em vez de ter energia para vencer a inércia que o prende, a indolência que o domina, e resolutamente pôr-se a trabalhar? Para que ele o consiga, é preciso, antes de mais nada, curá-lo, educá-lo, e, sobretudo, dar-lhe uma casa onde o espere um mínimo de conforto indispensável ao desenvolvimento normal da vida (SILVA *apud* VALLADARES, 2005, p. 60).

A linha de pensamento sobre a favela publicada nos dois estudos trouxe importantes avanços para o registro do crescimento das habitações e sua integração, ainda que muito devagar, às preocupações sobre o meio urbano. Embora não representassem a integração dos favelados ao restante da cidade, as duas publicações, tanto a de Vitor Tavares de Moura como a de Maria Hortência Nascimento e Silva, puderam contribuir para avanços na favela como campo de estudo. Tanto que as publicações serviram de base para a elaboração do projeto dos parques proletários do Prefeito Henrique Dodsworth, que seria a primeira experiência efetiva de construção de moradias populares para os moradores das favelas da capital. As iniciativas iam além do realojamento provisório, incluíam também a assistência e educação aos habitantes para que, depois de realocados, pudessem modificar suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida, que levaria à saúde física e moral (OLIVEIRA *apud* VALLADARES, 2005, p. 62).

1.4 O PRIMEIRO RECENSEAMENTO NACIONAL DAS FAVELAS E O PAPEL DO IBGE

Estudos avançaram sobre Morro da Providência e até mesmo sobre outras construções, mas ainda não havia um levantamento oficial que desse conta de distinguir as favelas das demais habitações precárias que se espalhavam pela cidade. Antecipando-se aos relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Prefeitura do Rio de Janeiro criou o Departamento de Geografia e Estatística e realizou o primeiro Recenseamento das Favelas do Rio. Vale lembrar que Major Durval de Magalhães Coelho esteve à frente do documento, atuando ao lado do prefeito, também militar, General Angelo Mendes de Moraes.

O levantamento teve início em 1947 e foi concluído dois anos depois, em 1949. Ao final dele, foram contabilizadas 105 favelas em todo o estado do Rio de Janeiro. A população, pela primeira vez, estava contabilizada com maior precisão. Eram 68.953 pessoas do sexo masculino e 69.884 do sexo feminino, com um total de 138.387 habitantes. A densidade habitacional apontava, em média, quatro pessoas em cada uma das 34.528 moradias registradas. Mesmo sendo pontual em números e mostrando do que a favela se constituía, o relatório apresentava duas grandes falhas. Muito se falou dos elementos constituintes das favelas, mas não havia ainda a definição para o que era, de fato, a favela.

O resultado do levantamento também pode ser considerado surpreendente. Ao contrário do que se pensava na época, a grande parte dos moradores das favelas não era de migrantes. O número expressivo era originário do próprio Distrito Federal (38%) ou do Estado do Rio de Janeiro (29%). O número de habitantes analfabetos com mais de sete anos também provocou espanto nas autoridades: eles não representavam a grande maioria, e sim, pouco mais da metade dos habitantes das favelas, representando 53% deles. O grupo mais numeroso era formado por pardos ou mestiços, seguidos por negros e, por fim, os brancos.

Mesmo com números que contrariavam o senso comum sobre as favelas, o relatório voltava a retomar o discurso que se preocupava com os valores morais, dando destaque em dez páginas a clichês e preconceitos contra os pobres, em especial os negros.

O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pode aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica [...] Renasceu-lhe a preguiça atávica, retorou a estagnação que estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora, ou então – e como ele todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade

– priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decendente mas investe somas relativamente em indumentária exótica, na gafeira e nos cordões carnavalescos gastado tudo, enfim, que lhe sobra da satisfação das estritas necessidades de uma vida no limiar da indigência (Prefeitura do Distrito Federal *apud* VALLADARES, 2005, p. 66).

Em 1950, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o governo federal, publica o Recenseamento Geral de 1950. Pela primeira vez foi possível a comparação entre os dados das populações das favelas e da população do Distrito Federal. Nesse sentido se destaca Alberto Passos Guimarães, diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE. E como grande marca da inovação desta publicação, registra-se a primeira definição oficial sobre o que era uma “favela”. A definição deixa pra trás antigos conceitos. A restrição a casas em cima do morro, a situação de barracos – que podiam ser vistos em bairros do subúrbio – não se tornava mais suficiente para o levantamento. O grande marco do Recenseamento Geral de 1950 é trazer, pela primeira vez, a questão das favelas ressaltada como um problema metodológico, complicado de se especificar com precisão onde elas começavam e onde terminavam.

A nova noção de favela contribuía, dessa forma, para que elas fossem enxergadas dentro do meio urbano como parte dele e não como elementos fora do processo de urbanização. Pelo relatório, a definição de favela partia do consenso comum público como tal, estivessem elas localizadas nos morros ou em qualquer outra parte. A partir daí, foram incluídos outros critérios nos aglomerados humanos que contribuiriam para a especificação da ideia de favela. Como a noção de proporções mínimas, com agrupamentos de casas ou prédios formados com unidades de número superior a 50; a predominância de casebres ou barracões, construídos de maneira arranjada; a condição jurídica daquela ocupação, fosse pela falta de fiscalização ou licenciamento, em terrenos de terceiros ou até de propriedade desconhecida; o percentual de ausência de investimentos públicos e também a questão da urbanização, com falta de numeração ou emplacamento, por exemplo (GUIMARÃES *apud* VALLADARES, 2005, p. 65).

Dessa forma, com os novos critérios para a identificação de favelas, o número registrado pelo IBGE não atinge o mesmo contabilizado pela prefeitura. De acordo com os novos parâmetros, são 58 favelas, ao invés das 105 anteriormente registradas. O Morro da Favella, por exemplo, a mais antiga das áreas ocupadas morro acima, fica longe de

representar o maior “perigo” para os avanços urbanos, como era tão comumente propagado. Seus habitantes contabilizam o número de apenas 4.657 pessoas, enquanto outros pontos, como o Jacarezinho, a maior das favelas da época, já beirava os quase 20.000 moradores, seguida pela Favela da Mangueira, com 8.949 habitantes.

É interessante notar que, de acordo com o recenseamento, a população é ativa e “predominantemente trabalhadora, ligada através de ocupações diversas aos principais ramos de atividades do Distrito Federal” (GUIMARÃES *apud* VALLADARES, 2005, p. 70). O importante dado desmonta, assim, o velho discurso preconceituoso que associava às favelas moradores preguiçosos e ociosos. Guimarães define ainda que não era questão de uma população constituída de marginais, “mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social”. O relatório do IBGE e as observações finais publicadas pelo próprio Alberto Passos Guimarães marcam uma nova fase na representação das favelas. Além de precisão, valorizava também o significado sociológico dos dados, buscando explicar as razões, o contexto e a formação final daqueles tipos de moradias. A partir disso, o autor se questionava a viabilidade da urbanização ou extinção das favelas, reforçando que qualquer um dos dois traria também novos problemas a serem solucionados:

A extinção das favelas [...] implicaria a acomodação em zonas distantes de 60.000 famílias, a construção em prazo curto de cerca de 50.000 novas casas para venda ou locação a preços limitados e exigiria a solução do problema dos transportes, ampliando-se e barateando-se os atuais meios de locomoção (GUIMARÃES *apud* VALLADARES, 2005, p. 71).

Ao final do relatório, o autor lembra que se as favelas eram consideradas problemas, era preciso antes de tudo antecipar dados sobre ela para que se promovesse o conhecimento do meio habitacional.

Sejam quais forem os rumos escolhidos para equacionar os problemas surgidos com a proliferação dos núcleos dos favelados, o acerto das medidas que possam vir a ser postas em prática dependerá do melhor conhecimento das características individuais e sociais dessas populações (GUIMARÃES *apud* VALLADARES, 2005, p. 72).

Era preciso estudá-las, esmiuçá-las e conhecê-las em totalidade para propor novas medidas, e não apenas extingui-las, por remoções ou até mesmo pela urbanização dos

pontos. Nesse sentido, Alberto Passos Guimarães contribuiu para a chegada de uma nova fase de “descobrimento” sobre as favelas. E nesse novo debate entra em cena também a representação da Igreja Católica, por meio da criação da Fundação Leão XIII e da Cruzada de São Sebastião, como setor responsável por estimular o conhecimento da complexidade das favelas e a entrada desse estudo dentro das ciências sociais.

As duas instituições lançadas pela Igreja Católica atuavam em favelas, mas com formas de ação distintas. A Fundação Leão XIII promovia e assegurava “assistência material e moral aos habitantes dos morros e das favelas” (VALLADARES, 2005, p. 72) promovendo a construção de escolas, creches, maternidades e conjuntos habitacionais. Já a Cruzada de São Sebastião desenvolveu ações de grande amplitude, mobilizando recursos financeiros para questões de higiene, conforto, moradia estável e promovendo a realocação dos moradores em conjuntos habitacionais, promovendo a favela ao status de comunidade. Tanto que, a pesquisa considerada ¹⁷até hoje “o mais importante e melhor relatório publicado sobre as favelas do Rio” (LEEDS & LEEDS apud VALLADARES, 2005, p. 75), foi orientada pelo Padre Lebre¹⁸, ligado, portanto, à Igreja e considerado um *expert* em favelas.

O território das favelas passou, assim, pelo seu “descobrimento”, ainda no início do século XX, de área a ser exterminada, chegando à década de 1950 como objeto de interesse de diversos intelectuais e setores da sociedade, instigados por sua complexidade, mas que ainda mantinham, em sua maioria, o objetivo maior de resolver o “incômodo” que os aglomerados promoviam. Foi também a partir daí que uma nova política de urbanização desenvolveu-se. Claramente inspirada no modelo europeu de alojamentos voltados às classes mais pobres, foi implantada no Rio a primeira experiência de realocação, parte do programa idealizado por Victor Tavares de Moura, e intitulada Parque Proletário.

¹⁷ O estudo desenvolvido pela Sociedade para a Análise Geográfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais, SAGMACS, foi publicado no final da década de 1950 pelo jornal mais importante do Brasil, à época, *O Estado de S. Paulo*. A pesquisa levou três anos para ser concluída e tratava das favelas presentes no Distrito Federal. Seu principal objetivo não era “esgotar as unidades do universo pesquisado ou os aspectos analisados, mas dar ao leitor interessado as linhas dominantes dos fatos e processos sociais” (SAGMACS apud VALLADARES, 2005, p. 91).

¹⁸ “Seu principal papel, durante diversas viagens a países do Terceiro Mundo, era, principalmente, abrir as portas: a chancela de ‘Lebre’ bastava para garantir a credibilidade e o interesse prático dos estudos por ele coordenados” (VALLADARES, 2005, p. 86).

2. O SURGIMENTO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS E A POLÍTICA DE REMOÇÃO

Com o objetivo principal de “resolver o problema das condições insalubres das franjas do Centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana” (BURGOS, 2006, p. 27), surge o programa Parque Proletário. Ao todo, de 1941 a 1943, foram realocadas entre sete e oito mil pessoas¹⁹ com a construção dos parques proletários da Gávea, Caju e Leblon.

Influenciado também pela tese da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, o projeto foi desenvolvido pelo Prefeito Henrique Moura Dodsworth. Pela primeira vez, uma experiência efetiva de construção de moradias se voltava para os moradores das favelas do Rio. O programa previa que a mudança seria provisória, já que eles ficariam nos conjuntos habitacionais por algum tempo, até que a região onde viviam anteriormente fosse urbanizada.

A experiência dos parques proletários era inovadora também porque não se fazia apenas por meio da transposição dos moradores. Não se tratava apenas da retirada de famílias de casas insalubres, realocação provisória e o prometido retorno à favela já urbanizada. O objetivo do programa era também de trazer assistência e educar seus habitantes, para que eles modificassem suas próprias práticas, o que garantiria a manutenção do local onde eles viveriam. A partir dessa mudança, os moradores se adequariam “a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral” (VALLADARES, 2005, p. 62). Nesse sentido, dentro desses parques proletários, havia também escolas, centros sociais²⁰, equipamentos esportivos, creches e um posto de polícia.

Ao mesmo tempo, as medidas que o programa trazia também podem ser consideradas excludentes, o que não era novidade para os moradores das favelas. Victor Tavares de Moura, o idealizador do projeto, reforçava as medidas sanitaristas e fazia suas restrições que antecipavam a construção dos parques proletários. Ele sugeria:

[...] o controle da entrada, no Rio de Janeiro, de indivíduos de baixa condição social; o retorno de indivíduos de tal condição

¹⁹ O número pode ser considerado expressivo se contabilizarmos as estimativas que contavam com cerca de 250 a 300 mil moradores nas favelas do Distrito Federal, à época (VALLADARES, 2005, p. 61).

²⁰ “Não era à toa que o diretor do Parque Proletário da Gávea fazia um discurso diário para comentar a atualidade e educar politicamente os habitantes” (LEEDS & LEEDS *apud* VALLADARES, 2005, p. 63).

para seus estados de origem; a fiscalização severa das leis que proíbem a construção e reforma de casebres; a fiscalização de indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo e a promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia (BURGOS, 2006, p. 27-28).

Ainda nessa época, é importante lembrar que a restrição do voto de analfabetos matinha fora do campo político grande parte dos moradores das favelas. E nesse sentido, era preciso que os moradores se transformassem em agentes da política para tentar driblar a remoção da população das favelas. Tanto que em 1945, surgem as comissões de moradores²¹ a fim de evitar que o plano dos parques proletários, de realocar todos os habitantes das favelas, fosse concluído. Com isso, os setores conservadores da cidade ficaram em alerta e se propagou a ideia de que era “necessário subir o morro” antes que os comunistas descessem (LIMA *apud* BURGOS, 2006, p. 29).

No final dos anos 1950, houve o estreitamento de laços entre a favela e a política, que já viabilizava o aparecimento de lideranças estritamente ligadas aos partidos. Como já foi dito anteriormente, o papel da Fundação Leão XIII e da Cruzada de São Sebastião foram fundamentais para articular o controle político a uma pauta mínima de direitos sociais referentes aos problemas de infraestrutura das favelas. A principal diferença entre elas era o objetivo de reunir de forma mais concreta a urbanização à pedagogia cristã²². Enquanto a Fundação Leão XIII visava a interferir nas decisões da associação de moradores e na formação, a Cruzada se propunha a atuar de forma ainda mais direta, se posicionando até como interlocutor dos moradores junto ao Estado.

Entre 1956 e 1960, a Cruzada realiza melhorias de serviços básicos em 12 favelas, executando 51 projetos de redes de luz, urbanizando parcialmente uma favela (Morro Azul) e completamente a favela Parque Alegria. Também constrói no Leblon, o conjunto habitacional que ficaria conhecido como Cruzada, primeira experiência de alojamento de moradores nas proximidades da própria favela que habitavam (VALLADARES *apud* BURGOS, 2006, p. 30).

²¹ A primeira a ser criada é a do Pavão-Pavãozinho e logo depois no Morro do Cantagalo e no Morro da Babilônia. Pouco depois, se juntam para exigirem direitos sociais sobre problemas que enfrentavam em suas localidades (FORTUNA & FORTUNA *apud* BURGOS, 2006, p. 28).

²² Com isso, a Cruzada de São Sebastião promoveria “a condição mínima de vivência humana e a elevação moral, intelectual, social e econômica” (VALLADARES *apud* BURGOS, 2006, p. 30).

Ao mesmo tempo, a Igreja, já no final da década de 1950, começou a receber diversas críticas de setores burocráticos²³, principalmente pela atuação contrária a várias remoções em favelas. Nesse sentido, era preciso que o governo municipal retomasse o poder. É quando a prefeitura aposta na revitalização do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas, o Serfha. O programa, que havia sido lançado quatro anos antes, passa a ser incluído na Coordenação de Serviços Sociais do Estado, para se reaproximar das favelas²⁴. Como primeiro objetivo do Serfha, estava “capacitar o morador como tal a ganhar certa independência para tratar com as autoridades estatais em vez de ter de depender de favores políticos” (LEEDS & LEEDS *apud* BURGOS, 2006, p. 31). Na prática, o que ocorreu foi a substituição da Igreja pelo próprio Estado, que incentivava a formação das associações de moradores até para facilitar seu controle sobre elas.

2.1 A POLÍTICA HABITACIONAL DOS ANOS DE CHUMBO À ABERTURA DO REGIME E O SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Até o início da década de 1960, a política de habitação para o Rio de Janeiro ainda não se definia oficialmente pela urbanização ou pela remoção das favelas. Burgos (2006) lembra que, se por um lado foi construída a Cidade de Deus e as vilas Kennedy, Aliança e Esperança²⁵ – onde moradores seriam realocados, depois de serem removidos de outras regiões – o estado também urbanizou algumas poucas favelas.

Estima-se que nessa época, pelo menos 30 mil pessoas²⁶ tenham sido removidas. A decisão por quais rumos a reforma urbana seguiria veio mesmo com o golpe militar de 1964, quando foram criadas as condições necessárias para que a política de urbanização

²³ “Tanto a Fundação Leão XIII como a Cruzada São Sebastião contribuem para o aumento da ‘miserabilidade deliberada’ e desperdição dinheiros públicos sem dar soluções a lo problema” (MOREIRA *apud* BURGOS, 2006, p. 31).

²⁴ Na nova versão para o Serfha, houve o estímulo inclusive para a formação da associação de moradores onde antes elas não existiam.

²⁵ A construção dos conjuntos habitacionais aconteceu entre 1962 e 1965.

²⁶ “Diante do que estava por vir, pode-se dizer que a escala das remoções realizadas até 1965 foi modesta” (BURGOS, 2006, p. 34).

assumisse de vez seu caráter “remocionista”. Nesse contexto, podemos destacar quatro etapas importantes para o histórico das políticas públicas desenvolvidas nos anos de chumbo.

Ainda no início da ditadura, o que chama a atenção é a redução do poder de influência das associações de moradores que o governo tanto combateu. Isso se deu através da rigidez imposta pelo poder público, que passou a definir quantas das associações de moradores poderiam continuar existindo. É interessante lembrar que, por mais fechada que a lei fosse, a fim de restringir qualquer tipo de movimento organizado dos favelados, foi por meio de algumas brechas que intelectuais conseguiram se aproximar delas, com a criação de organizações reconhecidas pelo próprio governo. Na segunda etapa, destaca-se o esforço remocionista, que na prática ficou muito ligado às ações da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, órgão criado ainda na ditadura, sobre o qual falaremos mais a frente.

Logo depois, houve a divisão dos moradores das favelas sobre as remoções. Se de um lado, algumas associações passaram a atuar lado a lado com o governo, promovendo a retirada dos barracos para benefício próprio, de outro estavam milhares de pessoas que resistiam a ter suas casas removidas. E por fim, já com a abertura do sistema democrático e a saída gradual dos militares do poder, o que marcava era a resposta nas urnas, com o afastamento de candidatos que tivessem nomes de alguma forma relacionados ao Exército e aos responsáveis pelos anos de chumbo.

Foi ainda no início da ditadura, e na contramão da expectativa do governo, que as lideranças de moradores avançavam em estrutura organizativa, promovendo reivindicações, que nem sempre correspondiam às propostas do Estado. Em 1963, as lideranças oficializam a união, com a criação da Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara, a FAFEG²⁷. “Criava-se, assim, por meio de uma identidade baseada tão-somente nas condições de habitação, uma possibilidade de incorporação política dos moradores das favelas à vida da cidade” (VALLADARES *apud* BURGOS, 2006, p. 33). A resposta do governo, preocupado com o avanço da organização dos “favelados”, seria a

²⁷ Em 1963, havia a determinação pela Assembleia Legislativa de que 3% da arrecadação estadual seriam destinadas para obras de melhoramento em favelas, o que já indicava certo alcance na participação política destes moradores.

criação da Companhia de Habitação do Estado da Guanabara, a Cohab²⁸, e o estabelecimento de mecanismos voltados para o controle político daquelas regiões.

É interessante notar que Francisco Negrão de Lima chega ao posto de governador do estado da Guanabara, em 1965, com “vitória esmagadora nas urnas onde votavam moradores dos novos conjuntos habitacionais” (BURGOS, 2006, p. 34), por conta da construção da Cohab, ainda durante a sua passagem pela Prefeitura. No entanto, o foco do governador estava distante da pedagogia cristã, dando lugar para a ação da Fundação Leão XIII, que enxergava a favela como lugar da promiscuidade, dos viciados e refúgio para bandidos. O caráter remocionista das políticas de urbanização das favelas era, assim, assumido pelo governo.

A fim de restringir o espaço que as associações de moradores das favelas poderiam alcançar, o governador Negrão de Lima passou a reconhecer apenas uma associação para cada comunidade. E para que ela existisse oficialmente seria necessário que o presidente da associação cumprisse uma série de exigências, como apresentar seus programas de ação aos órgãos estaduais e manter um número mínimo de sócios²⁹.

Mas, por mais rígido que fosse o programa de urbanização liderado por Negrão de Lima, como não estava legitimado o tipo de programa executivo que seria feito junto às favelas, grupos de intelectuais se aproveitavam dessa brecha para propor um processo de urbanização mais democrático. Arquitetos, economistas, planejadores e sociólogos criam a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, a Codesco, com autorização do governo. O principal objetivo era permitir que os moradores das favelas pudessem ficar, ao menos, próximos aos lugares de trabalho, quando fossem realocados. A Codesco valorizava também a questão da participação dos favelados na reivindicação por melhorias nos serviços públicos da comunidade e contribuíssem nos desenhos e projetos da própria casa.

²⁸ O principal objetivo da Cohab era conter a ocupação irregular nas consideradas áreas de risco. Para isso, moradores eram removidos das favelas para os conjuntos habitacionais, como foi o caso da Cidade de Deus. Entre as principais críticas do programa estava a falta de preocupação com a distância entre o local onde as pessoas moravam e o ponto onde foram realocadas.

²⁹ Estava previsto também “inscrever os estatutos na Secretaria de Serviços Sociais; manter cadastro dos moradores, encaminhando cópia à Secretaria de Serviços Sociais; depositar em agência do Banco do Estado da Guanabara a sua arrecadação e apresentar balancetes semestrais ao Serviço Social Regional” (FORTUNA & FORTUNA *apud* BURGOS, 2006, p. 54)

A Codesco obteve resultados positivos em duas das três favelas³⁰ onde atuou, perdendo logo espaço para Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, Chisam, que representava a volta da política das remoções. Para a Chisam, o problema das favelas – consideradas espaços “deformados” – chegaria ao fim com a formação de uma política única para a Guanabara e o Rio, que se baseava, basicamente, em exterminá-las.

O grande empecilho para a conclusão deste plano de erradicação de favelas foi a forte reação dos moradores, que lutaram com grande desespero para que não fossem removidos³¹. Mas a perda de referências para os favelados, com o desaparecimento de muitas das associações de moradores, e a sensação de não poder fazer nada que pudesse conter a retomada de territórios pelo governo, fizeram com que muitas associações mudassem de lado e passassem a atuar promovendo as remoções. Como relata Janice Perlman (1977), a “associação foi coagida a transformar-se num comitê de guardas uniformizados de 31 homens para impedir qualquer tipo de melhorias nas casas, a entrada ou saída da favela sem autorização e a mudança de novas famílias para lá” (PERLMAN *apud* BURGOS, 2006, p. 37).

E mesmo com a associação contra os moradores que queriam permanecer nas favelas, os números referentes à resistência³² de alguns ainda impressionavam³³. Outro dado interessante é que a não remoção dos moradores das favelas impactava a contabilidade feita pelos técnicos do Banco Nacional de Habitação, que contavam com o lucro do futuro aluguel social que seria pago na “nova condição de morador de conjunto habitacional” (BURGOS, 2006, p. 37). E até mesmo os que eram realocados em outros pontos, muitas vezes protestavam contra a forma forçada de remoção e as péssimas condições da nova casa, com o atraso no pagamento do aluguel social. Com isso, a

³⁰ O plano se concretizou positivamente em Brás de Pina, com cerca de reconstrução de 60 a 70% das casas, e no Morro União, não tendo sido concluído em Mata Machado. (SANTOS *apud* BURGOS, 2006, p. 55)

³¹ “A história dessas remoções ocorridas sobretudo entre 1968 e 1975, representa um dos capítulos mais violentos da longa história de repressão e exclusão do Estado brasileiro. Na verdade, sabe-se muito pouco a seu respeito, mas o que se sabe permite supor a extensão da sua dramaticidade” (BURGOS, 2006, p. 36).

³² Perlman (1977) indica em pesquisa feita em três favelas, ainda em 1968, que 75% dos moradores não desejavam a remoção.

³³ Ainda em 1972, quando foi realizado o III Congresso de Favelados do Estado da Guanabara, 79 associações de moradores de favelas participaram, voltando a tratar da defesa da urbanização das favelas e lembrando os altos custos para a remoção daqueles moradores.

inadimplência acabou virando uma nova forma de reação. No entanto, o governo também tinha uma resposta para isso. E como forma de reação, expulsou inadimplentes para casas que eram construídas a quilômetros do Centro da Cidade, em bairros como Paciência ou Santa Cruz.

Como aponta Burgos (2006), a verdade é que as associações de moradores iam perdendo força frente às políticas de remoções. Tanto que, de 1968 a 1975, estima-se que 100 mil moradores tenham sido retirados de cerca de 60 favelas onde viviam.

O que já se percebia naquele período era a especulação imobiliária agindo sobre determinadas favelas, onde seria interessante, financeiramente falando, a retomada de territórios. Para o Morro da Providência, com localização privilegiada, onde houve grandes deslizamentos entre 1968 e 1975, a recomendação era a remoção dos barracos que ocupavam as proximidades da Central do Brasil³⁴: a região estava completamente condenada pelo laudo elaborado pela Geotécnica.

A realocação, no entanto, era praticamente insignificante para o processo de urbanização da cidade e para a contenção do crescimento das favelas. Não raro, muitos dos moradores que iam para os conjuntos habitacionais acabaram participando do processo de “retroalimentação” das favelas, já que não conseguiam se estabilizar nas novas habitações, vendiam o espaço e acabavam voltando para as favelas. Mesmo quando permaneciam nos conjuntos habitacionais, que funcionavam sem controle urbanístico ou investimento social do governo militar, acabavam por se aglomerar naquele local, transformando-o em nova favela.

Na contrapartida, o impacto de crescimento das populações faveladas conseguiu ser atenuado pela migração para outras áreas da cidade, e também pela taxa de crescimento vegetativo³⁵. Dessa forma, o número de favelados não era tão impactante, já que toda a população do Rio de Janeiro aumentava praticamente na mesma velocidade. “Se em 1970,

³⁴ O processo acabou não sendo concluído por completo, mas, depois dos desastres, muitos moradores acabaram removidos para conjuntos habitacionais da Cidade de Deus, na zona Oeste, e na Fazenda Coqueiro, em Senador Camará.

³⁵ Dados do IBGE mostram que a população residente da região Sudeste passou de 30.630.728 habitantes, em 1960, para 39.853.498, na década de 1970. Já em 1980, a região atinge o registro de 51.734.125 pessoas. A esperança de vida também aumentou consideravelmente, passando de 53,1, registrado em 1960, para 57,4, em 1970. Na década de 1980, a taxa de esperança de vida chegou a 64,8.

os moradores de favelas representavam 13,2% da população da cidade, na década seguinte ainda representavam 12,3%” (VALLADARES *apud* BURGOS, 2006, p 38).

Com o afastamento do favelado das políticas de habitação, já que o “remocionismo” predominava, duas lógicas vão se definindo.

[...] de um lado, o ressentimento gerado pelo “remocionismo” terrorista tende a distanciar a vida social das favelas e dos conjuntos habitacionais da vida política da cidade, tornando carente de legitimidade o poder público e suas instituições, aí incluídas as associações de moradores, em muitos lugares confundidas com o Estado; de outro lado, desenvolve-se uma dinâmica clientelista, resultante de uma acomodação pragmática dos excluídos às oportunidades existentes num contexto constringido pelo autoritarismo (SILVA *apud* BURGOS, 2006, p. 39).

A mudança começou a aparecer só no final da década de 1970, quando o país começava a se preparar para certa abertura política no regime militar da época. A própria promulgação da Lei da Anistia, em 1979, marca o início de uma mudança de posição de setores governamentais, promovendo novas perspectivas até mesmo sobre a urbanização das favelas. Um desses exemplos aconteceu no mesmo ano, em 1979, com a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e logo em seguida com o Projeto Mutirão, em 1981³⁶.

Com a abertura política que se anunciava, voltava a ser interessante atrair os excluídos³⁷ para arrecadar votos e, com isso, ir na direção contrária às remoções. Estava mais do que claro para as autoridades que o “remocionismo” havia deixado um trauma para os favelados. E às vésperas do fim da ditadura, quando os militares voltaram a falar sobre as favelas, houve a criação do programa federal Promorar³⁸. De acordo com as medidas previstas pelo projeto, criado em 1979 pelo Banco Nacional de Habitação, não

³⁶ Entre os pontos comuns aos dois projetos estavam as iniciativas multidisciplinares voltadas para as favelas, além de obras de infraestrutura e prestação de serviço comunitário.

³⁷ Com a proximidade de possíveis eleições, os votos das camadas populares não poderiam ser esquecidos pelas autoridades. Foi o que aconteceu no processo eleitoral de 1982, que marcava o retorno às urnas desde a eleição do Prefeito Negrão de Lima, ainda em 1965.

³⁸ No Rio de Janeiro, o primeiro projeto desenvolvido pelo Promorar foi o Projeto Rio, em que seis favelas da área da Maré foram beneficiadas. De acordo com Silva (1984), eram elas: Parque União, Rubem Vaz, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Timbau e Maré.

seria mais uma questão entre se optar pela urbanização ou pela remoção. O que estava em evidência, a partir daquele momento, era a integração das favelas à cidade. Eram objetivos primordiais também basear a forma de atuação do Promorar “na preservação do acervo popular local, dando prioridade para o saneamento básico, erradicação das palafitas e transferência de título de propriedade aos moradores” (SILVA *apud* BURGOS, 2006, p. 40).

Neste novo contexto, mudanças se iniciavam, não só sobre as favelas, mas sobre a redemocratização brasileira, como um todo. A principal consequência foi o desprezo com que a maioria dos eleitores lidou com candidatos³⁹ que tinham o nome prontamente ligado à história e à lógica da política militar.

Do ponto de vista político, as eleições de 1982⁴⁰ representam importante marco para que o descontentamento daqueles que passaram pela remoção fosse evidenciado. Dezoito anos depois da entrada dos militares no governo, diversos setores da política tinham a oportunidade de lançar suas propostas. E dentro dessa lógica, representar as angústias da camada dos excluídos era uma estratégia importante usada pelos candidatos para obter votos.

Quem obteve importante destaque foram os candidatos que concorriam pelo Partido dos Trabalhadores, o PT. A principal marca da campanha era um diálogo mais voltado para o operariado. No entanto, foi o candidato pelo Partido Democrático Trabalhista, Leonel Brizola, quem se destacou e conseguiu reunir votos⁴¹ para assumir o governo do estado do Rio de Janeiro.

Com a agenda social voltada para as favelas do Rio de Janeiro, Brizola assumiu o governo e trouxe propostas de investimento voltadas para as comunidades faveladas. De acordo com dados da prefeitura da época, como aponta Burgos (2006), apenas 1% das 364 favelas cadastradas contava com rede oficial de esgoto, enquanto 6% delas só podiam

³⁹ “Os candidatos Miro Teixeira e Sandra Cavalcanti, de um modo ou de outro, tinham seus nomes ligados àquela história (das remoções); Moreira Franco era do partido do governo militar” (BURGOS, 2006, p.41).

⁴⁰ Esta foi a primeira eleição depois de dezoito anos de governo militar. O eleitor poderia votar para governador, deputado estadual, deputado federal, senador e prefeito. Ficaria excluída, portanto, a escolha do presidente, que ainda seria um militar imposto pela própria ditadura.

⁴¹ Alba Zaluar (1985) cita em sua pesquisa de campo que a expressão usada pelos mais pobres para justificar o voto em Brizola era o “voto super-revoltado”, no qual depositavam a esperança de mudanças radicais frente às remoções e à exclusão dos investimentos do poder público, vividas ainda durante o governo militar.

contar com a rede parcial. A questão do abastecimento de água também só atingia por completo 6% das favelas, e 13% tinham abastecimento oficial. Na grande maioria delas (92%), a única forma de esgotamento pluvial era a drenagem natural pelo terreno, o que era extremamente prejudicial à saúde dos moradores.

E para atuar nestes lugares, vários órgãos que já trabalhavam em quase todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro começaram a se adaptar para promover melhorias também nas favelas. Pelas melhorias no abastecimento de água e tratamento de esgoto, ficou responsável o programa de Favelas da Cedae (Proface). A Comlurb também precisou se adaptar, com a compra de equipamentos especiais que pudessem dar conta de subir o morro para realizar a coleta de lixo. A rede de iluminação também foi beneficiada, a fim de reverter o quadro de apenas 47 das 364 favelas com rede de luz pública.

Mesmo com avanço nos investimentos sociais, Brizola enfrentava o ressentimento recente dos favelados com a política. De maneira geral, pode se dizer que as remoções ainda estavam muito recentes no imaginário social daquela gente, que ainda desconfiava dos investimentos públicos. Essa falta de estímulo à participação autônoma dos excluídos, para que participassem de suas propostas sociais, foi outro ponto crítico de seu governo. Além disso, não houve maior integração entre as favelas e o restante da cidade. Ainda na época, o que foi criada era uma antinomia entre ricos e pobres, o que dificultava ainda mais a democratização da cidade.

É importante lembrar que Brizola manteve uma relação mais direta com as associações de moradores, fato que também não trouxe bons resultados. Ao se certificarem dessa proximidade, muitas instituições públicas se aproveitaram para até mesmo transferir suas responsabilidades às associações. Ao contrário do que acontecia nos anos 1970, as associações de moradores ficaram praticamente tão identificadas com o exercício do poder público, que muitas vezes se confundiam a eles.

Nesse caso, é interessante notar que as associações de moradores de favelas estavam tão identificadas com o exercício das funções do poder público – resultado da política de controle a que foram submetidas – que agora até mesmo num programa organizado com vontade democrática parecia natural atribuir-lhes funções que a princípio deveriam caber ao Estado. A tal ponto a Cedae levou a sério a ideia de atribuir responsabilidades públicas às associações de moradores [...] (BURGOS, 2006, p. 42-43).

Foi ainda durante a era Brizola que grupos paraestatais começaram a se espalhar com maior facilidade pelas favelas. Pela falta de posicionamento, houve a acusação de que Brizola teria estimulado o desenvolvimento dessas formas de poder paralelo. Esse estigma que relacionava – e ainda relaciona nos dias de hoje – o favelado às facções criminosas teve início ainda durante o governo militar⁴². E com o agravamento da falta de democratização do governo dos anos 1980, “o desejo de mobilidade social que suscita (o processo de democratização) tende a não reconhecer limites claros entre a norma e o crime” (BURGOS, 2006, p. 44).⁴³

É claro que tal argumento não é suficiente para sustentar a forte influência que o tráfico exercia – e exerce – em grandes cidades, como no Rio de Janeiro. Mas ajuda a compreender a complexidade da arquitetura social de forma mais aprofundada. O poder paralelo não fora inventado durante a ditadura militar, mas se desenvolveu com grande impacto neste período, como lembra Burgos (2006)⁴⁴. O agravamento desse problema, com a permanência do poder paraestatal nas favelas, promoveu ainda o afastamento político dos excluídos. O que não deixa de ser uma infeliz consequência: uma vez que aquelas pessoas não têm seus direitos mais básicos assegurados, como o de ir e vir, pela política pública, não é estabelecida uma relação de confiança entre aqueles moradores (das favelas) e as ações do poder público. “E não é por acaso que a revalorização do problema favela pelo poder público vem sendo imposta muito mais pelo transbordamento das consequências da violência, que hoje atinge a cidade como um todo – se bem que de forma desigual” (SOARES *apud* BURGOS, 2006, p. 44).

⁴² “São notórios e profundos os vínculos existentes entre o fenômeno da violência no Rio de Janeiro e o aborto do processo de integração política dos excluídos praticados durante a ditadura militar” (BURGOS, 2006, p. 43).

⁴³ “Não quer isto dizer, como assinala Zaluar (1985:164), que não haja fronteiras definidas entre o trabalhador e o bandido, mas é sistemático que a forma de estigmatização do segundo não esteja subordinada ao reconhecimento das normas vigentes para toda a sociedade, mas a códigos referentes à justiça ou à injustiça de cada ato isolado” (BURGOS, 2006, p. 44).

⁴⁴ “O resultado é que hoje muitas favelas constituem territórios privatizados por grupos paraestatais, e a questão não é a legitimidade que esses grupos venham a adquirir, pois nada indica que possam dominar, a não ser pelo uso da força” (ZALUAR *apud* BURGOS, 2006, p. 44).

2.2 O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS SOB INTERESSES “DOS OUTROS”: A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA E A RETOMADA DE TERRITÓRIOS PARA OS GRANDES EVENTOS

Já na década de 1990, a “problematização” da favela passou a exigir uma nova resposta. O discurso a partir da exclusão da favela para que se fosse promovida a democratização da cidade foi recuperado, mas desta vez com uma nova motivação: o destaque ficaria totalmente para as ações policiais nos morros.

Ao todo, em 1991, eram 962.793 habitantes que ocupavam as favelas do Rio de Janeiro⁴⁵, e já não era mais o problema da falta de saneamento ou a propagação de doenças que preocupavam os moradores que estavam do lado de fora daquele hábitat. Foi nesse contexto que foi armada a Operação Rio, ainda no processo eleitoral de 1994, “com tanques e a suspensão dos direitos humanos àqueles moradores” (SOARES *apud* BURGOS, 2006, p. 45).

E com o déficit de direitos sociais para os favelados, se desenvolveu um dos principais programas de habitação da década de 1990. O Favela-Bairro era um programa da prefeitura do Rio, voltado à política habitacional que se originava do Plano Diretor (1995)⁴⁶. Assim mesmo como está explícito em seu nome, o programa tinha como objetivo transformar as favelas em bairros populares, o que significava dar condições⁴⁷ àqueles lugares para que fossem incluídos na cidade e vistos como próprios para habitação. E quem ficaria a cargo de direcionar as propostas habitacionais era o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (Geap), responsável pela proposta de seis programas

⁴⁵ Dados da época indicam também que 944.200 pessoas viviam em conjuntos habitacionais, e mais 381.345 estavam em loteamentos irregulares de baixa renda. Esses 2.228.338 habitantes de regiões críticas representavam “aproximadamente 40% da população da época” (Iplanrio *apud* BURGOS, 2006, p. 45).

⁴⁶ O Plano Diretor foi um importante documento elaborado de forma democrática, onde a primeira parte de elaboração foi realizada pela Prefeitura, que buscou incorporar as suas propostas estudos técnicos que já haviam sido concluídos. Na segunda parte, o projeto chegou à Câmara de Vereadores, sob Projeto de Lei, “sendo amplamente discutido por vereadores e representantes de entidades e associações” (BURGOS, 2006, p. 48). Ao todo, o Plano Diretor deu origem a seis programas habitacionais.

⁴⁷ Ao introduzir elementos básicos à infraestrutura local de um bairro, como rede de esgoto, iluminação, água encanada, ruas asfaltadas etc.

habitacionais, sendo o Favela-Bairro um deles⁴⁸, e também pela criação da Secretaria Extraordinária de Habitação (1993).

De acordo com o novo programa vigente, a favela ficava definida como:

[...] área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação de terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com padrões legais (Plano Diretor *apud* BURGOS, 2006, p. 48)

Inicialmente, o projeto habitacional não obteve grande destaque, uma vez que sua criação se deu em um momento em que a favela se destacava pelo ângulo da segurança pública. A partir de 1994, quando a secretaria pode desenvolver suas propostas, houve, de fato, alguns avanços. Primeiro, ficou definido em quais áreas o programa focaria. O parâmetro para isso foi o tamanho das favelas que receberiam benefícios do projeto, sendo as de porte médio (500 a 2.500 domicílios) as primeiras beneficiadas.

A partir dessa definição, montou-se um índice, no qual se enumeravam as favelas em relação ao menor ou maior grau de dificuldade “para fechar a sua urbanização” (BURGOS, 2006, p. 50). Ou seja, seria mais fácil concluir as etapas não-terminadas em áreas onde já havia sido realizado algum tipo de interferência do poder público, do que em lugares que ainda não tinham sido modificados. Dentro desses critérios, quarenta favelas ficaram, finalmente, selecionadas, cabendo ao prefeito César Maia decidir quais seriam as primeiras onde o Programa Favela-Bairro atuaria.

Dois anos depois do desenvolvimento inicial do projeto, a prefeitura firmou um contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, para financiar políticas de habitação municipais. O investimento total chegava a quase US\$ 300 milhões, sendo a maior parte deste dinheiro destinada ao Favela-Bairro (aproximadamente US\$ 192 milhões). O programa, que ficava definido pelo contrato como “realização de obras de urbanização e na prestação de serviços sociais, assim como de iniciativas preliminares de regularização urbanística e fundiária” (Decreto nº 14.332,7-11-1995:8 *apud* BORGES, 2006, p. 51), funcionaria da seguinte forma:

⁴⁸ Houve ainda o Programa de Regularização de Loteamentos, Regularização Fundiária e Titulação, Novas Alternativas, o Morar Sem Risco e o Programa Morar Carioca, sobre o qual vamos nos aprofundar adiante.

Para cada favela será elaborado um projeto de urbanização, o qual será amplamente discutido com os membros da comunidade. Em seguida, serão realizadas obras de infraestrutura básica e implantados serviços públicos requeridos para a transformação das favelas em bairros. (...) As iniciativas de regularização incluem a pesquisa fundiária, a elaboração de projetos de alinhamento e o reconhecimento de logradouros públicos (Decreto nº 14.332,7-11-1995:8 *apud* BURGOS, 2006, p. 51).

Apesar de parecer inicialmente similar a outros tantos programas de habitação, que acabaram por fracassar, o Favela-Bairro surgiu com formas de “ler” as favelas que pretendiam diferenciá-lo. E essa inovação se dava no quesito de interferir o mínimo possível na parte de dentro das casas, dando enfoque à recuperação das ruas e vielas, com implantação dos serviços e equipamentos públicos⁴⁹.

Ao todo, aproximadamente 147 favelas foram contempladas com diversas intervenções urbanas, parciais ou completas. E além das mudanças estruturais, é interessante lembrar a nova visão que o programa trouxe sobre a relação dos moradores das comunidades faveladas e o local onde viviam.

Pelo Programa Favela-Bairro ficou estabelecido também que a habitação não era somente a casa em que aquelas pessoas viviam, mas também toda a infraestrutura que cercava a região onde moravam, seja pela estrutura sanitária, o acesso a transportes e diversos equipamentos voltados para educação, lazer e saúde. E essa estrutura, do lado de fora das habitações, ficava a cargo dos investimentos públicos, não precisando necessariamente ter havido uma catástrofe natural, por exemplo, para que obras fossem realizadas.

A atuação do BID, exigindo respostas e acompanhamento da prefeitura, também contribuiu para o desenrolar positivo do Favela-Bairro. E mesmo enfrentando vários problemas, como a falta de exposição aos atores políticos, como Burgos (2006) aponta, o

⁴⁹ De acordo com os artigos 148 e 151 do Plano Diretor, o Favela-Bairro tinha como principais objetivos “integrar as favelas à cidade formal” e “preservar seu caráter local”.

programa Favela-Bairro conseguiu incorporar outras dimensões para além da questão da moradia⁵⁰, o que foi benéfico para os moradores das favelas.

As obras do Favela-Bairro tiveram início no Morro da Providência em meados dos anos 2000⁵¹, já na segunda fase do programa. Em entrevista ao Jornal O Globo, em 2011, o então secretário municipal de habitação, Jorge Bittar, afirmava que o investimento total na região, que compreendeu os anos de 2000 a 2008, já chegava a quase R\$ 20 milhões⁵², também com financiamento através do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No entanto, o resultado foi bem abaixo do esperado. Não se extinguiram as áreas de risco, nem mesmo o crescimento da área que a favela ocupava foi contido. Pelo contrário, nos últimos quatro anos de Favela-Bairro, entre 2004 e 2008, o Morro da Providência se expandiu de 102.088 para 102.176 metros quadrados.

Especificamente no caso do Morro da Providência, houve também a restauração de diversas construções históricas que ainda marcam a região⁵³, o que poderia mostrar certa identificação dos moradores com o projeto, mas que acabou não acontecendo. Pelo contrário, a falta de interação entre moradores e agentes da Prefeitura acabou por prejudicar o resultado final. Palhares (2009) mostra em sua pesquisa que grande parte dos que viviam ali não chegou nem a ter conhecimento do projeto. Quase 65% dos moradores entrevistados por ela diziam não conhecer o Favela-Bairro e suas propostas de urbanização. Além desse distanciamento, vale lembrar também que confrontos entre a polícia e o tráfico da região⁵⁴ contribuíram para que o programa não atingisse suas expectativas.

Todo esse distanciamento já antecipava que a lógica para os novos projetos de urbanização do morro, por meio do Programa Favela-Bairro, já estava inserida dentro de

⁵⁰ “(...) como a questão do desemprego, a necessidade de estímulo à geração de renda, além de lazer, esporte e cultura” (BURGOS, 2006, P. 51).

⁵¹ Em 2000, o Morro da Providência aparecia pela primeira vez na lista de comunidades que seriam beneficiadas. As obras, no entanto, começaram aproximadamente cinco anos depois.

⁵² Foram investidos, até 2009, R\$19,7 milhões (O Globo, 2011).

⁵³ O principal deles é o Museu a Céu Aberto, que remonta a história da própria região, com intervenções culturais que se espalham também por uma parte do morro.

⁵⁴ Importantes monumentos, como a casa de Dodô da Portela e a Capela Cruzeiro, que integravam o roteiro turístico da região, foram alvejados por tiros durante confronto entre traficantes e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, o BOPE.

algo maior: a revitalização da região Portuária do Rio de Janeiro, atendendo às expectativas dos mega-eventos que aconteceriam na cidade. É claro que dentro de todo o planejamento das obras, os moradores daquela região estariam visados, mas não como causa principal, e sim como resultado das condições estabelecidas para que a cidade recebesse tanto a Copa do Mundo, em 2014, como as Olimpíadas, em 2016.

Ainda em 2007, houve outra tentativa para tentar recuperar a proximidade com os moradores e promover a urbanização da região do Morro da Providência. Foi o desenvolvimento do programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco, conhecido como Cimento Social. Desta vez baseado em uma proposta do senador do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, o plano era de que as obras contassem com a participação do Comando do Exército e também com a integração dos moradores, o que, na prática, não funcionou. Com R\$ 12 milhões investidos e com discurso que voltava a retomar a periculosidade das favelas, o programa teve início em dezembro de 2007, quando soldados subiram o morro para começar as obras. O principal objetivo era a reforma da fachada das casas, substituindo também estruturas que fossem consideradas de risco para os moradores. Nesse caso, de acordo com o divulgado por Marcelo Crivella, as casas ficariam prontas em apenas três dias, seguindo o padrão de 60m², dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço.

No entanto, o projeto pouco avançou. Em meados de 2008, os representantes do Exército teriam entrando em conflito com três homens do Morro da Providência, em uma situação de desacato à autoridade. Logo depois, os homens foram entregues pelos soldados a traficantes do Morro da Mineira, que representavam a facção rival à do comando da Providência. Os corpos foram encontrados em um lixão em Duque de Caxias. A revolta foi geral e grande parte dos moradores passou a protestar contra a permanência do Exército no local.

Para completar, o Tribunal Regional Eleitoral acabou embargando as obras em 24 de junho de 2008, não pelas manifestações contrárias aos soldados, mas sim baseado em denúncias de que o senador Marcelo Crivella favorecia algumas pessoas dentro de seu projeto de habitação⁵⁵, além de beneficiar sua própria imagem, já que no mesmo ano Crivella estava se candidatando a prefeito do Rio de Janeiro.

⁵⁵ De acordo com jornais da época, Marcelo Crivella favorecia moradores que frequentavam a Igreja Universal do Reino de Deus, onde já foi bispo. Na manchete do Jornal Extra, em 1º de abril de 2012, está

Por intermédio da Advocacia Geral da União, houve o pedido para que as obras fossem retomadas. A medida foi aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que só admitiu o retorno das obras ao fim das eleições de 2008, para que o projeto não fosse associado durante a campanha dos candidatos ao governo municipal.

No ano seguinte, em 2009, já com a nova administração da cidade, do recém-eleito prefeito Eduardo Paes, as obras do projeto Cimento Social poderiam ser oficialmente retomadas, o que acabou não acontecendo. Apenas três casas modelos foram inauguradas no meio do ano. E de acordo com denúncias da época⁵⁶ cerca de 30 moradores que aguardavam pela reforma ainda conviviam com escombros, obras mal-acabadas ou algumas que não haviam sido nem iniciadas. Para a construtora que liderava as obras, o atraso se dava pela paralisação das obras, em 2008, o que chamaram de “furo de planejamento”⁵⁷.

Também na nova gestão da cidade foi criado o Programa Morar Carioca, pelo prefeito Eduardo Paes, para substituir de vez as obras do Favela-Bairro. O programa passou a ser considerado o maior projeto de urbanização popular da história do país. Previa a reurbanização de todas as favelas cariocas, promovendo melhorias na infraestrutura e “dignidade aos moradores das áreas mais carentes”. Além disso, o projeto também previa o remanejamento de moradores que morassem nas consideradas áreas de risco para conjuntos habitacionais de outro programa de habitação que também dava os primeiros passos ainda no mesmo ano: o programa federal Minha Casa, Minha Vida, lançado pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva⁵⁸.

“Cimento Social, um projeto que é difícil de colar”. Na matéria, entrevistados criticam a demora da entrega das casas e especialistas apontam o projeto como “publicitário e de cunho político”. Há também críticas quanto à lista do programa – que precisou ser refeita, já que inicialmente beneficiava os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. (Jornal Extra, 2011).

⁵⁶ Em matéria publicada no portal Sidney Rezende, em novembro de 2009, moradores relataram que continuavam vivendo em más condições, em casas onde às vezes faltava o teto, às vezes alguma parede (Portal SRZD, 2009).

⁵⁷ Na contramão do que foi amplamente divulgado pela imprensa, a assessoria de Marcelo Crivella garante que as obras avançaram, com 28 casas construídas e mais de 130 reformadas.

⁵⁸ O projeto Minha Casa, Minha Vida foi anunciado no dia 25 de março de 2009, em Brasília, com a promessa de construção de um milhão de casas até 2010. No plano inicial, os recursos seriam distribuídos de acordo com o déficit habitacional de cada região, de forma que a região Sudeste receberia 36,4% dos R\$ 34 bilhões previstos para o investimento do programa. O objetivo principal era promover a compra da casa própria para população de baixa renda, que, pelo programa, eram famílias que recebiam até dez salários mínimos por mês. Além disso, por meio de sorteio, moradores de áreas de risco também seriam beneficiados com o Minha Casa, Minha Vida.

Com a promessa do investimento de R\$ 8 bilhões para a revitalização de todas as favelas até 2020, o programa Morar Carioca foi lançado praticamente seis anos antes do primeiro grande evento esportivo que viria a seguir, a Copa do Mundo de 2014, e já era muito motivado pela provável escolha pelo Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016. Prova disso foram as regiões eleitas para realização das obras: além do Morro da Providência, o Morar Carioca atuou em outros quatro pontos, incluindo os Complexos de Deodoro, do Riocentro e Autódromo, todos na zona Oeste da cidade, onde seriam erguidos complexos esportivos, e também o Sambódromo, que além de ser importante ponto turístico, está localizado na região central da cidade.

E apesar de ser esse um novo projeto, a organização e planejamento das obras, já no princípio, retomavam memórias conhecidas pelos moradores. A iniciativa da remoção, intitulada de “urbanização”, e o processo de transferência desses moradores trouxeram medo antes mesmo de começar, principalmente por conta do histórico negativo de tantos projetos urbanísticos que acabaram ficando pela metade.

Mais uma vez, a favela foi vista e estava marcada pelas autoridades como empecilho para os avanços do meio urbano; desta vez, os grandes eventos. E as justificativas para isso não eram inéditas. Como lembra a pesquisadora Maria Julieta Nunes (2010) ao citar Bauman, o que se manipulava, mais uma vez, era o medo traduzido em duas formas principais: o da violência, cujo centro é a ação do narcotráfico, e o da perda de meio ambiente saudável. Ambos colocam em cheque as favelas e seus moradores como um todo.

Pouco tempo depois, e não por acaso, foi a vez de a política de pacificação das favelas chegar ao Morro da Providência. A Unidade de Polícia Pacificadora da Providência foi a sétima base de polícia a ser implantada dentro de uma favela no Rio de Janeiro⁵⁹. Baseada principalmente na ação policial em áreas marcadas pela violência, a UPP que era instalada no local teve início no dia 22 de março de 2010, quando o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar e o Batalhão de Choque fizeram uma grande operação de mapeamento da região, para que a ocupação acontecesse logo depois. De acordo com a Secretaria Estadual de Segurança, a permanência da polícia no Morro da Providência

⁵⁹ A primeira base de Polícia Pacificadora foi instalada ainda em 19 de dezembro de 2008, no Morro Santa Marta, em Botafogo. Ao todo, 123 policiais militares ficaram responsáveis pela região onde moravam cerca de 3.913 pessoas. Essa experiência ficou considerada o projeto-piloto das UPPs.

beneficiária cerca de dez mil moradores não só da Providência, mas também das favelas vizinhas Pedra Lisa e Moreira Pinto.

A região, assim como outras que já haviam sido ocupadas pela polícia, era extremamente estigmatizada nos jornais por conta do domínio de traficantes, além da venda de drogas e armas⁶⁰ e pela ausência do poder público. Por isso, era preciso que a nova política de segurança voltada para as favelas agisse. As estratégias para a pacificação eram baseadas principalmente pela ideia da retomada de território pelo poder do estado⁶¹. Todo o discurso foi – e é – muito marcado pela imagem de espaços onde não há lei, e com moradores submissos às vontades do tráfico. Baseado nessa constatação, o governo estadual intervém naqueles espaços por meio da presença da polícia para, a partir disso, criar ali ambientes favoráveis para o desenvolvimento de políticas públicas, garantindo também o cumprimento dos direitos dos moradores das favelas.

Dentro desse panorama, foi montada a base da Unidade da Polícia Pacificadora da Providência, concluída praticamente um mês depois, no dia 26 de abril de 2010. O contingente policial de 209 policiais militares ficou responsável por uma área de aproximadamente 133.645 m², abrangendo também as comunidades vizinhas. E vale lembrar que assim como o programa de habitação Morar Carioca, que ainda não havia sido iniciado, a instalação da UPP da Providência também foi bastante motivada pelos eventos olímpicos que aconteceriam no Brasil. Com a localização privilegiada no Centro do Rio, era preciso que o poder do estado se fizesse presente, e na análise do governo, isso aconteceria primeiro pela ação policial, para posteriormente garantir a prometida reforma urbana.

⁶⁰ A área específica do Morro da Providência começou a ser mapeada por dados do Instituto de Segurança Pública, ISP, a partir de 2007. O levantamento do ISP mostra que o tipo de crime mais comum era o roubo. De 2007 a 2010, foram registradas 243 deste tipo de ocorrência. Oficialmente, durante o mesmo período, houve também o registro de seis homicídios, 26 tentativas de homicídios e um policial morto em serviço. Outro destaque é que de 2007 a 2009, apenas quatro cadáveres tinham sido encontrados na região. O número chega a sete em 2010, o que pode indicar a participação positiva de policiais da UPP ao contribuir com investigações da Polícia Civil.

⁶¹ A ideia de retomada de poder pelo estado nas regiões de favelas foi propagada por diversos veículos de comunicação com base no “entusiasmo dos moradores” (O Globo, 2010). Uma das pesquisas que teve bastante destaque foi a realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, publicada posteriormente no Jornal O Globo, em 2010, na qual 70% dos 600 entrevistados declaravam ser muito favoráveis ou favoráveis à implantação das UPPs em suas comunidades.

3. A ANÁLISE DE DISCURSO DO PROJETO DE HABITAÇÃO MORAR CARIOCA

Confirmada no dia 2 de outubro de 2009, depois de uma competição acirrada com outras cidades como Madri, Tóquio e Chicago, foi decidida em Copenhague a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. E na sequência, praticamente um ano depois, foi anunciado o “maior programa de habitação voltado para favelas”, que prometia reurbanizá-las (todas) até 2020. O Morar Carioca foi criado em 2010 e representava uma importante parcela do pacote olímpico que os governos municipais e federais preparavam para o Rio de Janeiro na expectativa dos Jogos Olímpicos.

Para entender melhor esse impacto que o programa habitacional teve em relação do Morro da Providência, à rotina dos moradores daquela região, ao projeto de cidade olímpica e também à continuidade das ações da polícia pacificadora que, conforme já foi visto não se iniciava por acaso, o capítulo a seguir terá como objetivo analisar o discurso institucional do projeto de habitação e como as obras naquela região foram repercutidas, principalmente, na imprensa carioca.

A escolha pela análise do discurso está baseada na ideia de que o enunciado é aquilo que circula e também constitui a memória histórico-social. Analisar o discurso é tentar permear o espaço imaginário que existe entre o campo da língua, instrumento usado para registrar um acontecimento, e o campo da história, onde os “fatos” estariam reunidos a longo prazo para a construção da tal “memória histórico-social”. Ora, dentro de um contexto pré-olímpico, e com todas as transformações para o Rio de Janeiro que estariam previstas, é importante que tentemos quantificar não só qual será o impacto daqui a alguns anos, mas também como tais transformações ficarão registradas para a história da cidade. E para isso, tomaremos como principal base as teorias para análise propostas por Norman Fairclough e Stuart Hall.

Como veremos a seguir, Fairclough (2001) nos traz que as práticas discursivas vão muito além de meros enunciados: são práticas sociais e nos remetem a um determinado contexto que age tanto sobre a produção, como também sobre a interpretação do que é dito. Já Stuart Hall é quem vai embasar as questões sobre mediações culturais e as consequências. Para o autor, são os sentidos preferenciais quem vão nortear a interpretação dos discursos e promover as transformações sociais, reconstituindo, dessa maneira, as relações políticas e culturais entre classes dominantes e as dominadas.

Serão analisadas aqui publicações do Jornal O Globo, por ter sido esse o jornal com maior distribuição paga no estado do Rio de Janeiro no ano de 2010 de acordo com a Associação Nacional de Jornais⁶², com o complemento das postagens no site do mesmo jornal: entende-se aqui o poder de alcance que os dois formatos de que, praticamente, a mesma publicação poderia ter. Tomaremos como recorte a ser analisado as matérias a Unidade de Polícia Pacificadora na semana em que a UPP Providência foi instalada, fato que, como vimos no capítulo anterior estava estritamente ligado à “natural” retomada de territórios pela polícia, o que daria condições para a implantação de outros projetos na região, nesse caso, o Morar Carioca.

No período compreendido entre os dias 21 e 28 de março, o jornal dedicou cinco matérias que relacionavam reforma urbana e a questão das favelas, além da repercussão específica sobre a importância da entrada e permanência da polícia pacificadora no Morro da Providência. E entre as linhas que ressaltavam o modo pelo qual o poder público retomava aquele território, falava sobre problemas habitacionais em centros urbanos, com destaque para favelas, anunciando também reformas habitacionais que estariam por vir; contribuindo para que os leitores imaginassem que, a partir da entrada e permanência da polícia na localidade, a implantação de novos projetos seria finalmente viável. Mas só quatro meses depois, no dia 27 de julho, houve a divulgação oficial pelo Jornal O Globo do programa Morar Carioca.

Além disso, do lado institucional do poder público, será analisado também o discurso empregado no portal oficial da prefeitura voltado para os jogos de 2016, o portal Cidade Olímpico. Lançado em 2011, quando muitos dos projetos já estavam em andamento, o site trata de diversas propostas voltadas para a construção, assim como o próprio nome diz, da cidade olímpica.

Conforme propõe Norman Fairclough (2001), o discurso será compreendido aqui em suas três dimensões: como texto, como prática discursiva e também como prática social, para que, uma a uma, as três classificações possam contribuir para a análise

⁶² Também de acordo com a associação, a nível nacional, o Jornal O Globo Ficou atrás apenas da Super Notícia, de Minas Gerais, e da Folha de São Paulo, sendo, portanto, o jornal de maior circulação com destaque sobre o Rio de Janeiro.

discursiva empregada tanto nas matérias do Jornal O Globo que serão analisadas, quanto na publicação do portal Cidade Olímpica.

Em primeiro lugar, é importante ressaltarmos a terminologia para o termo “discurso” que o autor propõe. Para ele, o uso de linguagem é considerado “prática social e não uma atividade pluramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). Então, partiremos do princípio de que o discurso é considerado um modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas.

A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

Nesse sentido, o texto aparece como estrutura igualmente ligada à sua produção e também às condições de interpretação. E dentro da análise de discurso que Fairclough (2001) propõe, qualquer aspecto textual apresenta potencialmente um significado que pode alterar a análise discursiva. A proposta do autor traz ainda que podemos organizar a análise discursiva em quatro itens, vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Parte-se inicialmente, portanto, da unidade individual das palavras, que é o vocabulário para a gramática, que seria o conjunto a combinação delas usadas em orações e frases. A partir daí, são analisadas as ligações entre estruturas e a estrutura do texto como um todo.

A prática discursiva é a segunda etapa da análise. Está ligada aos aspectos textuais e dá sequência ao estudo dos quatro itens já citados. Para isso, Fairclough (2001) inclui a análise de três outros pontos do texto: a força dos enunciados, que são os atos de fala, nos quais se evidenciam as promessas, os pedidos, ameaças e outras ações embutidas no texto, a coerência dos textos, onde pela análise da estrutura geral podemos identificar o sentido final de determinada publicação, e a intertextualidade, propriedade que os enunciados têm de retomar ou fazer referência ao que já foi dito, promovendo também a ideia de contextualização. Nesse ponto, vale lembrarmos que a prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional, como também abre espaço para a área criativa, onde, da mesma forma que reproduz uma sociedade previamente existente, abre espaço para que ela seja transformada.

É a constituição discursiva da sociedade que vai ter influência direta sobre a prática social do discurso. As relações sociais agem diretamente sobre o que é dito ou produzido. Só que nada disso é originado “de um jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93). Ou seja, apesar dessa estrutura discursiva parecer ilimitada, Fairclough (2001) lembra que o discurso não é livre, mas sim limitado e “construído” de acordo com estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível que ele denomina de “societário”, formado “pelos instituições específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Dessa forma conseguimos entender que, não só a divulgação do projeto Morar Carioca, como principalmente a confirmação do Rio de Janeiro como cidade sede para os Jogos Olímpicos de 2016, são dois pontos fundamentais que vão muito além das publicações em formato de texto. Ultrapassam ainda a prática meramente discursiva, e estão estritamente ligadas aos enunciados que retomam e as relações sociais que agem sobre aquilo que está sendo produzido. Já são consideradas ações, práticas sociais com importantes impactos. Portanto, entende-se o peso importante dos dois órgãos para a compreensão de como ficariam registradas tantas mudanças previstas para este estudo de caso, que é a implantação do programa habitacional Morar Carioca no Morro da Providência.

Dentro deste breve panorama com base na linha de estudo de Fairclough, as três etapas de análise serão aplicadas ao estudo de caso da implantação do programa habitacional Morar Carioca ao Morro da Providência. No primeiro momento, teremos como estratégia a análise do material produzido pelo Jornal O Globo e pela Prefeitura, em um sentido mais “concreto”, sobre palavras escolhidas para tratar do projeto e a análise geral de tais textos. Para depois disso, serem analisadas as forças de tais enunciados, com o anúncio das mudanças previstas para que se alcançasse a “cidade olímpica” até 2016. Por fim, vamos mostrar que, fosse pela Prefeitura do Rio de Janeiro, órgão de gestão municipal de uma das principais cidades do país, ou pelo Jornal O Globo, o jornal com maior circulação no estado do Rio, o que estava sendo dito contribuiria para reproduzir a sociedade e também para transformá-la.

Já a teoria de Stuart Hall vai nos ajudar a esclarecer como os conceitos de hegemonia e estrutura em dominância estiveram em jogo durante a repercussão do Jornal O Globo e do portal Cidade Olímpica. Para o autor, as relações de produção institucionais e sociais devem passar sob regras discursivas da linguagem para que seu produto seja “concretizado”. É claro que a realidade existe fora da linguagem, mas também como nos lembra Hall (2006), “o que nós podemos saber e dizer têm de ser produzido no discurso e através dele”. E é dentro do discurso que se fazem as classificações do mundo social, cultural e político.

As classificações constituem uma ordem cultural dominante, apesar de esta não ser nem unívoca nem incontestável. A questão da ‘estrutura dos discursos em dominância’ é um ponto crucial. As diferentes áreas da vida social parecem dispostas dentro de domínios discursivos hierarquicamente organizados através de sentidos dominantes ou preferenciais. Acontecimentos novos, polêmicos ou problemáticos que rompem nossas expectativas ou vão contra os “construtos do senso comum” [...] devem ser atribuídos ou alocados aos seus respectivos domínios discursivos, antes que “façam sentido” (HALL, 2006, p. 396).

De maneira geral, pode-se dizer que duas linhas de pensamento ainda predominavam sobre a elaboração de programa habitacional em favelas, a violência que elas poderiam representar para quem estivesse de fora delas, e a desconfiança interna sobre as ações do poder público; ambas com base em experiências anteriores, fosse a propagação do mal-estar que as comunidades faveladas traziam ou os diversos programas públicos voltados para elas que fracassaram ou simplesmente ficaram pela metade. É o que Hall define quando tentamos enquadrar novas experiências dentro do campo social já conhecido, considerado como aquele que, de maneira geral, “já faz sentido” para um determinado grupo (HALL, 2006, p.396).

Os domínios dos “sentidos preferenciais” têm, embutida, toda a ordem social enquanto conjunto de significados, práticas e crenças: o conhecimento cotidiano das estruturas sociais, do “modo como as coisas funcionam para todos os propósitos práticos nesta cultura”; a ordem hierárquica do poder e dos interesses e a estrutura das legitimações, restrições e sanções (HALL, 2006, p. 396).

Dessa forma, será feita a análise do discurso das publicações que foram divulgadas pelo site oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro que trata das reformas urbanas – muito motivadas pelos Jogos de 2016 – que aconteciam e ainda acontecem na Zona Portuária, o portal Cidade Olímpica. Vale ressaltar que parte-se do princípio de que, como mostrou Hoggart (1973), a questão da habitação envolve outros muitos fatores ligados diretamente à rotina de uma população, que não conseguem ser prontamente rompidos, sendo um processo muito além da realocação de pessoas em outros blocos habitacionais.

Estudar o discurso, tanto da cobertura jornalística quanto da divulgação feita pelas próprias instituições governamentais, é, portanto, um meio para se tentar ter uma mínima dimensão do impacto das transformações que aconteciam na região portuária, com foco no Morro da Providência. A análise discursiva se torna importante para marcar o contexto em que tais mudanças ocorriam na tentativa até mesmo de prever o que viria futuramente para os moradores daquela localidade. Afinal, não são apenas as ações das obras ou mudanças fisicamente estruturais que deixariam marcas em período de transição como esse. E não só o anúncio e realização de tais mudanças, como também a mediação feita sobre cada uma delas apresentaria seu impacto no contexto final.

A forma de pensar, a questão da identidade daqueles moradores e simples laços sociais a serem desfeitos ou aprofundados, também serão impactados. Da mesma forma, é a história do Morro da Providência, mais uma vez, que se altera, recebe interferências e se readapta. De um lado tem-se a imagem muito motivada pelos órgãos do governo, que retomavam a ideia presente em diversos outros programas anteriores de que só seria possível promover algum tipo de dignidade àqueles moradores por intervenção do poder público. O primeiro passo tinha sido dado com a “retomada de territórios” do tráfico, dessa vez por meio das UPPs, e a partir daí, o investimento social teria espaço, podia ter início com certa “segurança” e eficácia. Mas é importante lembrar que nem todos os moradores poderiam se manter naquele espaço. Quem vivesse nas áreas consideradas de risco, teria que ser removido e realocado em conjuntos habitacionais, situados fora da favela.

Já para os moradores, havia a questão da resistência ao encararem com certa desconfiança os programas sociais voltados para a favela, baseados principalmente no histórico negativo de inúmeras remoções ou falta de continuidade das obras, conforme já foi apresentado nos capítulos anteriores.

3.1 A REPRESENTAÇÃO DO MORRO DA PROVIDÊNCIA, DE ACORDO COM O IBGE

Em primeiro lugar, é importante montar um breve panorama da situação do Morro da Providência e de outras favelas, no geral, em 2010, quando foi realizado mais um Censo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o IBGE, em todo o país.

Com a participação de mais de 190 mil recenseadores que visitaram 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros, o Censo 2010⁶³ trouxe novas informações sobre as áreas de aglomerados subnormais, com destaque para abordagem territorial, novos recursos de fotografia e até mesmo a inclusão de imagens de satélite, que originaram uma subcategoria do censo, que ficou chamada de Levantamento de Informações Territoriais.

As favelas, classificadas no conceito de aglomerado subnormal, desenvolvido em 1987, voltavam a ocupar algumas páginas do estudo, com a seguinte definição:

[...] conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios:

Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno de dez anos ou menos); e possuir pelo menos uma das seguintes características:

- urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgão públicos; ou

- precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto.

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2010).

⁶³ Os primeiros resultados foram divulgados em 2011 e o relatório completo divulgado pelo IBGE, em 2013.

Dos cerca de 317.000 setores censitários⁶⁴ em todo país, 15.868 formavam os 6.329 aglomerados subnormais identificados. A área total ocupada pelos aglomerados somavam 169.170 hectares e comportavam 3.224.529 domicílios particulares permanentemente ocupados. A maior parte deles se concentrava na região Sudeste (55,5%), com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a população em aglomerados subnormais se aproximava a 1,6 milhão de pessoas (14,9% da população de todo o estado), ficando atrás apenas de São Paulo, estado com maior concentração de pessoas em favelas (2,2 milhões). Só na região metropolitana do Rio de Janeiro existiam 2.746 setores censitários classificados como aglomerados subnormais, correspondendo a uma área de 12.362 hectares, com 520.260 domicílios – 426.965 na capital do estado. Como reforça o levantamento do IBGE, os “padrões de distribuição refletem a diversidade geográfica do território e processos de ocupação/expansão urbana assim como a dinâmica de oferta de empregos e serviços” (IBGE, 2010)⁶⁵.

As ocupações mais antigas estavam na região Central e Sul da cidade, com grande parte dos aglomerados identificados de pequeno porte, à exceção da Rocinha, Vidigal, Borel e o conjunto habitacional localizado do Catumbi ao Estácio, considerados de grande porte. Nas duas regiões também foi constatado que os aglomerados subnormais ocupavam principalmente áreas de encostas, enquanto na zona oeste da cidade, por exemplo, eles estavam em áreas predominantemente planas.

A Providência aparece nos dados do IBGE como Complexo do Morro da Providência, classificação que engloba também as comunidades vizinhas de São Diogo, Moreira Pinto e Pedra Lisa. Ao todo, foram identificados 4.889 habitantes distribuídos em 1.465 casas. No total, a média de habitantes ficava entre três e quatro pessoas por domicílio. Vale ressaltar que a principal concentração de pessoas ficava no Morro da Providência, onde estavam 84% dos moradores de todo o complexo.

⁶⁴ Setor censitário é considerada a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que garante a plena cobertura do país (IPEA, 2010).

⁶⁵ Grandes concentrações de aglomerados subnormais também foram observadas em Niterói, Duque de Caxias, São João de Meriti e Belford Roxo.

A maioria dos moradores era formada por mulheres, mas o número era muito próximo ao número de homens que viviam na região⁶⁶. Quanto à faixa etária, o número de moradores com idade entre 30 e 64 anos representava 39% da população, contabilizando 1.925 pessoas. Em seguida, vinham os com idade entre 15 e 29 anos, depois os que tinham entre zero e 14 anos e, por último, os habitantes com mais de 65 anos, que representavam a menor parcela daquela comunidade, sendo apenas 5% de todos os moradores.

Entre todas as faixas etárias, a maioria era alfabetizada. O que se percebia entre a divisão feita entre as faixas etárias – de 8 a 9 anos, de 10 a 14 anos e maiores de 15 anos – era que todos os extratos apresentavam uma taxa de mais de 85% de pessoas alfabetizadas. No entanto, os dados sobre a renda mensal dos moradores podem revelar que o nível de escolaridade não devia ir além do básico. A grande maioria (37,7%) dos moradores ganhava entre a metade e um salário mínimo, que chegava a R\$ 510. Apenas 32 pessoas declararam receber mais de dois salários mínimos, enquanto outras 110 recebiam de um oitavo a um quarto deste mesmo valor. Outros 412 moradores declararam receber entre um quarto e metade de um salário mínimo e 209 indicaram que a renda mensal variava de R\$ 510 a R\$ 1020.

Os dados sobre domicílios e condições das habitações podem ser considerados surpreendentes frente à imagem de abandono e ausência de alguma estrutura mínima em favelas que ocupa o imaginário social. O Morro da Providência chegava a 2010 já com certo investimento do extinto Favela-Bairro, que propiciou alguns benefícios para a localidade. Ao todo, 1.199 domicílios eram próprios, 210 alugados, apenas 51 eram cedidos e outros cinco não tiveram informações de aquisição reveladas.

Os serviços como coleta de lixo e energia apresentavam fornecimento satisfatório, com abrangência em quase todos os domicílios⁶⁷. E se destacando entre eles, o abastecimento de água era o mais bem distribuído, chegando a praticamente todas as casas do Morro da Providência. De acordo com os dados do IBGE, 99,9% dos domicílios tinham abastecimento classificado como “adequado”, enquanto em apenas duas casas, uma

⁶⁶ Foram contabilizadas 2.511 mulheres e 2.378 homens, ou seja, 51,36% da população era do sexo feminino, enquanto 48,64%, do sexo masculino.

⁶⁷ O fornecimento de energia com a companhia distribuidora, Light, estava presente em 99,6% dos domicílios. Apenas cinco deles foram identificados com outras fontes de energia e um foi registrado sem eletricidade. Já a coleta de lixo era considerada “adequada” em 98,4% da favela, sendo “inadequada” em apenas 24 domicílios.

localizada em São Diogo e a outra no Morro da Providência, foram identificadas com o serviço “inadequado”.

3.2 A APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA MORAR CARIOCA PELO JORNAL O GLOBO, DURANTE A IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA

E seria sobre a vida desses quase cinco mil moradores que o projeto Morar Carioca, na Providência, iria se desenvolver. É importante lembrar que o programa habitacional se iniciava quase um ano depois da escolha do Rio de Janeiro como cidade sede para os Jogos Olímpicos de 2016⁶⁸ e que a experiência inicial já havia começado nos Morros do Chapéu Mangueira e na Babilônia, ambos na zona sul da cidade.

De acordo com o governo municipal, o objetivo do Morar Carioca era a reurbanização e a integração social de todas as favelas do Rio de Janeiro em apenas dez anos. Considerado a extensão oficial do programa anterior, o Favela-Bairro, o novo programa urbanístico desenvolvido para as favelas previa a inclusão de uma série de investimentos voltados para infraestrutura, paisagismo, construção de áreas de lazer e equipamentos educacionais. Pelo programa, se recuperava⁶⁹ também o discurso sobre a promoção da dignidade aos moradores das áreas consideradas “mais carentes” da cidade e sobre a importância de uma política de segurança que fosse capaz de garantir a continuidade da reforma urbanística que se iniciava.

Mas é importante lembrarmos o contexto em que tais obras se desenvolveriam. Assim como aconteceu durante outros programas voltados para favelas, foi também durante o período pré-olímpico que as ações do poder público se voltaram para as favelas, amparadas pela presença da polícia. A novidade agora era o tipo de proposta e a permanência dessa polícia, que se instalaria em favelas nas chamadas Unidades de Polícia

⁶⁸ A disputa, apontada como acirrada, ficou entre Rio de Janeiro, Madri, Tóquio e Chicago, e chegou ao fim no dia 2 de novembro de 2009, com a escolha pela cidade brasileira.

⁶⁹ Quando citamos “recuperar” ou “retomar” o discurso, nos referimos ao conceito de interdiscurso, segundo Fairclough (2001). Para o autor, interdiscurso “é a entidade estrutural que subjaz aos eventos discursivos e não a formação individual ou o código: muitos eventos discursivos manifestam uma orientação para configurações de elementos do código e para seus limites, para que se possa considerar como regra o evento discursivo existente” (FAIRCLOUGH, 2001, 95-96).

Pacificadora. O diferencial, de acordo com a Secretaria Estadual de Segurança, era que, por estarem instaladas permanentemente em bases dentro das favelas, os PMs estabeleceriam certo vínculo com os moradores e participariam também de projetos sociais para aqueles moradores, diferente, por exemplo, do que acontece nas incursões da PM, em que agentes entram nas favelas, fazem as operações e saem daquela localidade.

A primeira Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada no Morro Santa Marta, zona Sul do Rio, ainda em 2008, durante o governo de Sérgio Cabral, num projeto-modelo que representaria o possível formato de aproximação entre policiais e moradores a ser seguido nas demais favelas. Com poucos moradores, se compararmos a outras localidades⁷⁰, a UPP Santa Marta apresentou resultados positivos e o sistema foi implantado também em duas favelas da zona Oeste, para depois retorna à zona Sul, chegando à Babilônia e Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho e Tabajaras.

O contexto pré-olímpico era marcado, dessa forma, por uma nova tentativa de “convivência” dos outros espaços da cidade com as favelas, ainda que, para isso, a força policial precisasse ter sido implantada. Em 2010, foi a vez de a UPP Providência ser inaugurada e, assim como havia acontecido durante a instalação das outras unidades, as mudanças que aconteciam no cenário tiveram importante destaque nos jornais.

Por isso, vamos analisar aqui o noticiário de cidade do Jornal O Globo, na semana entre os dias 21 e 28 de março de 2010, período que vai da véspera da instalação da polícia pacificadora na localidade até os dias subsequentes, e como o que era noticiado contribuiu para o imaginário social sobre a Providência, uma vez que entendemos que a maior parte dos leitores não acompanhou de perto a ação policial, mas, sim, por meio da mediação feita pelo Globo. E entre os desdobramentos para a UPP, encontra-se o programa habitacional Morar Carioca que, de acordo com o divulgado pela Prefeitura, poderia acontecer por conta da eficácia da permanência da polícia.

É nesse sentido que a análise do discurso das reportagens revela sua importância e reforça o que Hall (2006) apontava como o problema da ideologia. Para o autor, o problema da ideologia é que ela fornece uma interpretação, dentro de uma teoria materialista, de como todas as ideias sociais surgem. Hall (2006) aponta que a ideologia

⁷⁰ De acordo com a Secretaria Estadual de Segurança, à época, os moradores do Santa Marta eram pouco mais de 3.900 habitantes.

está estritamente ligada aos conceitos e linguagens do pensamento prático que estabilizam uma forma particular de poder e dominação; ou que reconciliam e acomodam as massas em seu lugar subordinado na formação social, o que no caso do Morro da Providência, seria a aceitação por parte dos moradores de que a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora e as obras urbanísticas eram o caminho mais aconselhável para que o poder público conseguisse administrar aquela região.

Ainda segundo Hall (2006), a ideologia se relaciona também aos processos pelos quais as novas formas de consciência e as novas concepções de mundo emergem, ou seja, a noção de “legado olímpico social”, ao qual o próprio prefeito fazia referência, emergia e era preciso que a cidade se adaptasse em alguns pontos.

Para repercutir os novos projetos anunciados para a região, durante a semana analisada, o Morro da Providência ocupou as páginas e o site do Jornal O Globo, o jornal com maior distribuição paga no estado do Rio de Janeiro. No dia 22 de março, o jornal trouxe como parte da reportagem especial sobre urbanização - “Em busca de moradia digna” - um especial sobre medidas contra a favelização que governos na América do Sul estavam promovendo. O objetivo era evidenciar problemas de moradia que eram comuns a diferentes países, tomando como base dados divulgados pela Organização das Nações Unidas, a ONU. De acordo com o representante da ONU-Habitat entrevistado, o maior problema não era o déficit habitacional, mas a desigualdade na distribuição de renda.

Por fim, houve a estreita comparação entre as favelas do Rio de Janeiro e as de Lima, no Peru, onde também eram desenvolvidas políticas de regularização fundiária e construção de habitações para famílias de baixa renda. A Secretaria Municipal de Habitação também dava seu parecer, ao expor e reforçar a importância do programa Minha Casa, Minha Vida.

Duas páginas depois, o Jornal O Globo falava sobre o Fórum Urbano Mundial 5 (FUM5) que teria início no mesmo dia. Com o tema “O direito à vida: unindo o urbano dividido”, o evento, considerado o mais importante congresso sobre crescimento das cidades, acontecia pela primeira vez no Brasil e pretendia discutir questões ligadas à urbanização. De acordo com a entrevistada, Inês Magalhães, secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, a escolha pelo Rio de Janeiro se dava pelo início do programa das UPPs, e não por acaso, as palestras e debates aconteceriam na Zona Portuária, onde as obras de revitalização estavam a um passo de acontecer.

Mas foi no dia seguinte, com a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, que as atenções ficaram de vez voltadas para o Morro da Providência. No site, a publicação do Jornal O Globo destacava no dia 22 de março de 2010 o início da implantação da polícia pacificadora no Morro da Providência⁷¹. A operação, que começou no mesmo dia, uma segunda-feira, sob comando do BOPE e do Batalhão de Choque, fez incursões nas favelas e, segundo o coronel responsável, “levantou o tapete de cada local do morro para tentar descobrir armas, drogas e prender traficantes” (COSTA, 2010). Ao todo, quatro homens foram presos, dois deles por estarem com motos roubadas.

Assim como outros veículos, o site do Globo traz o projeto de UPP pelo viés positivo, por meio de expressões como “comunidades serão beneficiadas” e reforçando o alcance para além das favelas que aquela unidade pacificadora teria – estimadas 600 mil pessoas que circulam na Central do Brasil diariamente, e que estariam, por isso, vulneráveis à violência vinda do Morro da Providência, conforme anunciava a Secretaria Estadual de Segurança. Os entrevistados também reforçam os benefícios do projeto, complementando a matéria com links que direcionam a outras comunidades com UPPs já em funcionamento, em que comerciantes comemoravam o sucesso da nova política de segurança, que permitia a “chegada de novos clientes, que antes, com medo, não iam aos estabelecimentos perto de comunidades” (COSTA, 2010).

No jornal impresso, a notícia foi publicada no dia seguinte, ocupando a capa do jornal e uma página inteira, na data de 23 de março de 2010 (Figura 1). De um dia para o outro, a ocupação policial foi apresentada por uma visão um pouco mais aprofundada, mostrando as transformações que se iniciavam no Morro da Providência.

Figura 1: Ocupação da Providência

⁷¹ A operação foi veiculada pelos principais jornais brasileiros, tendo destaque também no Estadão e Folha de São Paulo, além da cobertura de emissoras de telejornais.



Fonte: O Globo, capa, 23 março de 2010.

Já no subtítulo da matéria, foi rebatido o que parecia ser o caminho natural para a implantação das UPPs, por meio da seguinte expressão “Estado contraria expectativa e, em vez de favelas na Tijuca, ocupa Providência para implantar projeto” (COSTA, DAMASCENO & MARQUEIRO, 2010, p. 12). Dessa forma, ficou evidente a surpresa pela escolha do Morro da Providência, que estava, aparentemente, fora dos planos iniciais da polícia pacificadora⁷².

Ainda durante o texto, foi lembrado que durante a entrada dos policiais na favela não aconteceu nenhum tipo de resistência do tráfico, já que “nenhum tiro foi disparado” (COSTA, DAMASCENO & MARQUEIRO, 2010, p. 12). Mais uma vez, os entrevistados que participaram deram sua aprovação à entrada policial na favela. Uma professora da rede

⁷² Também durante a matéria, o Secretário Estadual de Segurança, José Beltrame, esclareceu que nunca havia sido prometido que a UPP seguinte seria instalada na Tijuca.

estadual, a diretora do projeto Senai/Senai-Rio e o porta-voz do Metrô Rio elogiaram a instalação da polícia e comentaram os efeitos positivos.

A matéria destacou a entrada de novos soldados⁷³ que operariam, não só naquela localidade, como em diversas outras UPPs que ainda estavam por vir. E se mostrando mais aprofundada do que o que havia sido publicado no site no dia anterior, a matéria do impresso trouxe também um pequeno box onde um especialista contou em poucas linhas a história do Morro da Providência, aproximando a polícia pacificadora das raízes daquela região e inserindo a ação no contexto do processo histórico do Morro da Providência, voltando a lembrar que aquela era a considerada primeira favela brasileira.

Cinco dias depois, em 28 de março, como se fosse consequência natural da retomada de território por meio da ação policial, as obras urbanísticas que aconteceriam na Zona Portuária passaram a ser o grande destaque quando o jornal tratava da Providência. Na matéria publicada no site do jornal, foi anunciada a mudança radical que atingiria a localidade. Tendo como ponto de partida a instalação da UPP Providência, que estava ainda no estágio inicial de ocupação policial, Jorge Bittar, então secretário municipal de Habitação, anunciava o reassentamento de 800 famílias da favela. A desocupação, que estava prestes a acontecer, abriria, segundo ele, espaço para o projeto de reurbanização da região, prevendo a instalação de um teleférico e um plano inclinado. Ao todo, as alterações custariam R\$ 150 milhões e estavam previstas pelo programa Morar Carioca. Por fim, Jorge Bittar conclui a entrevista reforçando que a importância da revitalização da zona portuária.

Não que o problema das habitações ou o da violência estivessem restritos apenas ao Morro da Providência, mas às vésperas dos grandes eventos esportivos que aconteceriam no Rio, as medidas governamentais, tanto no nível municipal quanto federal, se voltaram estrategicamente para alguns pontos da cidade, entre eles, a região central do Rio de Janeiro.

O fato ficou comprovado ainda nas palestras que aconteciam durante a edição do Fórum Urbano Mundial, realizado no Rio, conforme também registrou o jornal O Globo no dia 26 de março de 2010. E foi por conta de um descuido de Ricardo Rotemberg, secretário executivo da prefeitura do Rio para o Programa Nacional de Segurança Pública com

⁷³ A previsão era de que, até o final de 2010, 3.850 homens estivessem trabalhando nas UPPs.

Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, que o planejamento secreto das UPPs que seriam implantadas a seguir, foi revelado⁷⁴, durante uma apresentação, sem que ele se desse conta de que jornalistas também estavam acompanhando os dados que ele expunha. Rotemberg confirmou o que já era previsto:

[...] o planejamento das UPPs seguia uma estratégia de criar um cinturão de segurança para a Copa do mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, abrangendo parte do Centro, Zona Sul e Zona Norte. As UPPs realmente constam do caderno de encargos que o Comitê Organizador da Rio 2016 entregou ao Comitê Olímpico Internacional (COI). Elas são citadas como uma nova estratégia de segurança para reduzir a violência (COSTA & MAGALHÃES, 2010, p. 17).

Ao fim do evento, o prefeito Eduardo Paes desmentiu a lista. E mesmo sob o incômodo da divulgação dos dados, o prefeito convocou uma reunião com o então governador Sérgio Cabral e a ministra britânica para as Olimpíadas de 2012, Tessa Jowell, para depois dar seu depoimento mais incisivo sobre o caso. Na declaração, Eduardo Paes apontou Ricardo Rotemberg como um “servidor de terceiro escalão” (COSTA & MAGALHÃES, 2010, p. 17), e reforçou que, se nem ele (o próprio prefeito) tinha acesso àqueles documentos, não seria Rotemberg que poderia ter.

No entanto, os argumentos que haviam sido expostos pelo prefeito já pareciam frágeis frente ao avanço das Unidades de Polícia Pacificadora em determinadas regiões. Da mesma forma, o problema das habitações passou a ser mais importante em determinados lugares do que em outros.

Durante essa semana em que a questão da habitação, da segurança e, mais especificamente, da ocupação policial do Morro da Providência tiveram bastante destaque entre as matérias publicadas pelo Jornal O Globo, o que se pode perceber é a reafirmação sobre a importância da presença da polícia em determinadas localidades para garantir o desenvolvimento de projeto. No caso da Providência, fica mais que explícito a importância do início da UPP Providência para garantir que reforma urbana, motivada principalmente

⁷⁴ De acordo com o relato feito por jornalistas que acompanharam a apresentação, as áreas que seguiriam o planejamento da pacificação eram: Parque Alegria, no Caju; Morro da Matriz, em Vila Isabel; Mangueira, em São Cristóvão; Morro São João, no Engenho Novo; Morro dos Macacos, também em Vila Isabel; Andaraí; Borel, Formiga e Salgueiro, todos na Tijuca; Morro dos Prazeres e Fallet, em Santa Teresa; Cerro-Corá, em Laranjeiras; São Carlos, no Estácio; e Fogueteiro, no Rio Comprido.

pelo grande projeto de cidade olímpica, fosse realizada. De forma que a entrada do estado se oficializava na região por meio dessa retomada de territórios feita a partir da presença da polícia, para, a partir dali, se desenvolver o projeto de cidade que atenderia ao Comitê Olímpico.

Dentro da análise do discurso, podemos estabelecer que o valor antagônico, que seria a disputa maior no campo do discurso dentro contexto social, estabelecido nas cinco matérias publicadas pelo Jornal O Globo, é a questão da favela X asfalto, como símbolo do antagônico quadro social entre atrasos da cidade e a “vida dos centros urbanos” em seu estado avançado, moderno e organizado.

Quando analisamos o discurso, estamos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou, dos fatores que interferiram na sua produção e também na interpretação. Por esta análise se dedicar a publicações em um jornal tradicional, e pelas matérias não estarem em formato de crônica ou baseadas em um único depoimento, não buscamos aqui traçar um sujeito em específico. Entende-se, com isso, que as publicações respeitam um perfil editorial. Não são apenas relatos de um jornalista sobre o caso, mas representam uma linha de abordagem que o Jornal O Globo, como um todo, adota sobre determinado tema.

Por todas as publicações estarem em terceira pessoa, concluímos que o jornal busca se distanciar daquela realidade, buscando trazer também a ideia de neutralidade, ponto comum que se busca alcançar, de maneira geral, no jornalismo. Ao se distanciar, o Jornal O Globo mostra tentar estar isento de um posicionamento, ou o mais próximo possível disso, com objetivo também de trazer confiança para seus leitores. Dessa forma, não encontramos nas reportagens frases como “a escolha que deveria ser seguida” ou “o melhor caminho adotado para a urbanização das favelas”. O que existe é a tentativa de se transmitir os fatos, com certa objetividade, o que, como se sabe, não existe em totalidade no jornalismo.

Isso fica evidente nas próprias matérias. Em todas elas, tanto quando o jornal fala sobre projetos que aconteciam em outros países, como no caso específico da Providência, a voz do discurso é totalmente baseada no lado institucional daquelas reformas. A Prefeitura, a ONU-Habitat, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o depoimento do prefeito Eduardo Paes, as medidas voltadas para os Jogos Olímpicos de 2016 – que seriam de incumbência de alguma secretaria – estão sempre marcadas nas falas diretas ou entre aspas,

e quase nunca há depoimento de moradores. Dessa forma, apesar do jornal não trazer claramente a imagem de que “estaria ao lado da polícia”, ao preferir publicar as informações das consideradas fontes oficiais, já traça o perfil que terá preferência em suas matérias.

A prática discursiva está, portanto, ligada estritamente à promessa de melhorias nas favelas, com a inclusão do Morro da Providência. Tanto pelo lado de segurança, quanto pelas reformas urbanas, é sempre reiterada a ideia de que a vida “no asfalto” era não só um modelo a ser seguido, mas também capaz de levar dignidade àquelas pessoas que estavam em cima dos morros. E preferir as fontes institucionais aos moradores, em um momento pré-olímpico, significa dizer também que o Jornal O Globo se esforça, nesse sentido, em contribuir para a realização dos grandes eventos, assim como também acredita que as medidas públicas voltadas para as favelas, especificamente para o caso do Morro da Providência, estariam de acordo com o que se espera para as comunidades faveladas, de forma que aquelas localidades não inviabilizassem o projeto final: a construção da cidade olímpica de 2016.

Voltando ainda ao valor antagônico que apresentamos no início desta análise, podemos concluir que o discurso adotado pelo jornal retoma o ideal da favela como centro da desorganização urbana, que carecia da ajuda pública para promoção de vida digna para seus moradores, ainda que tal processo se devesse especificamente pela entrada e permanência de policiais, aptos a garantir que outros funcionários do governo trabalhassem ali com segurança e promovessem serviços àquela comunidade. Do mesmo lado, como o jornal mesmo ilustra, estariam as pessoas que convivem no asfalto, que “passam diariamente pela Central do Brasil” e também seriam beneficiadas pela promoção da “paz armada” no Morro da Providência. É dessa forma que a prática social do discurso vai delimitar o texto: motivados principalmente pelas Olimpíadas de 2016, o jornal precisa publicar determinadas matérias e abordar certos casos para interferir também nas relações sociais, principalmente de quem não estava ali para acompanhar as mudanças. Mais uma vez, vemos aqui, como defende Fairclough (2001), que o discurso não é livre, e não emana de um jogo de ideias presentes nas mentes das pessoas.

Aquilo que não é dito, a ausência do relato de moradores e a participação de quem vivia na Providência ou nas comunidades vizinhas ainda durante a ocupação da polícia, também vão marcar o discurso e reforçar “o lado” que o jornal assume para contar sua

versão do caso. E nesse ponto é importante lembrarmos a noção de mediação aplicada por Hall (2006). É claro que a realidade existe fora da linguagem, mas o conhecimento sobre o mundo real é o tempo todo constituído pela forma que contamos e registramos os acontecimentos em determinado tempo-espço. Ou seja, é o discurso que será capaz de produzir o conhecimento sobre determinado caso e registrá-lo, a longo prazo, em um contexto maior, que nesse caso era o momento pré-Olimpíadas de 2016. Nesse sentido, a mediação feita pelo Jornal O Globo é de extrema importância, visto que era o jornal com maior circulação paga naquele ano, e que, portanto, atingiria um número importante de leitores que acompanharam a transformação no Morro da Providência sob a perspectiva das reportagens, e não por eles mesmos.

O que continuava também em jogo era, mais uma vez, a questão da violência relacionada ao território das favelas. Não se pretende aqui desmentir ou diminuir a problemática da criminalidade na região, mas como apontava Misse (2006) o “crime” não é privilégio de classes. A ação criminosa não está restrita, portanto, aos mais pobres, nem mesmo às favelas. O que muda em tais circunstâncias é a abordagem tanto policial quanto midiática sobre tais ações.

No caso da Providência, vale lembrar ainda que a localidade não apresentava os maiores números de violência do estado – como já foi mostrado acima por meio do levantamento do ISP – e, assim como Misse (2006) reforçava a questão da incidência criminal não ser maior entre as comunidades faveladas. Mas é, sem dúvida, em localidades faveladas, como a Providência, onde o crime é mais reprimido, onde as construções em áreas de risco recebem maior destaque, como se fossem verdadeiras aberrações, e também onde a mídia concentra atenções quando trata dos assuntos de segurança pública e habitação.

Não que os escândalos financeiros ou a corrupção dos políticos passem despercebidos pelas lentes jornalísticas. Mas, quando se trata da representação do risco nas grandes cidades, é sobre os pobres, seus crimes e seus locais de moradia que se constroem os discursos midiáticos (MISSE *apud* BAIENSE, 2008, p. 2).

Alguns meses depois, em 27 de julho de 2010, a divulgação oficial do programa Morar Carioca foi antecipada pelo Jornal O Globo que, três dias antes do lançamento pela

prefeitura, já explicava alguns objetivos da intervenção e publicava em seu portal uma matéria sobre o novo plano habitacional para favelas (Figura 2).

Figura 2: Programa Morar Carioca



The image shows a screenshot of a news article from the website O Globo. The article is titled "Prefeitura lança novo plano para favelas, que prevê controle, gabarito, conservação e choque ...". The author is identified as "POR LUIZ ERNESTO MAGALHÃES ///". The article includes an aerial photograph of a favela in Jacarezinho, Rio de Janeiro, showing a mix of formal buildings and informal structures. Below the photo, there is a caption: "Vista aérea da Favela do Jacarezinho. Prefeitura vai investir R\$ 8 bilhões até 2020 em comunidades. Foto Agência O GLOBO -". The main text of the article discusses the "Favela Bairro" program and the new "Morar Carioca" plan, which aims to urbanize all favelas in the city over the next ten years. It mentions that the new program is conceived to have continuity across governments and that it will provide formal treatment to communities, including fixed height limits and permanent order. It also notes that the maintenance of public equipment will be the responsibility of the same secretariat - the Conservation - which is responsible for the remaining urban space. Favelas that are in risk areas and not urbanizable will be removed. At the bottom of the article, there is a link to read more: "Leia mais: Ocupações já custaram R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos".

Figura 1: Site do jornal O Globo, jul de 2010

Logo no início da matéria, justificava-se o novo programa habitacional, e não a retomada de um existente: como em 2008 houve a troca de administração no governo municipal, o programa Favela-Bairro seria substituído por um inédito, no caso, o Morar Carioca. Pretendia-se, com isso, mostrar que era possível inovar sobre aqueles territórios, ao aplicar neles uma forma nova de administrá-los, sem repetir os erros dos programas

habitacionais anteriores⁷⁵. Assim como de outras vezes, o novo projeto urbanístico que era anunciado trazia a proposta de um diferencial, a fim de completar uma lacuna deixada por seus antecedentes, como veremos a seguir.

No título da matéria, no entanto, o Jornal O Globo já dava indícios de que aquela publicação não se referia no primeiro momento aos moradores que deveriam estar incluídos na reforma urbana e mantém a mesma voz do discurso das publicações da versão impressa. Ao enunciar, “Prefeitura lança novo plano para favelas, que prevê controle, gabarito, conservação e choque...” (MAGALHÃES, 2010) e ao incluir uma foto genérica da favela do Jacarezinho logo abaixo, o texto parece tentar informar aos moradores que estão situados fora das favelas que haveria uma mudança a caminho para aquele mundo diferente da “cidade formal”. Isso acontece principalmente por meio do uso das palavras “controle”, “gabarito”, “conservação” e “choque”, fatores que dariam limites à expansão da favelização, fenômeno conhecido dos cariocas. E como garantia para isso, a prefeitura também aponta as estratégias: “ao custo de R\$ 8 bilhões até 2020, todas (as favelas) terão gabarito fixado e limites demarcados, além de serem alvo de choques de ordem em caráter permanente” (MAGALHÃES, 2010).

No entanto, não são explicadas na publicação quais remoções seriam necessárias, talvez até pelo texto ter sido publicado dois dias antes do lançamento oficial do programa, mas se justificavam pela atuação da prefeitura em conter o crescimento populacional em áreas de risco. Logo em seguida, as medidas são caracterizadas como “legado social dos Jogos Olímpicos de 2016” (MAGALHÃES, 2010).

Dois parágrafos depois, já quase no final da reportagem, o Jornal O Globo cita algumas informações e tenta esclarecer quais seriam, enfim, as consequências da remoção.

Para as famílias removidas, a prefeitura oferecerá como opção apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida, construídos pela União em parceria com estados e municípios. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, o número de domicílios projetados ou já em construção no Rio chega a 54 mil, que seriam suficientes para receber as famílias removidas (MAGALHÃES, 2010).

⁷⁵ No entanto, com base no histórico de programas habitacionais exemplificados nos primeiros capítulos, podemos observar que, de maneira geral, poucos eram os projetos urbanísticos para as favelas que apresentavam algum tipo de diferencial.

Ainda na matéria, há também a entrevista dada por Eduardo Paes, em que o prefeito esclarecia que, a partir daquele momento, várias secretarias, que são representantes diretos do poder público, teriam condições de atuar nas favelas, cada uma com sua própria responsabilidade, como “já acontecia no asfalto” (MAGALHÃES, 2010). A proposta era, portanto, apontada pelo prefeito como “o que ficou faltando nos projetos urbanísticos anteriores”, justificando, assim, a inovação do Morar Carioca.

Por outro lado, com base no que já foi mostrado nos capítulos anteriores, podemos afirmar que o discurso de Eduardo Paes não promovia, de fato, o novo. Ao dizer, “como já acontecia no asfalto”, o prefeito parte do princípio da dicotomia entre o asfalto e a favela, e da imagem muito presente no imaginário social de um modelo de vida, comum às pessoas que não vivem dentro das comunidades faveladas, que deveria ser levado para dentro das favelas.

Em primeira instância, podemos classificar o discurso do prefeito Eduardo Paes como uma prática política, o que de acordo com Fairclough (2001) “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). O discurso como prática política não se restringe a ser um local de luta de poder, mas também o que Fairclough (2001) aponta como a naturalização das relações de poder e ideologias particulares.

Já a longo prazo, ao retomar outros discursos e estabelecer relações entre a favela e a questão da violência, ou reforçar a dicotomia existente entre favela e asfalto, o prefeito Eduardo Paes contribui para a formação do discurso como prática ideológica. O que nesse sentido, “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Ao fim da entrevista, o prefeito Eduardo Paes conclui que o programa Morar Carioca promoveria a integração das “comunidades ao asfalto”, reprimindo o crescimento desordenado e instalando serviços básicos, como a iluminação, por exemplo. Apesar de parecer bastante contraditório, logo depois de ressaltar que agregaria a favela ao centro urbano, por meio da inclusão de serviços públicos, Paes cita que a estratégia para isso seria a demarcação do território da favela, que aconteceria da seguinte forma:

O IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) ajudará a elaborar decretos que fixarão as regras para as construções e os limites

das favelas. Os decretos terão referências simples, como uma caixa d'água ou uma birosca, que ajudarão a identificar expansões ilegais. Já a fiscalização das regras de construção ficará sob a responsabilidade de 130 Postos de Orientação Urbanística e Social (Pousos) que serão implantados. Cada um cuidará em média de cinco favelas ou complexos (MAGALHÃES, 2010).

Dessa forma, entende-se que seria preciso delimitar geograficamente o início e o fim da favela, que seriam estabelecidos pelo IAB para que o investimento na região fosse feito. É claro que entende-se aqui a necessidade de um mapeamento para a melhor administração da favela, assim como o método pode ser bastante funcional para qualquer outra região. Mas tornar espaços, que antes não tinham a garantia de aplicação dos poderes públicos, delimitados por meio de ações de repressão com choque de ordem, sem destacar outros tantos pontos do déficit habitacional que implicam no crescimento desordenado das cidades como um todo, é voltar a restringir o espaço da favela para que ele não tome o lugar destinado aos bairros do asfalto.

O que se percebe mais uma vez é: assim como nas publicações que estamparam a versão impressa do Jornal O Globo, há o enaltecimento de um grande projeto da Prefeitura voltado para as favelas, não pela complexidade das transformações que aquilo poderia significar para a vida dos moradores, mas pela ação da própria Prefeitura em ser um órgão competente ao tentar “domar” o crescimento daquelas localidades. O que é reforçado o tempo todo é a importância dos números sobre as obras, que aconteceriam em um curto espaço de tempo, e que atingiriam todas as favelas do Rio de Janeiro, o que, com base nos números do IBGE, significaria agir sobre a vida de praticamente 15% da população de todo o estado, que viviam nos chamados aglomerados subnormais. Como vimos, durante a semana de ocupação policial no Morro da Providência é a voz das instituições que embasa as entrevistas, e mesmo durante o anúncio do projeto Morar Carioca, que como já falamos teria impactos enormes sobre a vida de 1,6 milhões de pessoas que, na teoria, seriam beneficiadas pelo projeto habitacional, não houve entrevistas sequer com um morador, mesmo que esse fosse apresentado como grande beneficiado pela reforma urbana.

3.3 O PORTAL CIDADE OLÍMPICA

O portal oficial da Prefeitura, onde os objetivos do Morar Carioca e todas as outras reformas urbanas motivadas pelos Jogos Olímpicos de 2016 seriam oficialmente publicados, no entanto, só foi lançado em 2011 Figura 3. E analisar o discurso sobre as publicações do portal Cidade Olímpica (<http://www.cidadeolimpica.com.br>) é lembrar também o momento que o Rio de Janeiro vivia.

Figura 3: Cidade Olímpica



Fonte: Portal Cidade Olímpica, nov de 2014.

O governo municipal lançava sua página oficial praticamente dois anos depois da confirmação da candidatura do Rio como sede das Olimpíadas. Nela, reafirmava-se a importância daquele momento pré-olímpico para o Rio de Janeiro e eram exibidos os principais preparativos voltados para receber o mundial. O Portal Cidade Olímpica tinha, então, como principal objetivo mostrar que o Comitê dos Jogos de 2016 estava certo ao fazer sua escolha pela cidade sede. E como garantia para isso, grandes transformações arquitetônicas estavam se desenrolando.

Na parte visual⁷⁶, podemos concluir que o site aposta na ideia de mapeamento da cidade para mostrar onde as reformas urbanas estão sendo realizadas, dando noção da

⁷⁶ As informações sobre a página foram coletadas com base no acesso entre os dias 5 e 10 de novembro de 2014.

abrangência do projeto e sua extensão⁷⁷. Logo na parte superior da página, há também uma barra fixa superior que se divide em quatro opções: transformações, notícias, especiais e projetos e investimentos. Entre eles e um pouco mais abaixo, o menu que recebe destaque é das transformações, que se dividirá em quatro temas: infraestrutura, transportes, meio ambiente, social e instalações olímpicas. Com nomes bem intuitivos, o site se mantém claro e específico para quem precisa consultá-lo⁷⁸.

Além disso, a página inicial se apresenta de forma moderna, com a inclusão de vários materiais multimídias, com vídeos, fotos e algumas plantas interativas que anunciam as mudanças que ainda não haviam sido concluídas. No site, é possível fazer um tour virtual por alguns espaços que já haviam sido reformados, como o Parque Madureira, por exemplo, ou comparar o antes e depois da demolição da Perimetral. Por estar totalmente voltada para a relação entre as obras e o “legado olímpico”, a página usa as expressões “confira o que está por vir”, “veja como vai ficar”, incentivando, dessa forma, que o leitor tivesse a curiosidade sobre aquela reforma urbana e conferisse o resultado final da cidade olímpica.

Mais uma vez o que estava em questão era a promessa por parte da Prefeitura, como órgão atuante para transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma cidade pronta para receber as Olimpíadas 2016. E mais uma vez é importante falarmos sobre a questão da mediação que Hall (2006) trazia. A realidade do Rio de Janeiro existia além do que era publicado no site e, de maneira mais geral, além da linguagem. Mas o conhecimento sobre as obras, sobre os projetos e as transformações deste momento pré-olímpico era produzido e estruturado pelo próprio discurso, que nesse caso analisamos com base na publicação oficial que era feita no portal Cidade Olímpica.

O valor antagonico em questão é baseado na oposição entre dois projetos, o Rio Olímpico e o modelo anterior. Motivado principalmente pelos argumentos que a Prefeitura apresenta ao decorrer do site (Figura 4), o que existia antes do projeto olímpico já é considerado agora um modelo obsoleto de cidade. A partir das intervenções que seriam feitas, fossem elas urbanísticas, de habitação ou de mobilidade, a cidade se preparava para um momento mais adequado ao futuro, com a construção de uma cidade mais ágil, com

⁷⁷ Há também o título “Conheça um Rio novo em poucos cliques” que trazia a ideia de integração ao site.

⁷⁸ O site pode ser traduzido para inglês ou espanhol, o que evidencia a expectativa de que leitores estrangeiros poderiam acessá-lo para descobrir como a estrutura física das Olimpíadas estava sendo preparada.

deslocamento veloz, assim como acontece quando navegamos pelo portal. Ou seja, que representaria a base das Olimpíadas de 2016.

Figura 4: Morar Carioca e as Olimpíadas

The screenshot shows the website for 'Cidade Olímpica' (Rio de Janeiro, Brazil). The main navigation bar includes 'TRANSFORMAÇÕES', 'NOTÍCIAS', 'ESPECIAIS', and 'PROJETOS E INVESTIMENTOS'. The featured project is 'MORAR CARIOCA', described as a project for social integration and urban reintegration, aiming to bring accessibility, health, education, culture, and environmental awareness to all communities in Rio. The page includes sections for 'Sobre o Projeto', 'O que é?', 'O Rio Ganha. Você Também.', and 'Onde fica' (with a map of Rio de Janeiro).

Fonte: Portal Cidade Olímpica, dez de 2014.

Assim, a mediação, entre as obras e as pessoas que acessam o site, é bastante marcada pela inclusão dos materiais multimídia que reforçam a eficácia do poder público que, em teoria, seria capaz de promover avanços para o Rio de Janeiro. O modelo anterior à reforma, como mostram vários dos infográficos, já é apresentado de maneira mais sóbria, sem música ao fundo e com pouca interatividade para quem acessa determinado conteúdo. É quase como se estivéssemos assistindo a uma cidade de, pelo menos, algumas décadas atrás, que não seria suficiente para receber os Jogos Olímpicos, com delegações de outros países e o número de turistas que viriam para cá.

Outro ponto importante também para atrair o público para o portal, e mantendo um diferencial do que os jornais abordavam sobre o tema, era a presença, nas reportagens, de muitas pessoas que, de alguma forma, acreditavam ser beneficiadas com as obras, que viam o prometido “legado olímpico” como algo positivo, e davam seus próprios relatos nos vídeos institucionais. E diferente dos telejornais, que seriam o formato jornalístico mais aproximado daquele tipo de divulgação de projeto, não há qualquer interlocutor ou repórter mediando o conteúdo. É como se o próprio morador estivesse ali mostrando seu recorte (que era o de aprovação) daquela realidade, como se o morador tivesse total autonomia para dizer naquele vídeo o que quisesse sobre as diversas obras que se espalharam pelo Rio de Janeiro, como se esta fosse a visão majoritária sobre as obras (Figura 5).

Figura 5: Providência nas alturas

Cidade Olímpica > Vídeos e Galerias > Providência nas alturas

Providência nas alturas

[Curtr](#) 62 [Enviar](#) [Tweetar](#) [+1](#) 0

Providência nas alturas | Cidade Olímpica



Albeni Pedrosa
moradora

11/07/2014 | Social | Morar Carioca

Com 721 metros de extensão e ligando a Providência aos bairros da Gamboa e Central do Brasil, o teleférico facilita a mobilidade de moradores da primeira favela da cidade e de seu entorno. Todo o trajeto dura cerca de cinco minutos e, além da rapidez e do conforto, usuários ainda desfrutam da paisagem deslumbrante da Baía de Guanabara e do movimento do Centro do Rio. O serviço é gratuito. A implantação do equipamento se dará por etapas: a primeira, já em funcionamento, será das 9h às 11h; a segunda, das 14h

Fonte: Portal Cidade Olímpica jul de 2014

Dessa forma, o “legado olímpico” se firmava como algo positivo, afinal, era quem vivia aquela realidade da expectativa do “legado olímpico” que estava falando sobre ele. No produto final, o resultado era como se o governo não estivesse mais anunciando suas próprias medidas, mas sim como se um morador, ou seja, um “mero mortal” que, durante aquele momento, se apresentava como sujeito do próprio enunciado e, por vontade espontânea, exaltava o viés positivo das obras⁷⁹.

De acordo com as publicações do site, não havia, portanto, quem ficasse insatisfeito com aquele momento de intensa transformação que a cidade vivia. Afinal, as mudanças lá na frente seriam satisfatórias, e até mesmo por conta do andamento das obras, algumas pessoas já viviam o momento da recompensa. E é essa participação, fosse dos moradores que viam as melhorias na infraestrutura ou dos motoristas que viam a expansão de vias de tráfego, por exemplo, que vai contribuir para a construção da identidade de quem seria atingido pelas obras.

Nesse sentido, é importante lembrar dois pontos dos autores que estamos usando sobre a análise do discurso. O primeiro deles trata, mais uma vez, da questão da linguagem e a realidade. Assim como já citamos anteriormente, para Hall (2006) é claro que a realidade existe fora da linguagem, mas se esta última contribui para sua formação, não registrar moradores insatisfeitos ou ignorar alguns problemas que aconteciam no caminho da implantação do Morar Carioca é simplesmente negar a existência desses percalços. Entendemos aqui a clara necessidade da Prefeitura em realçar seu próprio trabalho e divulgá-lo em sua página oficial, mas há também um lado de prestação de serviço, transparência ou até mesmo uma espécie de ouvidoria para a população que poderia estar presente na página, mas que não existe. Dando a entender que não é necessário um espaço para esclarecimentos ou críticas: o projeto é claro por si só e traz apenas resultados positivos para as parcelas atingidas por ele.

O segundo ponto que podemos ressaltar é sobre os efeitos construtivos do discurso que Fairclough (2011) ressaltava. Para o autor, logo de imediato, o discurso apresenta um importante papel para a construção das “identidades sociais e posições do sujeito para os sujeitos sociais e os tipos de eu” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Ou seja, sendo o discurso

⁷⁹ A inclusão do material em vídeo se faz bastante presente entre as publicações do portal Cidade Olímpica e, nesse sentido, vale lembrar a definição que Jenkins (2006) traz sobre o conceito de economia afetiva. Para o autor, a economia afetiva se relaciona diretamente com a participação do público, onde as instituições procuram entender os fundamentos emocionais dos consumidores, e incluir seus depoimentos ou impressões sobre um determinado fato em seus produtos, para promoverem a si mesmas. Normalmente, é claro, a inclusão acontece quando o consumidor é capaz de promover positivamente aquela instituição.

uma prática, e não só uma representação do mundo, o sujeito apresentado por ele e que, nesse caso, contribui para a retomada do enunciado, se mostra favorável às intervenções urbanas, se mostra otimista em relação às obras.

Fairclough (2001) relaciona também a contribuição do discurso para a construção das relações sociais entre pessoas e, por último, aponta que o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento ou crença. Ou seja, a publicação dos vídeos com a participação de pessoas comuns aproximava do projeto, de certa forma, outras tantas que também teriam algum tipo de alteração na rotina por conta daquelas obras. O que poderia até mesmo agir no sentido de encorajar outras pessoas que ainda serão atingidas por tantas transformações urbanas, garantindo a elas que as obras serão uma experiência positiva e que o resultado final seria satisfatório. Sobre essa última constatação, Fairclough (2001) ainda nos ajuda a compreender que a publicação de tais vídeos não era simples acaso. Era uma estratégia dos órgãos públicos, já que eles entendiam que:

O trabalho constitutivo do discurso necessariamente se realiza dentro das restrições da determinação dialética do discurso e pelas estruturas sociais (que, nesse caso, incluem a realidade das estruturas da família, mas as ultrapassam) [...] a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92-93).

O que nos faz pensar que, se de um lado havia um grupo que se dizia satisfeito com o resultado de algumas obras, havia também o interesse da própria prefeitura em divulgá-lo. Não que o fenômeno da “adoração às obras” fosse espontâneo, assim como Fairclough (2001) destaca, não era um “jogo livre de ideais nas cabeças das pessoas”, mas que motivado por todo o contexto de se promover a construção da cidade das Olimpíadas para 2016, tornaria mais concreta a avaliação positiva sobre o projeto, como um todo.

No caso específico da apresentação do programa habitacional Morar Carioca no Morro da Providência, a promoção de reforma urbanística foi muito motivada pela instalação do teleférico, que trazia embutida a ideia de mobilidade pelas ladeiras do morro e também da atração de turistas, que poderiam se aproximar da região, uma vez que houvesse maior facilidade para percorrê-la. De um lado, havia a inclusão de obras, pavimentação de ruas, melhorias na infraestrutura e o projeto de mobilidade. Do outro, para que o meio de transporte fosse instalado, o site confirma que alguns (sem especificar o

número total) moradores precisariam ser realocados em conjuntos habitacionais que estavam sendo construídos também próximos à região, na Rua Nabuco de Freitas.

Em nenhum momento, usa-se a expressão “remoção”, o que poderia trazer um caráter mais agressivo às consequências das obras, mas sim as expressões “mudança”, a “instalação de moradores em novos conjuntos habitacionais” e a promoção daqueles moradores que pela primeira vez teriam direito a um “endereço fixo”. Em uma rápida busca pelas palavras “Morro da Providência”, dentro do portal Cidade Olímpica, são encontrados 45 resultados para o termo, da mais recente para as publicações feitas há mais tempo⁸⁰.

Assim como já explicamos acima no caso do jornal O Globo, ao citar o que Stuart Hall (2006) chamava de “mapas existentes da realidade social”, havia, portanto, um “discurso em dominância” (HALL, 2006, P. 396) para tratar de todos os projetos pré-olímpicos.

A questão da estrutura dos “discursos em dominância” é um ponto crucial. As diferentes áreas da vida social parecem ser dispostas dentro de domínios hierarquicamente organizados através de sentidos dominantes ou preferenciais. Acontecimentos novos, polêmicos ou problemáticos que rompem nossas expectativas ou vão contra os “construtos do senso comum”, o conhecimento “dado como certo” das estruturas sociais, devem ser atribuídos ou alocados aos seus respectivos domínios discursivos, antes que “façam sentido” (HALL, 2006, p. 396).

Ao analisar o conteúdo voltado para a região portuária, com foco no Morro da Providência, não é difícil perceber que, assim como o restante do site, as matérias institucionais que tratam do Morar Carioca se destinam a propagar positivamente o programa. Havia uma reiteração durante todo o tempo que as obras aconteciam para promover mais conforto e dignidade para os moradores, que em breve receberiam turistas para os Jogos Olímpicos de 2016. E nesse sentido, a mais significativa das obras era o teleférico da Providência⁸¹, que tinha como proposta ligar a favela à Gamboa e à estação de

⁸⁰ Número referente ao acesso ao site no dia 17 de setembro de 2014.

⁸¹ A constatação foi feita pelo então prefeito Eduardo Paes, no dia 2 de julho de 2014, quando o teleférico foi parcialmente inaugurado e está em uma matéria publicada no site portal Cidade Olímpica. Em sua fala, ele relata que “de todas as intervenções que a prefeitura fez aqui na Providência talvez esta seja a mais importante” (Portal Cidade Olímpica, 2014).

trem e terminal rodoviário Central do Brasil. O teleférico seria, nesse sentido, o maior símbolo da integração favela-asfalto, já que permitiria, em tese, que, além de moradores, “pessoas do asfalto” se motivassem a conhecer a Providência, como fica evidente neste trecho de reportagem, publicado no portal em 21 de dezembro de 2012:

Em breve, portanto, cariocas e turistas poderão pegar o teleférico na Central do Brasil, contemplar a paisagem do alto do Morro da Providência e descer até a Cidade do Samba. Os moradores, claro, serão os maiores beneficiados pelo acesso rápido e prático até suas casas, como contou a moradora Severina Marinho. Aos 71 anos, 52 deles na Providência, ela não esperava mais ver tantos benefícios.

– As coisas estão melhorando muito, e numa velocidade grande... Vai ser bom para todo mundo. Fico feliz que meus filhos e netos poderão herdar um lugar muito melhor para viver – festejou Severina (site Cidade Olímpica, 2012).

Também entre os 45 resultados disponíveis para a busca por “Morro da Providência”, podemos observar que as publicações, de maneira geral, são feitas em um mesmo formato. No primeiro momento, há a o relato de personagens, que seriam os moradores satisfeitos com as obras, exemplificando o quanto aquela transformação traria benefícios para seu dia a dia, como por exemplo “agora eu tenho água encanada” ou “nunca mais falou luz aqui”. Eles aparecem em vias da favela, aproximando quem lê ou assiste a publicação daquilo que o próprio site apresentava ser a única realidade do Morro da Providência. Em seguida, são os especialistas, normalmente engenheiros da prefeitura, que reiteram os benefícios das obras e dão um parecer técnico de como aquela obra ou reforma seria válida para aqueles moradores. Vale lembrar também que os engenheiros e técnicos em obras aparecem ainda nos pontos em construção, no interior delas a fim de mostrar a “transparência das obras”.

Quando a publicação é feita em vídeo, há sempre um samba tocando ao fundo, fazendo referência ao contexto histórico do morro, misturado aos sons da própria favela e da movimentação de pessoas. Quando é abordada especificamente a questão do teleférico, há também de se destacar a preferência pelo depoimento de crianças e idosos que aparecem praticamente em todos os vídeos institucionais relatando as dificuldades que enfrentavam para descer e subir as ladeiras da Providência, como foi exemplificado pela fala da moradora Severina Marinho.

O principal impasse em relação às mudanças na estrutura social e às obras, com foco na instalação do emblemático teleférico da Providência, eram as remoções de dezenas de casas que precisavam acontecer para que a reforma urbana fosse realizada. É bem verdade que o portal Cidade Olímpica não nega a transferência de moradores para outras localidades, ainda que próximas ao Morro da Providência, e indica para quais conjuntos habitacionais aquelas pessoas iriam. Mas trata o assunto de maneira muito sutil, como se fosse um movimento natural sobre a retomada de territórios, sem explorar suas peculiaridades e principalmente sem nenhum destaque sobre a forma com que essa parcela de moradores, que em muitos casos vivia por gerações na Providência, teria sido “convidada a se retirar”. Exatamente na hora em que moradores perceberam maior movimentação do poder público, muitos precisaram sair, como vamos ver no capítulo a seguir.

Não que fosse esse o interesse principal da prefeitura, mas busca-se aqui evidenciar a lacuna por parte do governo municipal em não abordar a questão das remoções e também do direito à moradia em sua complexidade, justamente dentro do portal que divulgava um programa habitacional, que era o Morar Carioca. Não há publicação no site que mostre, por exemplo, como foi a retirada – não tratemos ainda como expulsão – de uma família de uma casa e o período de readaptação nos novos conjuntos habitacionais. Ou um guia que evidenciasse o que era de direito ou não dos moradores antes, durante ou depois das realocações. O que nos faz pensar que mostrar tal parte da história pudesse evidenciar algum lado negativo do grande projeto de reforma urbana que acontecia no Morro da Providência, e que não deveria, portanto, ser divulgado com o mesmo enfoque que o restante das transformações.

Com a falta de abordagem sobre as habitações que seriam removidas, o que passa a ficar em jogo é a questão entre conter e resistir, dialética que Hall (2006) já alertava sobre cultura popular frente às transformações industriais, ainda do século XIX. Para o capital, e nesse caso podemos compará-lo à intensa campanha positiva da prefeitura, as classes populares deveriam constituir uma nova ordem social em torno do próprio capital, o que exigia continuidade. Ou seja, o que não fosse interessante para a manutenção de uma ordem sistemática, que nesse contexto seria o desenrolar do programa Cidade Olímpica 2016, deveria ser contido e deixado de lado, como fica comprovado quando o portal Cidade Olímpica praticamente ignora a conclusão das realocações ou até mesmo outras alternativas que poderiam evitá-las ou minimizá-las. Assim como afirmava Hall (2006), “o

‘povo’ é frequentemente objeto da reforma: geralmente para seu próprio bem, é lógico – ‘e na melhor das intenções’ (Hall, 2006, p. 232), o que tornou as polêmicas remoções o único caminho possível para que a reforma urbana no Morro da Providência fosse concluída.

4. A QUESTÃO DA IDENTIDADE DOS MORADORES DA PROVIDÊNCIA FRENTE ÀS REMOÇÕES

Se por um lado a Prefeitura e o Jornal O Globo não registravam em publicações o caso dos moradores que eram removidos de maneira dúbia e dava destaque apenas aos pontos positivos do projeto Olímpico, como um todo, de outro, diversos moradores passaram a se mobilizar, no sentido de registrar praticamente por conta própria o “outro lado da história”.

Como veremos a seguir, a Providência, assim como outras favelas, se inseria em um novo contexto nos anos imediatamente subsequentes à implantação da primeira UPP, despontando como uma área de interesse da iniciativa privada, e ao mesmo tempo produzindo novas formas de resistência entre os moradores de favelas, que não queriam deixar o morro⁸². O meio digital se tornava uma realidade mais do que presente: até 2013, metade da comunidade favelada de todo o país tinha acesso à Internet dentro da própria casa, o que tornava as lan houses cada vez mais raras. A grande maioria (85%) tinha telefones celulares, sendo 22% deles com acesso online, que aumentavam o poder de conexão daqueles moradores para registrar o “outro lado” da história⁸³.

Na contramão do era que publicado com frequência por alguns dos grandes veículos de comunicação e por instituições, como analisamos no capítulo anterior, agentes comunitários e diversos coletivos passaram a registrar o lado problemático dos grandes projetos voltados para a Cidade Olímpica. Com menor alcance de público, é bem verdade, muitas das publicações se espalharam principalmente pelas redes sociais com o intuito de divulgar determinados acontecimentos para quem não presenciava aquelas transformações na favela.

Com discurso embasado pelo direito à moradia, as pessoas que eram entrevistadas por esse “outro lado da história” referiam-se não só à própria casa em si, como estrutura física, mas muito a todo o contexto social que os rodeava e relatavam, a partir daí, a

⁸² Os dados são a nível nacional e estão publicados no livro *Um País Chamado Favela*, resultado de uma parceria da Central Única de Favelas e o instituto Data Favela. Apesar de contar com o patrocínio de algumas empresas privadas como P&G, C&A e Light, e ser uma análise relativamente rasa sobre o contexto da favela, sem problematizar questões como a violência policial ou permanência do poder paralelo mais a fundo, por exemplo, entendemos aqui que o relatório traz importantes dados quantitativos das comunidades faveladas. Nela, foram calculadas quase doze bilhões de pessoas vivendo nos aglomerados subnormais do Brasil. Deles, 66% declararam que não sairiam da favela, mesmo que mudassem de classe social.

⁸³ A relação entre os favelados e a inclusão digital também foi um levantamento extraído do livro *Um País Chamado Favela*.

importância de permanecerem no Morro da Providência. A casa era – e é – considerada por eles ponto de partida para a ideia de que “existiam no mundo” e de referência para o outro. É a casa que permite que eles tenham como se colocar perante os demais, além de trazer a noção de dignidade, afinal, não poderiam ser classificados, por exemplo, como indigentes ou confundidos com aquilo que não deveriam ser. Havia um ponto de referência em que se instalava a família ou, ao menos, os vizinhos ao redor, que os conheceriam.

Ao descrever a casa e a vizinhança, é como se cada morador estivesse descrevendo a si próprio. As referências, como por exemplo “nós temos jardim”, “a sala é mais aconchegante” ou “aqui não temos banheiro do lado de dentro”, são pontos que implicam diretamente na personalidade dos membros que habitavam certa residência. E, ao mesmo tempo, a disposição de casas umas muito próximas às outras, contribuía para que os vizinhos tivessem participação quase que direta na vida de cada morador.

Em diversas ocasiões, que mostraremos mais a seguir, os moradores apresentavam-se totalmente dependentes da estrutura onde viviam como prova até mesmo para própria existência. É por isso que buscaremos tratar nesse capítulo da questão da identidade daqueles moradores frente às diversas transformações da região, que em muitos momentos passaram a ser considerados pela Prefeitura como impasse para o avanço da implantação do Morar Carioca. No entanto, tomaremos como recorte a ser analisado o discurso que embasa os depoimentos de moradores registrados no documentário “Casas Marcadas”. A importância do vídeo se dá tanto pelo novo momento que a favela vivia, de se registrar o lado questionável do impacto das obras olímpicas - fato que não acontecia de maneira geral nas publicações oficiais e no Jornal O Globo, que vimos no capítulo anterior e que pode ter contribuído bastante para a popularização do documentário⁸⁴ - quanto pelo reconhecimento que a produção teve: recebeu a Menção Honrosa durante o 12º Festival Internacional de Cinema de Arquivo, REcine, em 2012, e ganhou o segundo lugar na Mostra Competitiva Visorama e Fronteiras Imaginárias, durante o 7º Festival Visões Periféricas 2013⁸⁵.

Assim como fizemos no capítulo quatro, vamos partir aqui da ideia de que estudar o discurso publicado pelo vídeo é tentar ampliar o que é dito e aquilo que circula, na

⁸⁴ Baseado no acesso feito no dia 24 de novembro de 2014, o vídeo está disponível no Youtube desde 11 de janeiro de 2013, atingindo a marca de 20.285 visualizações.

⁸⁵ O festival REcine é um festival internacional de cinema organizado pela Agência Nacional de Cinema, ANCINE, para promover e difundir a importância de preservação de acervos audiovisuais de domínios públicos e privados. Já o Festival Visões Periféricas se dedica a integrar educação, audiovisual e tecnologia, para contar, principalmente, a vida dos moradores nas favelas e promover debates sobre a mesma temática.

tentativa de antecipar a transformação daqueles fatos em memória histórico-social do Morro da Providência. É se aproximar do espaço imaginário presente entre a língua, forma pela qual os moradores se expressavam para dar seu parecer (negativo, neste caso) sobre as obras olímpicas, e o campo da história, que a longo prazo reuniria diversos fatos sobre uma época, para tentar entender como o contexto “Rio pré-olímpico” poderia ficar marcado.

O “Casas Marcadas”, que já no título faz referência às marcações feitas pela Secretaria Municipal de Habitação para identificar quais casas seriam removidas – que ficavam marcadas na fachada pelas iniciais “SMH” – busca resumir em dez minutos um breve panorama de ações públicas de combate às favelas, tendo como principal destaque o Morro da Providência. O documentário é resultado de um projeto realizado por Adriana Barradas, Juliette Lizeray, Ethel de Oliveira, Carlos R. S. Moreira, Alessandra Schimite e Ana Clara da Rocha – alunos da Escola de Cinema Darcy Ribeiro - foi gravado em 2013, tendo o Morro da Providência como principal plano de fundo. O vídeo, que está disponível na Internet, é uma combinação de imagens com narrações em que o governo já defendia as remoções na década de 1940, para avanço do meio urbano, e entrevistas mais recentes com moradores que, de acordo com o planejamento do Morar Carioca, seriam removidos ou lidavam com a expectativa de ver vizinhos serem obrigados a deixar a Providência, para avanço do projeto de cidade olímpica.

Um dos pontos mais interessantes que fica em jogo nas imagens é quando são intercaladas a narração de 1943, em que o locutor anunciava que “felizmente” (Casas Marcadas, 2013) as favelas chegariam ao fim com base nas obras de grande porte que teriam início naquele período, em que o governo tinha objetivo de “demolir (a favela) para construir (uma cidade moderna)” (Casas Marcadas, 2013), e logo depois o depoimento de moradores, que chegavam a 2012 permanecendo nas favelas. Durante as demais falas dos moradores, o processo se repete e quem o assiste pode tirar como uma das conclusões o fracasso das ações governamentais de exterminar as habitações e problematizar a presença das comunidades faveladas como parte do meio urbano, e não apenas uma possibilidade do governo entre permitir que elas existissem ou pregassem o seu fim.

Ao todo, são entrevistados cinco moradores que estariam ali representando a voz de tantos outros da Providência que também viam o desenrolar do projeto como uma grande aberração. Todos aparentam ter mais de 50 anos, o que nos leva a crer que viviam na Providência há algumas décadas e, por isso, poderiam dar seu parecer sobre as transformações do Morar Carioca, afinal, teriam algum tipo de conexão mais profunda com o lugar. Durante o documentário, os entrevistados se intercalam, como se um completasse

o que era enunciado pelo outro, mas no resultado final representasse uma nova visão sobre a mesma história. Todas as entrevistas são feitas individualmente, o que nos leva a crer que não houve, por parte dos moradores, um enredo combinado em que uns saberiam a fala dos outros.

Assim como acontecia nos vídeos publicados pelo portal Cidade Olímpica, todos os depoimentos que são exibidos durante o documentário foram coletados e editados de forma que não houvesse mediação. Permanece a ideia de que aquelas pessoas estavam “livres” para dizer o que bem entendessem sobre o projeto habitacional. A diferença é que dessa vez o que estava em evidência era o lado negativo do programa habitacional. Nesse sentido, podemos verificar que algumas frases, bastante repetidas, como “eu me dediquei a vida inteira para construir a minha casa, daí eles (agentes da Prefeitura) vêm assim, de repente, e querem tirar a gente?” ou “aqui eu conheço todo mundo, a gente constrói uma vida aqui” revelavam a brutalidade que a remoção de diversos moradores representaria para todo o contexto em que eles viviam - considerado por eles como positivo.

O que podemos concluir a partir dos depoimentos é que a casa representava muito mais do que o espaço físico onde aquelas pessoas moravam. Para isso, vamos tomar como base a profunda análise que Richard Hoggart (1973) faz sobre a questão da identidade, vizinhança, relação de moradia e espaço do proletariado frente às transformações culturais, que foram apresentadas em seu livro *As Utilizações da Cultura – aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*.

Na publicação de Richard Hoggart (1973), o autor expande a experiência pessoal de ter crescido na periferia inglesa, nos anos subsequentes à Revolução Industrial, para tentar compreender e difundir um cenário de diversas transformações culturais, que atingiam principalmente o proletariado. O autor projeta as ambições, o dia a dia, estrutura, disposição de espaços e transformações culturais que essa classe ocupava em relação ao mundo que se modernizava. Apesar de o livro ter sido escrito praticamente 40 anos antes do Morar Carioca existir, e consequentemente se instalar na Providência, em muitos pontos podemos concluir que muito do que vivia a classe proletária na Inglaterra pós-industrial, sob a visão de Hoggart (1973) se repete e promove quase que as mesmas reações, no caso da Providência, levando, em consideração é claro, o contexto em que cada uma das mudanças existiu. De maneira generalizada, Hoggart (1973) pregava que:

Quanto mais atentamente considerarmos a vida das classes proletárias, e tentamos compreender o que há de essencial nas atitudes que assumem, mais nos salta à vista esse elemento essencial que consiste num sentido do pessoal, do concreto, do

local: daí a importância das ideias de família e de bairro. Esses fatores permanecem imutáveis, se bem que sejam combatidos por todos os lados, e talvez por essa mesma razão” (HOGGART, 1973, p. 41).

Muito do que ficou registrado no documentário, que se dedicou principalmente ao início das obras, denunciava também a falta de um esclarecimento geral por parte do poder público sobre as mudanças que aconteciam. O que é unânime nas cinco entrevistas que estão no vídeo é a questão da abordagem dos agentes da Secretaria Municipal de Habitação. Segundo uma das entrevistadas, eles “não deveriam ter pai, nem mãe”, para agir de forma tão truculenta. O discurso, nesse sentido, fica muito marcado pela negociação na troca de posição dos sujeitos, em que os moradores revelam a afetividade com o contexto geral em que estavam imersos, e que faria sentido para os funcionários da Prefeitura, caso eles “estivessem no lugar” de quem era removido.

Já durante a implantação do Morar Carioca, o ponto mais emblemático girou em torno principalmente da questão da razão maior que tornava necessárias aquelas obras. Como muito já falamos aqui, as Olimpíadas de 2016 geraram um plano de medidas para que a cidade do Rio de Janeiro se tornasse apta a receber o grande evento. No caso das favelas, as palavras de ordem eram urbanização e segurança pública, que no caso do Morro da Providência se concretizaram pela instalação do teleférico e da permanência da Unidade de Polícia Pacificadora na localidade.

Durante o documentário, a grande questão que os moradores denunciavam, mas com certa desconfiança de quem iria ouvi-los, era: para se promover mobilidade e segurança na favela – propostas levantadas explicitamente pela Prefeitura – seria preciso que alguns deles saíssem, o que dava a entender que esses moradores precisavam se retirar para que os objetivos do governo municipal e federal fossem cumpridos. Em um segundo momento, de acordo com a política de habitação prevista para a localidade, podemos assimilar também que transitar pelo Morro da Providência e poder se sentir seguro seria, então, um objetivo a se alcançar a fim de atingir outras pessoas, e não aqueles moradores.

Já depois da divulgação do “Casas Marcadas” e do andamento de grande parte das obras, houve ainda outro ponto bem crítico do Morar Carioca: a paralisação das obras do conjunto habitacional Nabuco de Freitas, que deveria ser o prédio onde os moradores removidos seriam realocados. Localizado exatamente atrás da Central do Brasil, apenas um edifício foi concluído e entregue, enquanto o restante do terreno se transformou em um enorme canteiro de obras. Por conta de um impasse entre a Defensoria Pública Estadual e a

Prefeitura, houve até ações judiciais contraditórias baseadas em brigas entre moradores, que, por determinação da justiça, deveriam ser retomadas logo após o julgamento da ação. O que não aconteceu.

4.1 AS MUDANÇAS NO CENÁRIO LOCAL E A REMOÇÃO DOS MORADORES

No caso do Morro da Providência, a UPP, como vimos, foi inaugurada pouco antes do início das obras do Morar Carioca e tentava criar a partir de abril de 2010 a relação de proximidade com o grupo de moradores com que iria lidar. Apesar do projeto como um todo ser bastante questionado, por conta da permanência policial nas favelas, que promoviam muito da imagem de que era necessário “tomar conta daquelas pessoas”, a UPP surge também como prova da presença do poder público naquela localidade, onde nem sempre as intervenções existiram. Por isso, os moradores questionavam em diversos momentos o porquê de quando aquele projeto entrava na favela, quando uma ação do poder público tinha início, era preciso que eles se retirassem e não fossem, então, beneficiados com a nova medida de segurança para a região.

Em um relatório sobre as Unidades de Polícia Pacificadora coordenado pelo sociólogo Ignácio Cano, publicado no livro *Os Donos do Morro*⁸⁶, a implantação das UPPs é elevada a projeto mais marcante das últimas décadas, não só para a favela, mas para toda a segurança pública do estado do Rio de Janeiro. O autor revela ainda que o termo “pacificadora” talvez não fosse – e talvez ainda não seja – o melhor dos nomes para a polícia ali instalada em favelas, mas de toda forma, estruturalmente e ainda em desenvolvimento, o que é destacado na publicação é o enorme potencial e alcance que aquela estratégia de segurança possuía.

O autor reforça que todo esse investimento sobre a política de segurança pública não acontecia por acaso, nem apenas por interesse próprio do poder público sobre a parcela de favelados. A ação da polícia era o que pessoas de fora da favela esperavam para aquelas localidades, como garantia principal de que “existir” do lado de fora delas seria considerado suficientemente seguro. E nesse “lado de fora da favela” incluímos não só diversos moradores do estado do Rio de Janeiro, de maneira geral, mas todo contexto dos

⁸⁶ A publicação é um estudo abrangente sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, publicado inicialmente em 2012 e que virou livro em 2014, com a atualização de alguns dados. O relatório tem base principalmente nos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), mas busca também problematizá-los, com um capítulo dedicado às impressões dos moradores de diferentes favelas sobre o relacionamento com os policiais e também o movimento inverso, a impressão dos policiais militares sobre os moradores com quem passaram a conviver quase que diariamente durante o turno de trabalho.

grandes eventos que viriam a seguir, motivado pela vinda de estrangeiros e a ideia de uma “cidade segura para se estar”. Assim como o autor ressalta, “a escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 multiplicou a visibilidade nacional e internacional do projeto e a sua importância estratégica, tornando-se o carro-chefe da política de segurança do estado” (CANO, 2014, p. 9).

Talvez a partir daí, consigamos imaginar também o fundamento do questionamento dos moradores da Providência, ao reconhecerem que, mesmo a partir das UPPs e das reformas urbanas do Morar Carioca, ainda não viviam na estrutura ideal, mas que não negavam estar imersos em um “novo” tempo do poder público se fazendo presente, e que queriam permanecer onde viveram por gerações, para se sentirem parte daquilo.

Por isso, vamos analisar aqui o depoimento de cinco moradores do Morro da Providência gravados no documentário “Casas Marcadas” (https://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k), produzido já após o início das obras do programa habitacional Morar Carioca. O filme está disponível no Youtube desde 11 de janeiro de 2013 e tem cerca de 9 minutos e 59 segundos. Nele, cada um dos entrevistados aparece dando seu relato individual, sem a presença de mais de um morador ao mesmo tempo, mas o tempo todo falando em nome de outros tantos que também estariam passando pela mesma situação: o medo de ser removido. Teremos aqui como objetivo mostrar um paralelo ao que foi anunciado pelo Jornal O Globo e pelo portal Cidade Olímpica que, como vimos, dava o enfoque positivo às novas construções e retirada de moradores.

Nesse sentido, é importante frisarmos que os moradores dizem não saber ao certo por qual razão deveriam ser removidos, mas se sentiam excluídos do novo cenário que tomaria conta do Morro da Providência. Tal impasse, de notar a movimentação de agentes da Prefeitura ao redor, mas sabendo também que a remoção de moradores estava prevista, se torna ainda mais problemático se tomarmos aqui como base o estudo que Richard Hoggart (1973) nos traz sobre a questão da vizinhança e da estrutura de bairro, principalmente no caso das camadas mais pobres da sociedade frente a transformações culturais. Hoggart mostra em seus estudos a profunda conexão que membros das classes proletárias tendem a criar com a própria casa e, conseqüentemente, com vizinhos e a noção de bairro.

O autor parte da experiência de ter crescido em um bairro pobre da Inglaterra, e constrói a partir da própria vivência e relatos de moradores, questões que vão muito além da parte física da casa. De acordo com o Hoggart (1973), toda a estrutura da habitação

estava profundamente ligada à identidade, tanto pessoal quanto de um grupo. E a partir disso, são negociadas as noções de dignidade, identificação e confiança, tanto entre seus membros, quanto em relação àqueles moradores com o mundo “mais desenvolvido” que os rodeava.

A casa da classe proletária é considerada por Hoggart (1973) um espaço íntimo, mas ao mesmo tempo aberto à comunidade ao redor, com quem as pessoas estabelecem correntes de confiança e solidariedade. Pensando a partir dessa perspectiva, a realocação de moradores, sem maior envolvimento e estudo de impacto pela secretaria de habitação, não se mostra suficiente, uma vez que a casa, considerada a principal forma de identificação daquele grupo seria alterada. Para Hoggart (1973), transformações culturais que agissem sobre a estrutura da casa, modificariam a identidade de seus membros e teriam impacto direto sobre a questão da proximidade e contexto social em que aqueles moradores estavam imersos. Trataremos aqui a ideia de “grupo” proposta por Hoggart (1973), tomando como base que:

Quando se analisam as atitudes das classes proletárias é costume falar do sentido de grupo, que consiste na convicção, partilhada pelos membros dessas classes, de que cada um deles não é um indivíduo isolado, mas sim um membro de um grupo constituído por indivíduos bastante semelhantes e pouco sujeitos a diferenciação futuras. [...] Os membros do proletariado têm a noção muito nítida de que são membros de um grupo, e da necessidade de assumir uma atitude de cooperação, amizade e boa-vizinhança em relação aos outros membros desse grupo. (...) A tradição das boas relações de vizinhança dentro do grupo parece ser consequência das condições de vida, pois essas pessoas, que habitam quase umas por cima das outras, veem-se forçadas a reconhecer que estão efectivamente nas mesmas condições (HOGGART, 1973, p. 97).

Nesse sentido, a visão da Prefeitura sobre os aglomerados urbanos e a necessidade de torná-los compatíveis com a realidade dos moradores “do asfalto” pode ser considerada bastante limitada. Não que Hoggart (1973) em seus estudos recriminasse a tão prometida reforma urbana objetivando a modernização das cidades. Mas simplificá-la a um único modelo a ser seguido era reduzir demais a relação entre os moradores e as próprias casas, que, como buscamos comprovar aqui, era muito mais complexa e não poderia ser resumida à remoção e realocação em conjuntos habitacionais que a Prefeitura considerasse como “urbanizados”. “Se bem que, à primeira vista, esse padrão de vida possa parecer confuso e pouco nítido, torna-se desde logo evidente, sendo fruto de um sentido inconsciente e

irracional, mas muito forte, daquilo que uma casa deve significar” (HOGGART, 1973, p. 50).

Em um dos depoimentos incluídos no documentário “Casas Marcadas”, quem trata exatamente dessa questão é a moradora Márcia Regina de Deus, que, segundo ela, vivia na Providência há gerações e que, justamente por isso, estava no seu direito de permanecer para vivenciar as mudanças que eram anunciadas. Já na abertura do vídeo, Márcia aparece na janela da própria casa, como se ela estivesse conversando com moradores que andassem pela localidade e esclarece que nenhum dos moradores da Providência se mostrava contrário às obras, mas à forma com que as obras tiveram início na favela. Ao longo de suas falas – e ela é a que tem mais destaque durante o vídeo, sempre em tom de indignação – Márcia relaciona ainda a presença da polícia pacificadora e toda aquela mudança de contexto, que poderia vir a significar algo positivo, e, inevitavelmente, questiona: “e depois de tudo isso, vamos ter que sair?” (Casas Marcadas, 2013).

A moradora revela ainda que não houve negociação entre a Prefeitura e os moradores, e que se tivesse acontecido, talvez a realidade para o Morro da Providência fosse outra. Em alguns momentos, enquanto ouvimos o depoimento de Márcia, as imagens em vídeo mostram vários destroços de obras e comprovam que houve urgência na demolição das casas, mas ao mesmo tempo não houve a mesma urgência para o início das construções que justificavam a retirada dos moradores.

Márcia revela ainda a importância da estrutura onde viviam ao trazer a frase que teria sido dita pelo secretário Jorge Bittar: “O chão é deles (moradores), as paredes são nossas (da Prefeitura). Quer dizer, é uma casa flutuante?! Não, não é assim não” (Casas Marcadas, 2013) e desenvolve, a partir disso, um discurso a respeito da importância da vizinhança. Para Hoggart (1973), essa proximidade é que revelava a importância de toda a estrutura ao redor da casa para aqueles moradores. Todos estão muito próximos fisicamente, pela própria disposição de construções da favela da Providência, o que seria capaz de aumentar a participação uns na vida dos outros e reforçar os laços de proximidade.

Mas, para os seus habitantes, cada um destes pequenos mundos tem um carácter homogêneo e bem definido, tal qual o de uma aldeia. [...] Toda a gente sabe a vida de toda a gente, e em grande pormenor. [...] A vida faz-se muito dentro do bairro, e tudo está perto. As casas dão para a rua; a própria rua é estreita, comparada com as dos arrabaldes ou dos bairros novos; as casas do outro lado da rua ficam muito perto, as lojas também” (HOGGART, 1973, p. 74).

E, assim como reitera Márcia, aquilo que estava dentro da casa representava muito mais do que as paredes junto ao chão. A casa abrigava a família, que por sua vez se inseria no contexto maior, neste caso a Providência, o que promoveria impactos sobre a identidade de cada um daqueles indivíduos, formando, por sua vez, a identidade de um grupo. Noção essa que poderia não ficar muito evidente para quem “estivesse de fora”, como a Prefeitura estava, mas que, para quem estava imerso no contexto, se tornava parte constituinte da própria história.

A casa pode ser o domínio privado da família, mas a porta principal abre para a rua, e aquele que desce um degrau, ou nele se senta a gozar o fresco nas noites bonitas, passa a tomar parte na vida do bairro. Ao visitante, essas áreas de aglomeração proletária afiguram-se muito deprimentes; ruas e ruas de casas velhas, todas iguais, interceptadas por ruelas e pátios; tudo isto de aspecto pobre, esqualido e envolto num nevoeiro permanente; uma paisagem em tons de cinzento sujo, desprovida de verdura, onde o céu, nunca é azul; tudo é muito mais escuro que o norte ou oeste da cidade, onde se situam as zonas “boas”. O tijolo e a madeira são de má qualidade, as pinturas só são feitas quando não podem deixar de ser – os senhorios não se interessam tanto com a valorização da propriedade com os proprietários.” (HOGGART, 1973, p. 71-72).

A atitude por parte da Prefeitura, ao não se mostrar aberta ao diálogo com moradores, e ao infringir essa noção de identidade daquele grupo, parece retomar a mesma posição adotada em outras tantas reformas urbanas que já haviam acontecido em favelas, como vimos no segundo capítulo, e que nunca chegaram a ser concluídas, de fato. Muito baseado nesse histórico negativo, o que se torna senso comum para os moradores é a enorme desconfiança sobre os agentes do poder público, nesse caso, representados pelos operários do Morar Carioca.

De acordo com Hoggart (1973) é a partir dessa noção de desconfiança e consequente distanciamento que o próprio grupo – neste caso, moradores da Providência – vai se formar em relação a “eles”, que seriam os representantes da Prefeitura e outras pessoas que, de maneira geral, não atuavam diretamente, mas esperavam a remoção das favelas como solução para o problema da habitação do Rio de Janeiro.

A noção de grupo é reforçada pelo isolamento em que o grupo se mantém, pela concepção de que o mundo se divide em “Nós” (os membros do grupo) e “Eles”, os que estão de fora [...] O mundo “Deles” é o mundo dos patrões, sejam eles entidades

privadas ou, como é hoje geralmente o caso, funcionários públicos. “Eles” são todo e qualquer membro das outras classes (HOGGART, 1973, p. 87).

Outros dois moradores que reiteram a questão da desconfiança sobre a ação dos agentes da Prefeitura são os entrevistados Nélio de Oliveira e Francisca da Silva. Nos dois casos, a posição para a entrevista pode ser considerada estratégica. Nélio dá seu depoimento dentro da própria casa, o que promove uma certa aproximação dele com quem assiste ao documentário. É como se estivéssemos no território que seria o “particular e íntimo” do personagem. Ao seu redor, estão porta-retratos, fotos familiares e a mesa de jantar, todos instalados na sala de estar, que, de acordo com Hoggart (1973) é o cômodo da casa onde a identidade da família fica mais evidente.

Figura 6: Seu Nélio



Fonte: Casas Marcadas, 2013.

Já Francisca, aparece do lado de fora de onde morava, em frente à marcação da Secretaria Municipal de Habitação, que havia deixado as iniciais e números “SMH 1718” em sua porta e reforça que nem ela mesma sabia o que aquilo significava. “Eles (agentes da Prefeitura) vieram aqui, marcaram as casas e não falaram mais nada. E a gente quer uma solução. Sei lá se vai tirar ou se não vai tirar” (Casas Marcadas, 2013).

Nélio volta a falar também sobre a polêmica das marcações, que também teria atingido sua residência, apesar do documentário não exibir a imagem. Enquanto o morador cita essa questão, quem assiste ao vídeo tem a visão de algumas ruas da Providência em

que outras tantas casas aparecem marcadas com as iniciais “SMH” e diferentes numerações. Para Nélio, a ação da Secretaria “parecia coisa de filme de sertanejo” (Casas Marcadas, 2013), quando o coronel marca seus bois com o ferro quente, o que para ele significava uma atitude fora da realidade quando estamos tratando a questão da casa. “O que eles faziam em gado lá no Norte, Nordeste, que a gente vê em filmes, eles fizeram em várias casas” (idem).

Era sobre essa relação com os representantes do governo, que também esteve presente em diversas outras reformas urbanas, que Richard Hoggart (1973) afirma que há uma tensão entre os moradores e “eles”, que chegavam aos bairros periféricos despertando em primeiro momento a falta de confiança por parte dos moradores. E o autor remonta, também através do senso comum, o que representava para os proletários conviver com aquele grupo que, em teoria, estava ali para cumprir ordens do poder público. Hoggart (1973) reforça ainda que, por mais claro que fosse para os moradores que os operários não eram as pessoas que ordenavam as transformações, eles seriam tão perigosos quanto quem as propunha. Afinal, seriam os trabalhadores que as executariam.

Eles” são “as pessoas importantes”, as pessoas que atribuem o subsídio de desemprego, que os mandam chamar, que mandam os homens para a guerra, que obrigavam antigamente as famílias a dispersarem-se [...] que “têm sempre razão”, “a gente não se pode fiar neles”, “têm a mania que são importantes”, “são todos uns espertalhões”, “nunca explicam nada”(HOGGART, 1973, p. 88).

Marta Alexendre dos Santos (Figura 7) é a quarta moradora a ser entrevistada. Assim como Francisca, Marta aparece em frente à emblemática marcação da secretaria de habitação, “SMH 1709”. Em um depoimento curto, se compararmos aos demais, a moradora parece pouco confortável ao falar sobre as obras do Morar Carioca. Marta relaciona a formação não só da identidade, mas da ideia de dignidade daqueles moradores ao superarem da sua própria maneira momentos de ausência do poder público. “A gente, depois de tanto trabalho, depois de passar trancos e barrancos aqui (...) e agora eles querem fazer o teleférico pra quem, se querem tirar a gente?” (Casas Marcadas, 2013).

Figura 7: Marta Alexendre dos Santos



Fonte: Casas Marcadas, 2013.

Assim como Hoggart (1973) defendia, Marta é uma das moradoras da classe proletária que enumera as dificuldades da vida, mas não se coloca como “heroína” de uma situação. E conforme o autor defendia, Marta traz em sua fala que o resultado do próprio esforço resultava, não em grandes feitos na vida, mas na própria sobrevivência. Fato que seria suficiente para comprovar sua integridade, principalmente durante os tempos “mais difíceis”, coisa que ninguém poderia retirar dela.

[...] também é em relação “à insistência na manutenção da própria dignidade” [...]; num mundo constelado de dificuldades e de obstáculos, torna-se necessário salvaguardar pelo menos a própria “dignidade”. “Pelo menos não tenho nada de que me envergonhar”; o direito de dizer esta frase, por vezes com intenções mesquinhas compensa de muitas coisas. (HOGGART, 1973, p. 94)

O quinto entrevistado, Maurício Hora, é o único que se apresenta como, além de morador, por meio de sua profissão, fotógrafo. A entrevista acontece na frente de um painel preto, onde estão penduradas todas as fotos de sua exposição “Morro da Favela”, repleta de imagens de moradores e ladeiras da localidade. Maurício aparece quase como um consultor sobre o Morro da Providência, falando não pontualmente da dúvida sobre sua casa ou o caso isolado de um vizinho com risco de ser expulso de onde morava, mas sobre

a questão do morador da favela frente a transformações culturais, e a questão do cumprimento de direitos. Sobre o caso do Morar Carioca, ele se torna enfático “Se remoção faz parte da habitação, então está sendo feito o trabalho de habitação na Providência” (Casas Marcadas, 2013). E sobre isso, o fotógrafo completa sobre a importância de se estar atento às transformações e à retomada histórica sobre o que já aconteceu na Providência.

Para ele, o momento era de extrema importância para que os moradores conhecessem a fundo a história da Providência, descobrissem mais sobre sua origem e o histórico de ações das gestões anteriores para exigir também que seus direitos fossem cumpridos. Em sua fala, Maurício cita o que chama de “passado recente” (idem), quando a Avenida Rio Branco e Presidente Vargas eram construídas.

4.2 A REALOCAÇÃO DOS MORADORES NO CONJUNTO HABITACIONAL NABUCO DE FREITAS

Mais uma vez, o que podemos notar é a estratégia da organização do documentário de alertar a quem o assistia que propostas similares às do Morar Carioca já haviam sido anunciadas, motivadas por diferentes contextos histórico-sociais, mas poucas delas teriam sido bem sucedidas. Afinal, chegava-se a 2010 com as favelas ainda erguidas e distribuídas por toda a cidade do Rio de Janeiro. Ao comparar as duas situações, a primeira motivada pela ideia de urbanização do Centro do Rio de Janeiro e a segunda, esse momento pré-olímpico ao qual nos referimos, podemos ver que o programa de extermínio à favela fracassou ao longo do tempo.

Ao sairmos das imagens que mostravam as obras na década de 1940, e ao voltarmos aos depoimentos sobre o Morar Carioca, quem retoma o enunciado é o morador Nélio de Oliveira, que já havia sido entrevistado logo no início do vídeo. A questão que Nélio traz é o número de casas marcadas para serem removidas, em oposição ao número de casas que seriam construídas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, onde os moradores deveriam ser realocados.

Lá em cima, no Cruzeiro, onde é oratório, estavam marcadas em torno de mil oitocentas e tantas casas. Agora, eles iam fazer de noventa a cento e vinte moradias aqui, mais noventa a cento e vinte na Nabuco. Não estão fazendo mais nada em lugar nenhum. Como é que eles marcam mil e oitocentas residências com um casal, um marido a mulher, no mínimo um casal de filhos, quatro pessoas. Se está em mil oitocentas e tanto, como é que duzentas e quarenta moradias vão comportar esse pessoal? (Casas Marcadas, 2013).

Apesar de parecer uma contagem por alto, quando Nélio fala em “mil oitocentas e tantas” casas disponíveis, de fato, a realocação dos moradores foi e ainda é um dos principais problemas para quem foi afetado pelo programa habitacional. Por tratar da remoção da casa, que como já vimos aqui está estritamente ligada à identidade daqueles moradores como indivíduos e como grupo social, Hoggart (1973) justifica também as dificuldades que eles teriam ao se readaptarem nos conjuntos habitacionais.

São de sobejo conhecidas as dificuldades de adaptação dos membros do proletariado a que são atribuídas casas de renda econômica em bairros sociais novos. A maioria deles reage instintivamente contra actividade de grupo planeadas; estão habituados a uma vida de grupo, mas de tipo diferente, centrada na casa e que se desenvolveu como resposta às necessidades comuns de um bairro densamente habitados. Nesses desertos de tijolo e cimento sentem-se muito isolados, sofrem de agorafobia; não se sentem bem, queixam-se de que não há boas relações de vizinhança, de que estão muito longe de tudo, dos parentes e das lojas (HOGGART, 1973, p. 83-84).

Um novo relato da moradora Márcia Regina de Deus, em que ela parece resumir as cenas anteriores à sua fala, em que víamos o narrador exaltar a importância da modernização da cidade, enquanto assistimos barracos sendo demolidos, Márcia relata a falta de confiança no poder público, quando diz “o aluguel social é ilusão, gente” (Casas Marcadas, 2013) e ao ser enfática em apontar: “mas nós temos direitos, sabia?”, como se ao longo do tempo a combinação desses fatores – descrença no governo e desrespeito ao que cabia legalmente àqueles moradores – tivessem contribuído para o atual cenário de caos em que estavam imersos.

Quase ao fim do documentário, Márcia justifica que a ausência do poder público ao longo dos anos tornava ainda mais revoltante a movimentação dos agentes da Prefeitura motivada principalmente pelo contexto pré-olímpico. “E agora, nos convidam a nos retirar?! Não (...) ‘Minha Casa, Minha Vida’ é aqui”. (Casas Marcadas, 2013). Mas apesar da revolta da moradora, Casas Marcadas chega ao fim mostrando as máquinas da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Habitação em pleno funcionamento, o que nos dá a entender que as obras no Morro da Providência não seriam interrompidas.

Pelo documentário, não conseguimos saber qual foi o desfecho para aqueles moradores: se foram removidos ou se conseguiram de alguma forma renegociar sua permanência no morro. O que fica em jogo é a questão daquele grupo se apresentar como

representante de outros que temiam a remoção e que foram atingidos pelo processo. Assim como mostra o final do “Casas Marcadas”, as obras não chegaram a ser paralisadas e as máquinas operavam no Morro da Providência, mesmo durante a noite.

E o que parecia um relato relativamente informal sobre esses cinco moradores a respeito da desconfiança do andamento das obras, pode ficar confirmado com o impasse entre a Prefeitura e a Defensoria Pública do Estado (DPE), sobre as obras do conjunto habitacional Nabuco de Freitas⁸⁷, que seria o principal ponto de realocação de moradores removidos. Em 2011, a DPE, por meio do Núcleo de Terras e Habitações e junto a um grupo de moradores entrou com o pedido no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para que as obras que aconteciam no Morro da Providência fossem paralisadas. O motivo parecia justo: até aquele momento, o governo municipal não havia apresentado o planejamento das obras do Morar Carioca que aconteciam exclusivamente no Morro da Providência, mas ao mesmo tempo as máquinas trabalhavam a todo vapor e, inclusive, algumas remoções já haviam sido executadas. O documento redigido pela desembargadora Cláudia Pires dos Santos Ferreira mostrava ainda que, em decorrência dessa enorme lacuna deixada pela Prefeitura, estavam em risco também possíveis danos ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural.

A Prefeitura, no entanto, negava a situação e garantia que a obra corria sob a legalidade. Paralelo a isso, informava que havia um planejamento, que estimava que 196 famílias fossem reassentadas, sendo 132 delas no conjunto Nabuco de Freitas. O fato é que em 28 de novembro de 2012, a ação foi julgada e a Justiça determinou a paralisação de quase todas as obras ligadas ao Morro da Providência, tanto as que aconteciam no morro, quanto as do conjunto habitacional, liberando apenas a conclusão do teleférico e a retirada de escombros de casas já demolidas. Com isso, apenas um dos quatro prédios previstos para serem erguidos no conjunto habitacional chegou a ser concluído. Ou seja, apenas 34 famílias poderiam se instalar ali, rodeadas por um verdadeiro canteiro de obras.

O impasse durou cerca de dois anos, até que em julho de 2014 a liminar foi revogada pelo processo de número 0115786-70.2012.8.19.0001, também disponível no site do Tribunal de Justiça do Rio. Nele, a juíza Maria Teresa Pontes Ganizeu determina a retomada das obras do conjunto habitacional, com base em um novo pedido feito pelos moradores, já que dezenas deles já haviam perdido as casas, mas não tinham a perspectiva

⁸⁷ O conjunto habitacional Nabuco de Freitas está localizado no bairro de Santo Cristo, próximo ao Morro da Providência e localizado exatamente atrás da estação de trem da Central do Brasil, no Centro. De acordo com a Prefeitura, o conjunto deveria ser composto de quatro prédios, onde seriam realocadas as 132 famílias.

de onde seriam reinstalados. O problema é que a ação até novembro deste mesmo ano não foi cumprida por parte da Prefeitura. As obras continuavam completamente paralisadas e, nesse impasse, cerca de 98 famílias continuam na dependência do aluguel social de R\$ 400 reais mensais.

Em entrevista feita por telefone e por e-mails no dia 3 de setembro de 2014 com a Secretaria Municipal de Habitação, nenhum representante se dispôs a falar. A Prefeitura se posiciona apenas por meio da assessoria de imprensa e, como se desconhecesse a liminar, garante que as obras permanecem paralisadas por conta da ação movida ainda em 2012, em que aponta que o desentendimento entre moradores teria sido – e ainda é – razão plausível para a paralisação das obras do conjunto Nabuco de Freitas.

Também de acordo com a assessoria, os números sobre o Morar Carioca na Providência deveriam ser lembrados: as obras de instalação do teleférico, já inaugurado, beneficiavam 1.400 famílias, com investimento total de R\$ 163 milhões, sendo R\$ 75 milhões destinados só ao teleférico. Os aluguéis sociais também permaneciam em dia e, até esta data, a previsão de reassentamento de 196 moradores havia se mantido. Ao todo, 31 famílias haviam sido reassentadas por meio da compra assistida, 18 optaram pela indenização, 49 já estavam nos apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, sendo 34 no conjunto da Nabuco de Freitas e 15 em conjuntos na zona Oeste. No entanto, as 98 que deveriam ser reinstaladas também na Nabuco de Freitas teriam que aguardar pelos próximos passos da Justiça e se manteriam por meio do aluguel social.

Já em entrevista também feita por telefone e e-mails, no dia 5 de setembro de 2014, a representante do Núcleo de Terras e Habitações, da Defensoria Pública do Estado, Adriana Bevilaqua afirma as obras do conjunto Nabuco de Freitas não só poderiam, como deveriam ter recommençado. Adriana se posiciona em nome do NUTH e expande a questão da continuidade das obras do Morar Carioca para uma tentativa de reaver o déficit habitacional do Rio de Janeiro. Por isso, não haveria motivo para que nenhum morador, Defensoria Pública ou até mesmo o Judiciário se posicionassem contrários à continuação da construção dos apartamentos. De acordo com o próprio NUTH, a razão para a inércia da Prefeitura em relação à construção era completamente desconhecida, já que legalmente existia a obrigação daquele projeto ser retomado.

O que podemos perceber é que, mais uma vez, o processo de reforma urbana para a favela apresentava sérias falhas. Neste caso, a lacuna deixada pela Prefeitura e a omissão por parte da Defensoria Pública do Estado sobre o caso da Providência refletiam a urgência para que as remoções foram feitas, mas voltava a denunciar a falta de esclarecimento para

onde as quase cem famílias poderiam ser reinstaladas. O grande problema é que esse “lado negativo da história” não só deixou de ser divulgado pela Prefeitura, por meio do portal oficial, como passou a ser negado pelo órgão municipal.

Não registrar essa parte da implantação do programa habitacional Morar Carioca é ignorar sua existência e garantir que o projeto foi incorporado ao Morro da Providência com sucesso. O problema é que ao fazermos isso, estamos praticamente projetando na história um capítulo falso, em que esquecemos também a noção de laços sociais, a identidade daqueles moradores extremamente ligada à casa e à vizinhança. E tão grave quanto isso: a falsa imagem divulgada pela Prefeitura sobre o Morar Carioca contribuía para que aqueles moradores mantivessem o sentimento de desconfiança sobre ações do poder público e entendimento de que a reforma urbana não tinha como objetivo principal a melhoria de vida daquele grupo, mas estava embasada por fatores externos à própria favela.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já havia acontecido durante outros programas habitacionais voltados para a comunidade favelada, percebemos que ainda falta esclarecimento e uma atuação mais voltada para os próprios moradores que seriam removidos. Fato que dentro do longo contexto histórico que buscamos descrever nos capítulos iniciais, nos leva a concluir que a Secretaria Municipal de Habitação, como representante direto da Prefeitura do Rio de Janeiro durante a implantação do programa Morar Carioca, permanece como órgão distante dos moradores que teriam a realidade transformada e ainda desperta a desconfiança dos moradores para tratar de um assunto delicado que é questão da casa daquelas pessoas.

A casa aparece como estrutura inicial para a própria afirmação no mundo, e promove a aproximação entre várias daquelas pessoas ao redor justamente pela baixa probabilidade que elas terão de mudar de vida. Como embasa Hoggart, é a partir dela, que são desenvolvidas as relações sociais, a ambientação com a vizinhança e a estrutura de vida e identidade de cada um dos moradores. Quando toda a complexidade desse ambiente parece ser ignorada pela SMH, é desfeita com a agilidade que a Prefeitura atuou durante o período de remoção e com a falta proximidade com aquele grupo, não é só um morador ou família a ser deslocado para outro ponto da cidade, mas uma ação que confirma a desconfiança que o restante dos moradores já sentia, muito baseado no histórico desanimador das ações públicas voltadas para a favela.

Como vimos nos dois primeiros capítulos, há razões para se acreditar que a ação da Prefeitura nas favelas, de maneira geral, é quase sempre embasada por fatores externos à própria favela e, por isso, não respeitaria a vontade e os direitos daqueles moradores. É claro que ao longo do tempo, as políticas públicas se transformaram e não podemos dizer aqui que ainda vivemos dentro do mesmo planejamento da década de 1930, por exemplo, quando o governo pregava com todas as letras o extermínio da favela. Mas há de se entender que esse mesmo histórico de quase cinquenta anos, em que diversas ações do poder público estiveram dedicadas ao extermínio da favela, sem que houvesse a proposta de realocação daqueles moradores, continuam despertando o medo e a repulsa daqueles moradores sobre a política de urbanização.

E apesar do poder público ter se tornado mais presente dentro das favelas, é mais do que evidente que as abordagens para avisar que um grupo de pessoas precisava ser retirado da Providência não acontecem da mesma forma que nos demais espaços do Rio de Janeiro.

Ainda existe também uma grande lacuna por parte da SMH no sentido de reduzir o impacto sobre os laços sociais que seriam modificados durante as obras. E quando há reivindicações por parte dos moradores, existe ainda o pensamento de que aquele grupo seria “rebelde por natureza”, desacostumado ou contrário às ordens que governam para todos. Como se a pessoa estivesse contrária ao próprio projeto Olímpico, como um todo, o que de fato não é verdade.

Quase às vésperas das Olimpíadas 2016, podemos perceber que o contexto da favela volta a ser profundamente alterado, principalmente por conta da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora. Por mais questionável que o programa de segurança seja, não há como deixá-lo passar despercebido. E isso fica presente no próprio discurso dos moradores que reconhecem a medida como prova da entrada do poder público na favela, o que anunciaria uma nova fase – ainda que não fosse a ideal – e que seria justo que eles pudessem permanecer ali para vivê-la. Há de se preocupar também sobre o que vai acontecer, o que vira a seguir quando as Olimpíadas 2016 já tiverem passado. O que vai acontecer com as ações de rápida implantação, como a UPP e o Morar Carioca? Ou caso elas ainda não tenham sido concluídas ao final das Olimpíadas, ficarão pelo meio do caminho em mais um grande projeto de modernização das favelas inacabado?

É nesse sentido que a análise do discurso pode nos trazer uma antecipação sobre como o panorama olímpico ficará marcado na história tanto da cidade do Rio de Janeiro, quanto do Morro da Providência. O preocupante é que, como vimos no quinto capítulo, a falta de registros oficiais sobre o problema que quase cem famílias enfrentam por ainda não terem sido realocadas, soa como omissão, principalmente por parte da Prefeitura.

Não se busca aqui questionar a veracidade dos depoimentos registrados no portal oficial Cidade Olímpica, mas a não inclusão dos depoimentos sobre moradores que ainda enfrentam problemas por causa da má conclusão do Morar Carioca, assim como pode ter acontecido em outras partes da cidade onde o projeto também foi implantado, traz a curto prazo a pouca divulgação sobre tais ocorrências e pode ainda trazer, a longo prazo, o total esquecimento dos problemas enfrentados por essa parcela de moradores. O que pode acarretar no registro final de um contexto pré-olímpico como a fase em que a cidade foi reformulada para se modernizar e se adaptar às necessidades para receber os jogos de 2016, o que de fato aconteceu, mas sem destaque para a problemática da remoção da favela e da urbanização bastante motivada por interesses externos a ela.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ATHAYDE, Celso; MEIRELLES, Renato. **Um país chamado favela** – a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. Rio de Janeiro: Gente, 2014.
- BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro**. In ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CANO, Ignácio (coord). **Os donos do morro** – uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, Biblioteca CCSA, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **Revista do Arquivo Geral da Cidade, nº 3**. Publicado em: 2009. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista_agcrj_pdf/revista_agcrj_3.pdf. Acesso em: 07 de outubro de 2014.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FIGUEIREDO, Jayme de. **Coisas que acontecem num recenseamento**. Publicado em: 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/coisasqueacontecem.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2014.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura** – aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Tradução: Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução: Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (coord.). **Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela** – *Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARTIGOS

- BAIENSE, Carla. **Territórios proibidos: mídia e subjetividade na Maré**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0090-1.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2014.
- NUNES, Maria Julieta. Ano 2010: visão panorâmica das políticas governamentais voltadas à favela. IPPUR, 2010. Disponível em:

http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/completos/Julieta.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS

COSTA, Ana Claudia; DAMASCENO, Natanael; MARQUEIRO, Paulo. **A UPP da vez no Centro**. In: Jornal O Globo, março de 2010, p. 12.

COSTA, Ana Claudia; MAGALHÃES, Luiz Ernesto. **A lista sigilosa das UPPs**. In: Jornal O Globo, março de 2010, p. 17.

DAFLON, Rogério. **Morro da Providência será reurbanizado e ganhará dois teleféricos e plano inclinado**. In: Jornal O Globo, março de 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/morro-da-providencia-sera-reurbanizado-ganhara-dois-telefericos-plano-inclinado-3032742>. Acesso em: 04 de outubro de 2014.

ELIAS, Camila. **Casas do Cimento Social na Providência ainda são problemas para os moradores**. In: Portal Sidney Rezende, novembro de 2009. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/65407+casas+do+cimento+social+na+providencia+ainda+s+ao+problemas+para+os+moradores>. Acesso em: 13 de outubro de 2014.

HERINGER, Carolina. **Cimento Social, um projeto que é difícil de colar**. In: Jornal Extra, abril de 2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/cimento-social-um-projeto-social-que-dificil-de-colar-4462744.html>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. **Com teleférico no projeto, prefeitura começa obras de urbanização no Morro da Providência**. In: Jornal O Globo, janeiro de 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/com-teleferico-no-projeto-prefeitura-comeca-obras-de-urbanizacao-no-morro-da-providencia-2837466>. Acesso em: 01 de novembro de 2014.

MOTTA, Claudio; Rocha, Carla; Vasconcellos, Fabio. **Em busca de moradia digna**. In: Jornal O Globo, março de 2010, p. 13.

VASCONCELOS, Fabio. **Pesquisa mostra alta aprovação das UPPs em favelas, sejam pacificadas ou não**. In: Jornal O Globo, dezembro de 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-mostra-alta-aprovacao-das-upps-em-favelas-sejam-pacificadas-ou-nao-2911694>. Acesso em: 01 de novembro de 2014.

SITES

Instituto de Segurança Pública - <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=62>.

Censo Brasileiro 2010 - <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>

Portal Cidade Olímpica - <http://www.cidadeolimpica.com.br/>.

DOCUMENTÁRIO

Casas Marcadas: https://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k

ENTREVISTAS

Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado, setembro de 2014.

Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, setembro de 2014.

7. ANEXOS

Troca de e-mails com a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Habitação no dia 03 de setembro de 2014:

Olá, Célia, boa tarde.

Gostaria de algumas respostas a questões que ainda não foram esclarecidas, ainda relacionadas às obras na Providência. Onde estão as famílias que deveriam estar morando nesses prédios? Qual o valor do aluguel que recebem?

SMH: Estão recebendo aluguel social de R\$ 400,00 por mês para aguardarem em local por elas escolhido a entrega dos imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida.

A Secretaria Municipal de Habitação, que coordena as obras do Morar Carioca no Morro da Providência, tem se reunido com frequência com os moradores da comunidade, sempre com a presença de representantes da Defensoria Pública, para que seja feito acordo e as obras possam prosseguir.

Como conversamos por telefone, as divergências quanto ao prosseguimento das obras resultaram na decisão judicial que mandou a Prefeitura parar as obras. A Prefeitura já apresentou um plano de continuação do projeto construído com a participação dos principais envolvidos na história (os moradores!)?

SMH: A Prefeitura tem realizado as reuniões para discutir as alternativas com os moradores mas só poderá atuar depois que a liminar for revogada.

Inicialmente, o projeto da Prefeitura previa a remoção de mais de 800 famílias na Providência, correto? Quantas famílias moram em toda a comunidade? Destas, 196 foram reassentadas. As 98 que recebem aluguel social e ainda aguardam moradia ficam à espera da Justiça liberar as obras para só então terem uma casa fixa?

SMH: A comunidade tem cerca de 1.400 famílias. Desconhecemos esta perspectiva de reassentar mais de 800 famílias. As 196 que deixaram suas casas o fizeram em função das obras de urbanização e a SMH esclarece que não haverá necessidade de mais nenhum reassentamento por obras. A questão do risco está em análise na Geo-Rio, que é o órgão da Prefeitura a quem compete fazer esta definição. De todo modo, nenhuma medida será tomada pela Prefeitura sem ser apresentada aos moradores. As famílias que recebem aluguel social só poderão ser reassentadas nos prédios construídos no entorno da Providência com sua conclusão, após a liberação das obras pela justiça.

Cerca de quantos moradores foram beneficiados com as obras do teleférico, no sentido de facilitar o deslocamento? Vocês têm esse balanço?

SMH: Todas as 1.400 famílias que vivem na comunidade, uma vez que podem se deslocar para a Central do Brasil (confluência dos transportes públicos com trens, metrô e linhas de ônibus) e para a Gamboa, onde funcionam na própria estação uma Clínica da Família e uma Nave do Conhecimento. O teleférico, é bom lembrar, é gratuito, enquanto as kombis que levam os moradores à Praça Américo Brum são pagas.

Troca de e-mails com a defensora Adriana Bebilaqua, responsável pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado, no dia 05 de setembro de 2014:

A retomada das obras no conjunto habitacional Nabuco de Freitas já está autorizada?

NUTH: A Prefeitura pode perfeitamente terminar as obras do conjunto habitacional da Nabuco de Freitas. Na verdade, entendo que jamais foi impedida de fazê-lo. A liminar dada nos autos da ação civil pública obstava o prosseguimento das intervenções no Morro da Providência. O conjunto habitacional não fica na Providência, mas em rua de seu entorno. Note que a Prefeitura até hoje não apresentou o real projeto que pretende implementar na Providência.

Assim, ter afirmado que não poderia terminar o conjunto habitacional porque ele faz parte do projeto Morar Carioca da Providência e isso encontrava óbice na liminar é tão somente uma afirmação sem respaldo documental público, já que o projeto mesmo não foi apresentado. Além disto, com o déficit habitacional hoje existente no Rio de Janeiro seria de se supor, ainda que a referida liminar estivesse de algum modo impedindo o término da construção do conjunto habitacional, que nenhum morador, nem a Defensoria e o Judiciário se posicionassem contrariamente à construção.

Tanto é assim que tão logo a Prefeitura fez pedido para prosseguir a obra, contou com a concordância da Defensoria, dos moradores, do Ministério Público e obteve decisão judicial favorável.

Troca de e-mails com o subcoordenador do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado, Bernardo de Castro Marcos Dias, no dia 05 de setembro de 2014:

Oi, Bernardo. Eu consegui acessar pelo site do TJ a decisão feita em julho, que falamos por telefone. Até agora não tem nenhum sinal de obras retomadas no conjunto habitacional da Nabuco de Freitas. Se a SMH chegar amanhã ao local e começar a trabalhar, eles estarão corretos? Não vai ter nenhum problema? O problema já está sendo eles não terem começado, certo? O site do TJ aponta que a Defensoria expediu um mandado de verificação em 20/08.

NUTH: A autorização judicial para a retomada das obras já existe. A razão da inércia da Prefeitura é desconhecida. Eles não só podem como devem reiniciar as obras. O mandado de verificação é decorrente da falta de recolhimento de entulhos de casas demolidas para a construção do teleférico. Nada tem de relação com a nabuco de Freitas. De nada.

Atenciosamente Bernardo de Castro Marcos Dias - Defensor Público Subcoordenador Núcleo de Terras e Habitação Rua São José, 35, 13º andar. (21) 2868-2100 Ramal 116.

